

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

SETOR PÚBLICO PAULISTA NO CONTEXTO
DA CRISE ECONÔMICA DOS ANOS 80

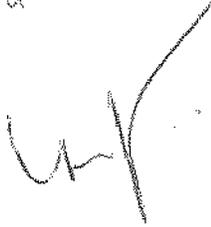
MARIO ROQUE BONINI

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS, SOB A ORIENTAÇÃO
DO PROF. FREDERICO M. MAZZUCHELLI

Campinas, julho de 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

*Este exemplar
corresponde ao ori-
ginal da tese defendida
pelo aluno Mario Roque Bo-
nini - orientada pelo Prof.
Frederico Mathias Mazzucchelli
& defendida em 18.11.88.*



Aos meus Pais

Para Ana, Lucas e Chico

Homenagem a "Guilda" onde tudo começou.

"Partir é morrer um pouco
pero quedarse é morrer del todo
adelante siempre adelante ...

Caminante no hay caminos
hace caminos al andar ...
Al andar se hace caminos,
Y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay caminos
sino estelas en la mar ..."

Antonio Machado

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi possível porque contou com a ajuda de professores e amigos. Gostaria de mencionar os que me acompanharam de perto tanto nas dificuldades da pesquisa como na alegria das descobertas. Amigo e Mestre Freddy Mazzucchelli pela orientação criteriosa e paciente para com um iniciante na matéria. Cintra pela amizade indispensável, cuja "garra" foi sempre exemplo e estímulo. Braga e Fábio Villares, amigos-irmãos pela ajuda generosa em todas as etapas do Trabalho. Emília Ticami, Paula, Fernandinho, Tomás, Zulú, Carlinhos, Ceres, Luiz Claudio e todo pessoal do IESP, sem os quais, em diferentes graus, nada teria acontecido. Bel pelo carinho com a datilografia. FUNDAP pelo apoio e incentivo ao longo dos anos. Por fim, Ana minha companheira pelo aprendizado na difícil arte de saber esperar e Lucas e Chico, meus filhos, pelas horas que deixamos de conviver.

I N D I C E

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO PAULISTA - ENTRE 1979/85	9
I.1. RECURSOS DO TESOURO	9
I.2. RECEITAS PRÓPRIAS	20
I.3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	28
CAPÍTULO II: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA - ENTRE 1979/85	43
II.1. DESPESAS DE PESSOAL	43
II.2. INVESTIMENTOS	56
II.3. SERVIÇO DA DÍVIDA	68
II.4. OUTRAS DESPESAS	76
CONCLUSÕES	86

ANEXOS	94
ANEXO I: ANEXO METODOLÓGICO DA MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA	95
ANEXO II: ANEXO ESTATÍSTICO: DADOS REFERENTES À CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PÚBLICO PAULIS- TA	110
ANEXO III: ANEXO ESTATÍSTICO: DADOS REFERENTES AO TEXTO	145
ÍNDICES DE TABELAS E GRÁFICOS	185
BIBLIOGRAFIA	194

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar o comportamento das finanças públicas do Estado de São Paulo no período entre 1979 e 1985, com o intuito de contribuir para o debate, mais geral, acerca do ajustamento do Setor Público e, em especial, dos Setores Públicos Estaduais, à crise econômica dos anos 80. A opção por São Paulo, enquanto estudo de caso, deve-se a sua condição ímpar dentro da federação brasileira e, pelo período entre 1979 e 1985, por ter sido o momento em que se manifestam de forma mais clara e intensa os desequilíbrios econômicos e financeiros da economia brasileira, e, em particular do Setor Público.

A desaceleração do crescimento econômico (em particular, da produção industrial) e a retomada do processo inflacionário, a partir da segunda metade dos anos 70, bem como a recessão do início dos anos 80 aprofundada pelas políticas de ajustamento adotadas para sanar os desequilíbrios do balanço de pagamentos, levaram a economia brasileira e, particularmente, o setor público - em suas três esferas: federal, estadual e municipal - a enfrentar a mais grave crise de financiamento do pós-guerra. Este processo conduziu, no início dos anos 80, ao esgotamento do padrão de financiamento gestado com as reformas monetária, financeira e fiscal de 1965/66, e fortemente apoiado, nos anos 70, na ampliação do endividamento externo. Tais problemas econômicos acabaram por configurar uma profunda crise fiscal, não só pela interrupção da principal fonte de recursos líquidos para o Estado e suas empresas, mas também porque - durante o período de endividamento rápido - foram-se atrofiando a contribuição das receitas tributárias e sobretudo, a capacidade de autofinanciamento das empresas públicas.

Na primeira metade da década dos 70, a expansão econômica baseou-se no crédito externo devido à disponibilidade de acesso a liquidez internacional a taxas de juros baixas, aliadas à quase inexistência de linhas de financiamentos internos de longo prazo. A partir de

1974/75, as taxas positivas (porém decrescentes) de crescimento do produto interno e da produção industrial, foram garantidas basicamente pelos investimentos realizados pelo Setor Público através de suas empresas estatais. Estes mesmos investimentos foram financiados, na quase totalidade, via uma política deliberada de indução ao endividamento externo (notadamente a partir de 1976) que aumentou consideravelmente a participação do Setor Público enquanto tomador desses recursos, dando início ao processo de "estatização da dívida externa brasileira". No rastro deste crescimento, no entanto, foram se acumulando uma série de desajustes latentes: aumento simultâneo e inter-relacionado dos endividamentos externo e interno, concentrados crescentemente no Setor Público; altas taxas de juros internas; elevação do patamar inflacionário e aumento da especulação financeira.

Esse quadro é agravado, no início dos anos 80, pela deterioração da capacidade de se manter um patamar mínimo de investimentos na economia, determinado basicamente pela redução dos investimentos públicos, concomitantemente à instauração de uma crise cambial - gerada pela elevação do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais - e, posteriormente, com o desaparecimento do mercado "voluntário" de crédito para os países endividados a partir de setembro de 1982. Como resultado tem-se a aceleração do processo de estatização da dívida externa brasileira e a adoção de políticas de ajustamento sob a inspiração do modelo de "ajuste monetário de balanço de pagamentos" preconizado pelo FMI - com base na contração monetária, elevação das taxas de juros internas, desvalorizações reais do câmbio, contenção da massa salarial e dos gastos públicos, no intuito de gerar superavit comerciais - o que torna explícita a crise, que vinha em curso desde meados da década dos 70, através do estrangulamento cambial, taxas negativas de crescimento no triênio 1981/1983 de aguda recessão, aumento do nível de desemprego, desestruturação das finanças públicas e hiperinflação iminente. (1)

(1) Para uma compreensão da dinâmica econômica global, deste período, e suas relações econômicas ver: Tavares (1987), Belluzzo (1988), Mazzucchelli (1987), Braga (1988), Oliveira (1987) e de Paula (1987).

Os reflexos imediatos desses acontecimentos sobre as finanças públicas - nos três níveis - se manifestam, inicialmente, através da queda na capacidade de gasto do Estado em custeio e principalmente, investimentos, acompanhado de forte elevação de seus encargos financeiros, terminando por configurar um quadro de iliquidez em face dos mais imediatos compromissos de ordem corrente. Foram frutos da convergência de dois efeitos adversos: queda das receitas próprias - tributárias, preços e tarifas públicas - e elevação do endividamento público interno e externo, que imobiliza o Setor Público, no sentido de assumir o papel dinâmico, que lhe caberia ter, contra a perspectiva de estagnação e deterioração da base produtiva.

Dentro desse cenário se insere, portanto, este trabalho cujo objetivo é o de contribuir para o debate sobre o comportamento das finanças públicas estaduais, no contexto da crise econômica brasileira dos anos 80, através do estudo do caso específico das finanças públicas do Estado de São Paulo, no período entre 1979 e 1985. Para tanto, busca-se desenvolver uma análise que propicie uma visão de conjunto das finanças do Setor Público Paulista, no período em questão, não apenas quantificando suas principais variáveis agregadas, mas também procurando avaliar as principais determinantes do agravamento acelerado de seus problemas, que atualmente limitam sua gestão econômico-financeira.

O passo fundamental, no sentido da obtenção dessa visão de conjunto do comportamento das finanças do Setor Público Paulista (SPP), foi a montagem de um esquema matricial - Matriz de Fontes e Usos - que permitiu melhor análise de seus principais fluxos financeiros, bem como de seus mecanismos. A construção deste esquema requereu a formulação de uma metodologia para o tratamento dos dados referentes às diversas entidades que compõem o SPP (Administração Direta e Descentralizada). Incorpora-se, portanto, pela primeira vez neste estudo, além das contas relativas à Administração direta, as da Descentralizada (aqui entendida como o conjunto das Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais não-financeiras) responsáveis, ao período, por cerca de 3/4 dos recursos mobilizados pelo SPP.

Fato este que possibilitou a apresentação de informações consolidadas, via criação de novos agregados, cuja sistematização permite a obtenção de uma maior aproximação - valores globais - dos recursos efetivamente mobilizados pelo SPP a cada exercício.

Por outro lado, a complexidade e diversidade das entidades que compõem o conjunto do Setor Público Paulista (composto em 1985 por 20 secretarias de estado, 24 autarquias, 21 empresas não-financeiras e 13 Fundações) ⁽²⁾ - exigiram um trabalho de aprimoramento da metodologia acima referida, para que pudesse ser empregada com acuidade, bem como levaram a uma tomada de consciência de suas limitações. Entre estas, cabe destacar duas: a primeira seria a de que uma análise mais precisa e abrangente do fluxo financeiro do SPP deveria levar em conta o importante papel das entidades financeiras estaduais (BANESPA, BADESP, CEESP, DIVESP), quer no repasse de recursos, quer no atendimento às demandas do SPP. A segunda diz respeito às limitações quanto ao período estudado 1979/1985, dada a impossibilidade de se trabalhar com dados anteriores, uma vez que inexistiam informações sistematizadas e confiáveis das empresas não-financeiras. Quanto ao biênio 1986/87, os dados relativos às empresas não-financeiras também não se encontram totalmente sistematizados. De toda maneira, as conclusões a que chegamos no trabalho não parecem ficar prejudicadas, devido à essas limitações; pelo contrário, a qualidade das entidades estudadas, atuando nos setores mais diversos da economia e apresentando contabilidades bastante distintas, suscitou tal volume de questões a serem resolvidas que hoje torna-se possível afirmar ser esta metodologia passível de aplicação para o estudo de outros estados e municípios.

Na elaboração da "Matriz de Fontes e Usos do SPP", foram utilizadas as seguintes fontes básicas de dados: Balanços Gerais do Estado de São Paulo elaborados pela Coordenação da Administração Fi

(2) A listagem dessas entidades e sua organização institucional encontra-se no Anexo II pág. 88.

nanceira - CAF, órgão da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; Fluxos de Caixas e Fluxos de Atrasados Financeiros das Empresas Públicas não-financeiras de São Paulo, elaborados pela Coordenadoria de Investimentos das Empresas e Fundações - CIEF, órgão da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, e, Fluxos de Caixa das Autarquias e Fundações, retirados dos Relatórios da Execução Orçamentária (REO), elaborados pela Coordenadoria de Programação Orçamentária - CPO, órgão da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Além das fontes básicas de dados utilizadas, cabe destacar, o fato de que a questão chave na elaboração da Matriz, consistiu na obtenção do volume de recursos transferidos, direta ou indiretamente, pelo Tesouro do Estado à Administração Descentralizada (autarquias, empresas e fundações), de modo a minimizar a ocorrência de dupla contagem. Para tanto, tornou-se necessário compatibilizar os dados econômicos dos Balanços Gerais com os dados financeiros dos Fluxos de Caixa, fato que está demonstrado no Anexo Metodológico.

Outra característica do Estado de São Paulo a ser ressaltada, enquanto objeto de estudo específico para o entendimento do comportamento das finanças estaduais na crise, é a sua posição ímpar frente as demais Unidades Federativas.

Por um lado, destaca-se sua maior autonomia relativa frente ao Governo Federal, devido ao peso relevante dos recursos gerados internamente pelo SPP, em relação as transferências federais institucionais, no total de suas fontes de recursos. Muito embora tenha aumentado gradativamente a sua dependência financeira quanto a utilização de recursos oriundos de operações de crédito realizados junto às entidades financeiras federais (BNDES, CEF, etc...), no financiamento de seus programas de investimentos, particularmente, a partir de 1983 quando tornam-se escassos os recursos externos. Pois, neste contexto, segundo Rezende e Afonso (1988) "uma operação de contratação de dívida por um governo estadual, assume a natureza peculiar de uma

forma disfarçada de transferência, constituindo outra das múltiplas faces das relações financeiras intergovernamentais no Brasil".

Por outro lado, a concentração econômica e, mais especificamente industrial, no Estado - a economia paulista concentra mais de 50% da indústria nacional e, mais ainda, 3/4 partes da indústria mais moderna (bens de capital e bens de consumo duráveis), sendo o grande foco de geração de empregos produtivos do país - torna-o mais suscetível às oscilações do nível da atividade econômica. Assim, qualquer estrangulamento no Setor Público Paulista, que dá sustentação a esse desenvolvimento, pode provocar problemas para o desenvolvimento brasileiro, uma vez que, as tarefas e responsabilidades do SPP aumentam com o crescimento da economia estadual, particularmente, no que diz respeito à infra-estrutura básica (transporte, saneamento, energia) e social (educação, saúde e segurança). Além disso, como é sabido, o SPP ocupa-se de funções que usualmente seriam destinadas à União tais como: ferrovias, rodovias, universidades, institutos de pesquisas e outras ligadas à saúde, agricultura etc.

Destas constatações emergem dois fenômenos paralelos que ressaltam a oportunidade do presente estudo de caso. Por um lado, o peso dos recursos gerados internamente (tributários e operacionais) em suas fontes de financiamento, tem como consequência que as oscilações do nível da atividade econômica refletem-se diretamente nas finanças do SPP, constituindo-se, por conseguinte, num modelo exemplar para o estudo em períodos de crise. De outra parte, estes mesmos períodos críticos se manifestam de forma mais acentuada no Estado de São Paulo, levando a sociedade civil a pressionar o Setor Público pela melhora e ampliação de seus serviços; serviços estes que são geridos pelo próprio Estado. Neste sentido, as demandas também são pronunciadas sobre o Governo do Estado de São Paulo.

Em síntese, pretende-se demonstrar de forma mais "pura" as

consequências da crise econômica nacional, da crise financeira e fiscal do Estado Brasileiro, e as interações destas crises com a dinâmica das finanças públicas estaduais. Uma vez que, nos demais estados da federação, cujas bases econômicas são significativamente inferiores as de São Paulo, a crise das finanças estaduais estaria muito mais relacionada as dificuldades da União, refletindo com menor clareza todas as consequências da crise econômica e financeira geral por que passa o País.

x x x x x x x

Com vistas ao tratamento do tema acima apresentado este trabalho se divide, naturalmente, em três partes.

Na primeira parte, será feita a análise do comportamento das principais fontes de financiamento do SPP, no período entre 1979 e 1985, agregando-se em quatro grandes categorias econômicas, a saber: "Recursos do Tesouro", "Receitas Próprias", "Operações de Crédito" e "Outras". Como o objetivo do estudo é apreender o movimento mais geral desta estrutura de financiamento na análise de cada uma dessas novas variáveis agregadas, será dado destaque para os itens de receitas, que pelas suas características, determinaram de forma preponderante a evolução das mesmas.

Na segunda parte, analisaremos a evolução dos principais itens gastos do SPP, no mesmo período, agregando-os, também, em quatro grandes categorias econômicas: "Pessoal", "Investimentos", "Serviço da Dívida" e "Outras".

Na terceira parte, teceremos considerações finais, sobre a natureza e os efeitos das mudanças ocorridas nessas estruturas (financiamento e gastos), que deixaram uma pesada herança para as futuras gestões econômico-financeiras do Setor Público Paulista. Além disso, serão apresentados três anexos: dois estatísticos e um método lógico - no qual será explicado item por item, os critérios adotados para compor essas novas variáveis agregadas formadoras das matrizes de fontes e usos do SPP.

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO PAULISTA - ENTRE 1979/85

Este capítulo tem como objetivo analisar o comportamento da Estrutura de Financiamento do Setor Público Paulista, entre 1979 e 1985, quando a mesma passa por mudanças substanciais - tanto pelo lado da natureza dos recursos que a compõem, como pelo lado das instâncias administrativas que os obtiveram - resultando no agravamento da situação financeira do SPP.

Para tanto, será feita uma análise da evolução de suas principais fontes de recursos, as quais foram agregadas em quatro grandes categorias econômicas, a saber: Recursos do Tesouro, Receitas Próprias, Operações de Crédito e Outras⁽³⁾. Mais especificamente, procuraremos basear nossa análise na apreensão do comportamento dos itens de receita (arrecadação do ICM, receitas operacionais e operações de crédito das empresas) que pelas suas características determinaram de forma preponderante a evolução de cada uma dessas novas variáveis agregadas.

I.1. RECURSOS DO TESOURO

A análise da fonte de financiamento, Recursos do Tesouro, descritos na Tabela 1, basear-se-á exclusivamente no estudo da evolução da arrecadação do ICM-QPE⁽⁴⁾, desconsiderando os demais itens de

(3) A composição de cada uma dessas variáveis agregadas encontra-se discriminada no Anexo Metodológico.

(4) A arrecadação do ICM é distribuída, consoante o texto constitucional, em duas parcelas: a primeira, ao Tesouro Estadual, compreende 80% da arrecadação ICM-QPE; os 20% restantes são destinados aos municípios (ICM-QPM), sendo repartidos segundo determinada fórmula. O ICM-QPE, doravante denominado de ICM, diz respeito a essa parcela destinada ao Tesouro do Estado.

receitas, tais como: recursos originários do ITBI-QPE e taxas, bem como os originários das chamadas receitas diversas (receitas patrimoniais, serviços, industrial etc...). Esta opção analítica de que o ICM constitui-se no principal fator determinante do comportamento dos recursos disponíveis para o Tesouro do Estado, é fruto da sua elevada participação - cerca de 90% em média - na composição desta fonte de financiamento, e, principalmente, da sua natureza de recurso "livre" para o Estado, uma vez que sua aplicação não se encontra, a priori, vinculada a determinados programas ou órgãos como o são os demais itens de receita que compõem esta fonte de financiamento.

TABELA 1
ESTADO DE SÃO PAULO
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO TESOIRO
1979/1985

ITENS	(EM %)							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS DO TESOIRO		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
RECURSOS TRIBUTARIOS		93.70	94.27	92.49	91.27	96.98	96.35	89.46
ICM-QPE		90.32	91.11	89.42	87.70	93.50	93.54	86.86
ITBI-QPE		.89	.82	.73	1.23	1.08	.91	.73
TAXAS		2.49	2.35	2.34	2.33	2.40	1.90	1.87
RECEITAS DIVERSAS		6.30	5.73	7.51	8.73	3.02	3.65	10.54
PATRIMONIAL		1.04	1.70	4.23	5.48	.44	1.16	7.64
INDUSTRIAL		.67	.74	.79	.53	.03	.04	.02
SERVIÇOS		--	--	--	--	.15	.19	1.24
AGROPECUARIA		--	--	--	--	.46	.67	.04
DIVERSAS		4.58	3.29	2.49	2.73	1.94	1.58	1.60

FONTE: TABELA 1, ANEXO II.

Antes de iniciarmos a análise da evolução da arrecadação do ICM paulista entre 1979 e 1985, cabe aqui situar a participação relativa dos recursos tributários do Estado de São Paulo sobre o total dos recursos tributários arrecadados no País. Observando, por um lado, a evolução de algumas relações entre os recursos fiscais que são arrecadados no Estado e no País e, por outro das parcelas desses recursos que efetivamente permanecem nos cofres do Tesouro Estadual (Tabela 2), nota-se que as mesmas, sem exceção, apresentaram tendências declinantes ao longo do período. Apesar disso, São Paulo continuou sendo a região fiscal que mais arrecadou e, por conseguinte, a que participou de forma mais ativa na redistribuição do "bolo" tributário, contribuído liquidamente para o restante do País, uma vez que permanecem em seus cofres apenas um terço, em média, do total de recursos tributários arrecadados no Estado.⁽⁵⁾ Ilustrando, em parte, a posição ímpar que ocupa no espectro das unidades federais mencionada na apresentação inicial do trabalho.

TABELA 2
 RELAÇÕES ENTRE AS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS ARRECADADAS EM SÃO PAULO E BRASIL
 1979/1985

ITENS	(EM %)								
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	MÉDIA
REC. ORÇ. DO TES. NAC. ARREC. EM SP/ REC. ORÇ. DO TESOURO NACIONAL		43.78	33.74	35.15	34.40	35.03	33.89	35.37	35.91
REC. TRIB. ARREC. EM S. PAULO/ REC. TRIB. ARREC. BRASIL		44.15	37.75	36.90	36.90	39.82	37.79	39.87	39.03
ICM - QPE S. PAULO/ICM - QPE BRASIL		43.51	41.76	40.32	40.36	39.52	37.51	38.12	40.16
TOTAL DE REC. FISCAIS EM S. PAULO/ TOTAL DE REC. FISCAIS ARREC. EM SP		33.10	35.33	34.84	35.29	31.14	32.23	32.40	33.48

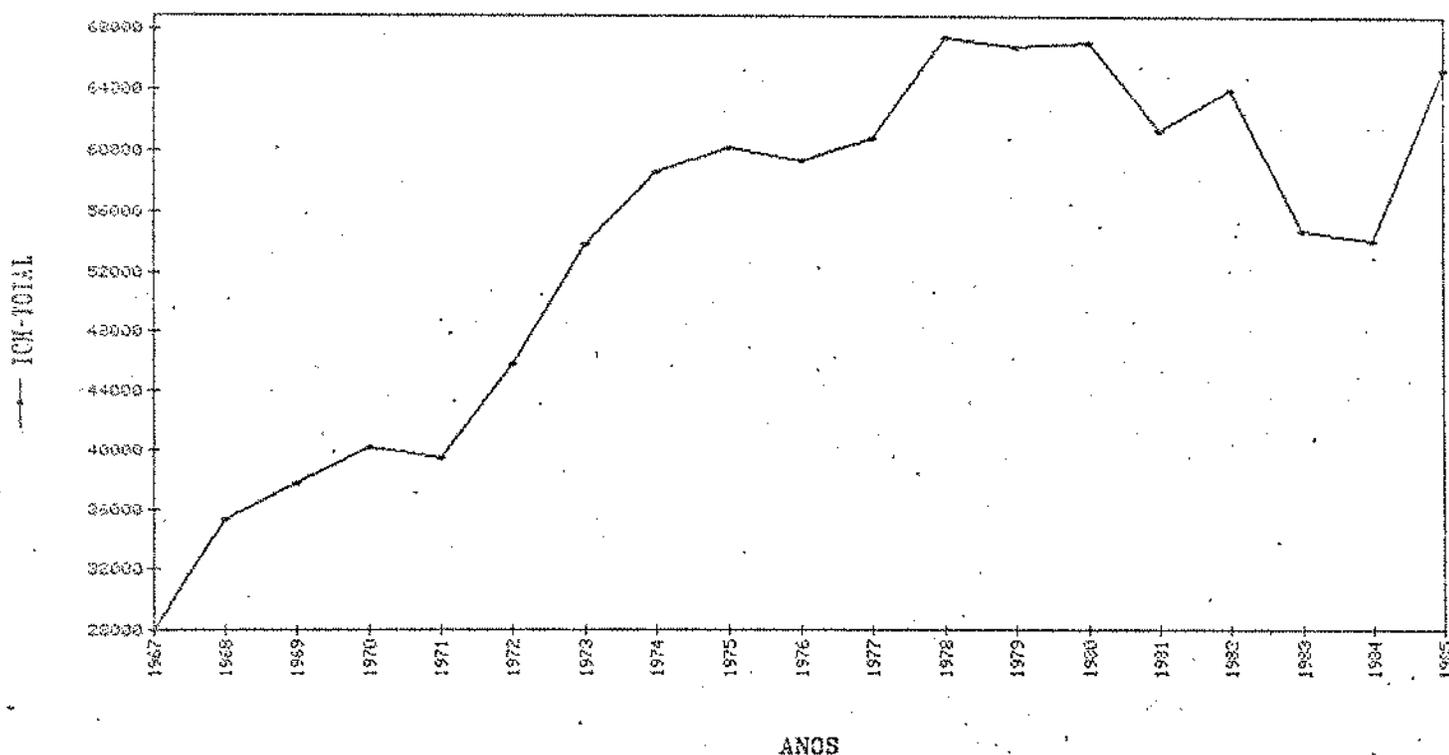
FONTE: TABELA 7, ANEXO III.

(5) Conforme a Tabela 2, em média de cada Cz\$ 100,00 da receita orçamentária da União Cz\$ 35,91 provêm de São Paulo. De cada Cz\$ 100,00 de receita tributária da União, Cz\$39,04 provêm de São Paulo. De cada Cz\$ 100,00 do ICM arrecadado no país Cz\$ 40,15 são arrecadados em São Paulo. E, finalmente, de cada Cz\$ 100,00 de todos os recursos tributários arrecadados no Estado, apenas Cz\$ 33,51 ficam nos cofres do Tesouro Estadual.

A partir dessas considerações iniciais passaremos à análise do comportamento da arrecadação do ICM paulista entre 1979 e 1985.

Após ter experimentado um período de expansão significativa, que vai desde sua criação, em 1967, até 1978, as receitas oriundas da arrecadação do ICM atravessam uma fase de semi-estagnação no triênio 1978/80, iniciando, a partir de então, um período de forte declínio até 1984. Em 1985, essa tendência declinante se reverte e a arrecadação do ICM volta a atingir um nível próximo ao obtido no biênio 1979/80⁽⁶⁾ (Gráfico 1).

GRAFICO 1
ESTADO DE SAO PAULO
EVOLUCAO DA ARRECADAÇÃO DO ICM
1967/85



Valores em Cz\$ milhões de 1986
Fonte: dados da tabela 8-Anexo III,

(6) Com efeito, a taxa média anual de crescimento da arrecadação do ICM em São Paulo teve o seguinte comportamento:

1967/78 = 8,3%
1978/89 = -0,2%
1980/84 = -5,2%
1980/85 = -0,5%

Levando-se em conta apenas o período em estudo (1979/85) (Tabela 3), as razões da queda verificada na arrecadação do ICM e, como consequência, da participação relativa dos recursos de natureza fiscal na estrutura de financiamento do SPP como um todo, devem ser buscadas no somatório de alguns fatores, dentre os quais se destacam: os efeitos da recessão econômica no quadriênio 1981/84; a aceleração inflacionária; e, por fim, a pouca eficácia das medidas de política fiscal, especialmente em relação ao melhor equacionamento da questão das isenções e imunidades concedidas pelo ICM, e da reestruturação do sistema tributário no período em estudo.

TABELA 3
ESTADO DE SÃO PAULO
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM-QPE
1979/1985

ITENS	ANOS	(EM CZ\$ MILHÕES DE 1986) (1)						
		1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ARRECADAÇÃO DO ICM-QPE		53699	53852	49103	51277	43892	43391	52377
VARIAÇÃO ABSOLUTA EM RELAÇÃO A 1979		--	153	-4596	-2422	-9807	-10308	-1322
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)		-.60	.28	-8.82	4.43	-14.40	-1.14	20.71
INDICE DE EVOLUÇÃO		100.00	100.28	91.44	95.49	81.74	80.80	97.54

FONTE: BALANÇOS GERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTA: (1) VALORES INFLACIONADOS PELO IGP-DI "COLUNA 2" (IBRE/FGV) MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

Em primeiro lugar, há que se deter no comportamento da economia brasileira, no período em análise, particularmente, na fase posterior a 1980 quando se inicia o processo de retração econômica,⁽⁷⁾ que se prolongará até meados de 1984.

Mais especificamente, torna-se necessário avaliar os efeitos da recessão sobre a economia paulista e seus reflexos no comportamento da arrecadação do ICM. Isso porque se a maior participação do ICM no total dos recursos do Tesouro é destes, no total da estrutura de financiamento dos gastos realizados pelo SPP, pode, de um lado, indicar maior autonomia relativa das finanças estaduais paulistas comparativamente à maioria dos Estados da Federação; por outro, revela com maior nitidez o caráter estritamente reflexo dessa fonte de recursos ante o ritmo de expansão ou contração da economia.

Em outras palavras, o fato de o ICM ser um imposto lançado sobre o valor adicionado⁽⁸⁾ faz com que sua evolução esteja íntima

(7) As principais características que marcam a especificidade do processo de recessão econômica brasileira, que se inicia em fins de 1980 e se estende até os primeiros meses de 1984, são:

- os setores industriais são os mais afetados;
- entre esses, a indústria de bens de capital, principalmente a de produtos mecânicos, apresentou resultados fortemente negativos, em decorrência da retração dos investimentos;
- o mesmo é válido para a indústria da construção civil;
- a única exceção é a indústria extrativa mineral, devido ao incentivo à produção de petróleo;
- parcelas crescentes da produção em geral e da indústria de transformação em particular são destinadas à exportação;
- os coeficientes de importação da economia em geral e da indústria de transformação em particular foram reduzidos.

Maiores detalhes sobre o comportamento da economia brasileira no período, consultar: Goldenstein, L. (1985); Análise de Conjuntura Econômica (1984/1985); Boletim de Conjuntura Industrial (1983/1985).

(8) Na realidade, o ICM desvia-se substancialmente do princípio do valor adicionado puro na alocação do imposto entre setores de atividades econômicas, pois não inclui todas as atividades em sua base de cálculo. Isso faz com que sua distribuição entre os setores difira significativamente do valor adicionado correspondente. Maiores detalhes consultar C.A. Longo (1984).

mente correlacionada ao ritmo de expansão da economia⁽⁹⁾ e, especificamente no caso de São Paulo, ao ritmo de expansão da indústria de transformação, responsável pelo recolhimento de cerca de 70% do ICM arrecadado (Tabela 4). Sem dúvida, pela análise da evolução de alguns indicadores econômicos (Tabela 5) verifica-se que o processo recessivo por que passou a economia brasileira atingiu de maneira mais que proporcional a indústria de transformação e, por consequência, a economia paulista. Não é de se estranhar, portanto, a queda na arrecadação do ICM paulista (em especial no biênio 1983/84), há pouco mencionada, nem tampouco a redução na participação das regiões e Estados mais industrializados - especialmente São Paulo - no total do ICM ar

Tabela 4
ESTADO DE SÃO PAULO
ESTRUTURA DO PIB E DA ARRECADAÇÃO DO ICM

	Em percentagem	
	PIB/PAUL (1)	ICM/PAUL (2)
Setor Primário	4,1	0,23
Setor Secundário	52,4	72,77
- Indústria de Transformação	46,8	72,72
- Outros	5,6	0,05
Setor Terciário	47,5	27,05
- Comércio	20,2	25,44
. Atacado	-	11,88
. Varejo	-	13,56
- Sistema Financeiro	15,1	-
- Outros	12,1	1,61

Fontes: (1) Representa a média de 1975/80, retirado de Kon (1985)

(2) Anuário Estatístico do SEADE - 1974 a 1982 - representa a média destes anos.

(9) Esta correlação só não é maior pois não fazem parte de sua base de cálculo (excluídos por legislação federal) o setor de serviços, a mineração, os combustíveis líquidos e gasosos, e a energia elétrica. São ainda isentos (parcial ou integralmente) de recolhimento desse tributo uma gama variada de produtos, tais como: hortifrutigranjeiros, bens de produção agrícola, equipamentos e máquinas industriais para investimentos, produtos manufaturados para exportação etc.

recadado no País⁽¹⁰⁾. Isto posto torna-se possível afirmar que parte ponderável da queda na arrecadação do ICM paulista deriva do agravamento da situação econômica do País, no período considerado.

TABELA 5
INDICADORES ECONOMICOS

1979/85

(ANO BASE - 1980=100)

ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO		INDICES DE PROD. INDUSTRIAL		EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS		ARRECAÇÃO REAL DO ICM-QPE	
	BRASIL	S. PAULO	BRASIL	S. PAULO	BRASIL	S. PAULO	BRASIL	S. PAULO
1979	92	93	99	---	78	---	96	100
1980	100	100	100	100	100	100	100	100
1981	97	92	84	87	130	116	95	91
1982	98	94	93	86	108	92	99	95
1983	95	92	87	81	128	97	84	82
1984	100	96	98	86	175	139	90	81
1985	109	105	101	94	164	132	107	97

FONTE: TABELA 10 - ANEXO III.

A aceleração inflacionária constitui-se num segundo fator de queda da arrecadação do ICM, no período considerado, e mais especificamente no biênio 1983/84⁽¹¹⁾. Em princípio, ela não chega a prejudicar as rendas do Estado, no que toca ao ICM, por ser este um imposto advalorem, mas esta característica deixa de vigorar quando a alta generalizada de preços se torna explosiva e ascendente, em virtude do "hiato temporal" existente entre o fato gerador e o efetivo recolhimento do tributo.

(10) De 1979 para 1985, a participação de São Paulo na arrecadação total do ICM no Brasil caiu de 43,5% para 38,1%, enquanto no mesmo período a Região Sudeste também apresentou redução de 65,5% para 58,9%. Maiores detalhes, ver Tabela 11-Anexo III).

(11) No biênio 1983/84, as taxas médias anuais de inflação dobraram em relação ao biênio anterior, passando de 100% para 200%, marcando um agravamento mais do que proporcional do vetor inflacionário, que se estabiliza, em 1985, neste novo patamar.

No caso específico do Estado de São Paulo, a arrecadação do ICM foi afetada, também, pela própria característica da Inflação no período, ⁽¹²⁾ quando se observou uma variação no sistema de preços relativos, com desvantagens para os preços dos produtos que compõem a parte mais relevante da base de cálculo do ICM tais como: em 1983 e boa parte de 1984 os preços agrícolas foram favorecidas em detrimento dos preços industriais; os gêneros industriais menos concentrados apresentaram taxas inflacionárias acima da média setorial, principalmente em 1983, refletindo o comportamento fortemente inflacionário do ramo dos produtos alimentares; os preços dos bens de consumo não-duráveis cresceram visivelmente à frente dos correspondentes aos bens de produção e da média inflacionária, também refletindo a forte inflação agrícola. ⁽¹³⁾

(12) O ano de 1983 foi marcado por choques de preços bastante intensos e localizados no tempo, provocando uma brutal inflação de custo. Os principais choques foram: i) maxidesvalorização de fevereiro, o componente importado puxou a inflação entre março e junho; ii) inflação corretiva, os preços públicos pressionaram o ICV entre junho e agosto; iii) a quebra da safra agrícola se manifesta a partir de julho. Em outras palavras, a prioridade do resultado comercial impôs uma política cambial inflacionária, o reequilíbrio das finanças públicas requereu a rápida correção de preços e o ônus que recaiu sobre a agricultura a tornou particularmente propensa a choques de oferta. O ano de 1984 inicia-se com a desaceleração da variação dos preços agrícolas. Contudo, a resistência à baixa do processo inflacionário, decorrente do sistema de indexação formal e informal da economia, em pouco tempo inviabilizou a tática antiinflacionária do governo de sorte que, já entre junho e julho de 84 percebia-se que a queda que até então vinha ocorrendo devia-se tão-somente a fatores sazonais, ligeiramente reforçados pela pressão sobre os preços agrícolas. Com o pacote monetário de setembro (aumento nas taxas de juros) quando as expectativas e o comportamento da demanda interna eram bastante positivos levaram a um duplo movimento: por um lado tem-se um movimento de reajustamento das margens de lucro e, por outro, um endurecimento das negociações salariais (reajustamento salarial segundo frações crescentes da variação do INPC e antecipações trimestrais, além de outros benefícios). Este duplo movimento que provocou a elevação dos custos salariais e financeiros contribuiu para acelerar intensamente a inflação. Maiores detalhes sobre o comportamento da inflação neste período, ver: Boletim de Conjuntura Econômica, nº 6 e nº 14 - SEP/CEBRAP.

(13) Maiores detalhes sobre a evolução dos preços relativos no período ver: (ibidem).

Assim, pode-se concluir que a explosiva aceleração inflacionária, principalmente e vivida no biênio 83/84, além de afetar negativamente a evolução da arrecadação do ICM, contribuiu decisivamente para reduzir o poder de compra do SPP, uma vez que a maioria dos seus custos (exceto pessoal) no mínimo cresceram a níveis semelhantes aos da inflação.

Como terceiro e último fator, cumpre destacar a reduzida eficácia de medidas de política fiscal e tributária tomadas num ambiente recessivo e inflacionário, característico do período em análise. Concretamente, no que toca ao ICM, as decisões tomadas a nível federal e pelo Governo do Estado pouco contribuíram para inverter a tendência de queda na arrecadação de ICM, mormente no biênio 1983/84.

Um exemplo claro desse fato diz respeito a utilização do ICM como instrumento de política tributária voltado ao desenvolvimento setorial e à diminuição das desigualdades regionais⁽¹⁴⁾ - via concessão de incentivos, isenções e/ou imunidades e alterações nas alíquotas (internas e interestaduais)⁽¹⁵⁾. Apesar de no período terem sido tomadas algumas medidas visando reduzir a influência desse fator é ele que explica em parte a razão da queda na arrecadação do ICM ter sido mais profunda e demorada do que a redução do PIB paulista particularmente no biênio 83/84 (como mostra a Tabela 5).

(14) Isto é, o que o Estado deixa de arrecadar para atender a finalidades específicas da política econômica geral, tais como: incentivo à exportação, incentivos aos investimentos, incentivos de cunho social ou administrativo etc. Deixando de lado os produtos e setores que são excluídos da base de cálculo do ICM pela legislação federal (constituição), como os combustíveis líquidos e derivados de petróleo (gasolina, querosene, óleo e gás liquefeitos), energia elétrica, setor serviços etc, as maiores isenções - no caso de São Paulo - recaem sobre os produtos industrializados destinados à exportação, produtos hortifrutigranjeiros e máquinas e equipamentos para investimentos, apesar de estes últimos terem tido, no período, reduções em suas isenções.

(15) As alterações das alíquotas internas e interestaduais do ICM são decididas através da CONFAZ.

Para reforçar o argumento acima, se levarmos em consideração a utilização do ICM enquanto instrumento de política de incentivo às exportações⁽¹⁶⁾, via isenções de tributo aos produtos industrializados exportados, constata-se que esse fato, ao menos no triênio 1983/85, provocou uma renúncia fiscal pelo Estado da ordem de 15% a 20% da receita total desse tributo. Em outros termos, os benefícios sobre a renda e emprego advindos da ampliação das exportações da indústria (caso típico de 1984) num primeiro momento, não chegam a refletir-se na arrecadação do ICM, uma vez que tais operações são isentas desse tributo.

Quanto ao uso do ICM como instrumento para diminuição das desigualdades regionais, no período em estudo, aplicou-se uma redução na alíquota interestadual média do ICM de 28% (caiu de 14% para 10%)⁽¹⁷⁾, propiciando que os Estados deficitários no comércio interestadual arrecadassem a diferença entre sua própria alíquota e a alíquota interestadual. Retendo, desta forma, recursos fiscais às expensas dos Estados superavitários em suas transações comerciais, como é o caso de São Paulo onde as transações interestaduais representaram, em média, no período, segundo C. Panzarini (1988), cerca de 25% do ICM arrecadado.

(16) Uma das peças centrais do "plano de estabilização econômica", posto em prática nos últimos anos, consistiu numa política agressiva de incentivos às exportações e redução das importações, com o objetivo de gerar superávits comerciais para equilibrar as contas do balanço de pagamentos. Essa política, inegavelmente, ampliou o coeficiente médio de exportações de vários ramos da indústria de transformação brasileira em geral, e da paulista em particular.

(17) Entre 1979 e 1985 a variação das alíquotas interestadual do ICM para São Paulo foram as seguintes:

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Op. Est. SUL/SE	14%	15%	11%	11%	12%	12%	12%
Op. Est. N/NE/CO	14%	11%	9,5%	9%	9%	9%	9%

Fonte: Boletim do ICM - SEF/MINFAR - fev/88.

Assim, as principais medidas tomadas em relação a melhoria da arrecadação do ICM tais como: a elevação da alíquota interna do ICM ocorrida nesse período, ⁽¹⁸⁾ associada ao encurtamento do prazo de recolhimento do ICM para os maiores contribuintes (junho/83) e à ampliação dos juros decorrentes de atrasos no recolhimento do tributo (junho/83), serviu apenas para enfrentar problemas imediatos, não sendo encarada, portanto, como medidas destinadas a promover modificações substantivas na arrecadação do tributo.

Em suma, a perda de relevância dos recursos de origem fiscal, dentro da estrutura de financiamento do SPP, foi comandada pela queda verificada na arrecadação do ICM no período em análise, o que condicionou praticamente o próprio desempenho do Governo Estadual, no que tange às ações dependentes de base de recursos, que deve ser creditados em grande parte à distorção de sua base tributária - incide basicamente sobre o setor industrial - associadas à recessão econômica e a explosão inflacionária e, em menor medida, à timidez nas mudanças referentes à ampliação da base de cálculo do ICM e à política de isenções e/ou imunidades.

I.2 - RECEITAS PRÓPRIAS

Esta fonte de financiamento compreende as receitas geradas internamente pelo conjunto das entidades que compõem a Administração Des

(18) Entre 1979 e 1982 a alíquota do ICM para operações internas cresceu 14,3% (passando de 14% para 16%). Em 1984, cresceu 6,3%, passando de 16% para 17% (Emenda Passos Porto).

O quadro geral da evolução das alíquotas do ICM para operações internas, no período, no período 1979/85, foi o seguinte:

1979	1980	1982	1983	1984	1985
14%	15%	15,5%	16%	17%	17%

Fonte: Boletim do ICM - SEF/MINFAZ - fev/88.

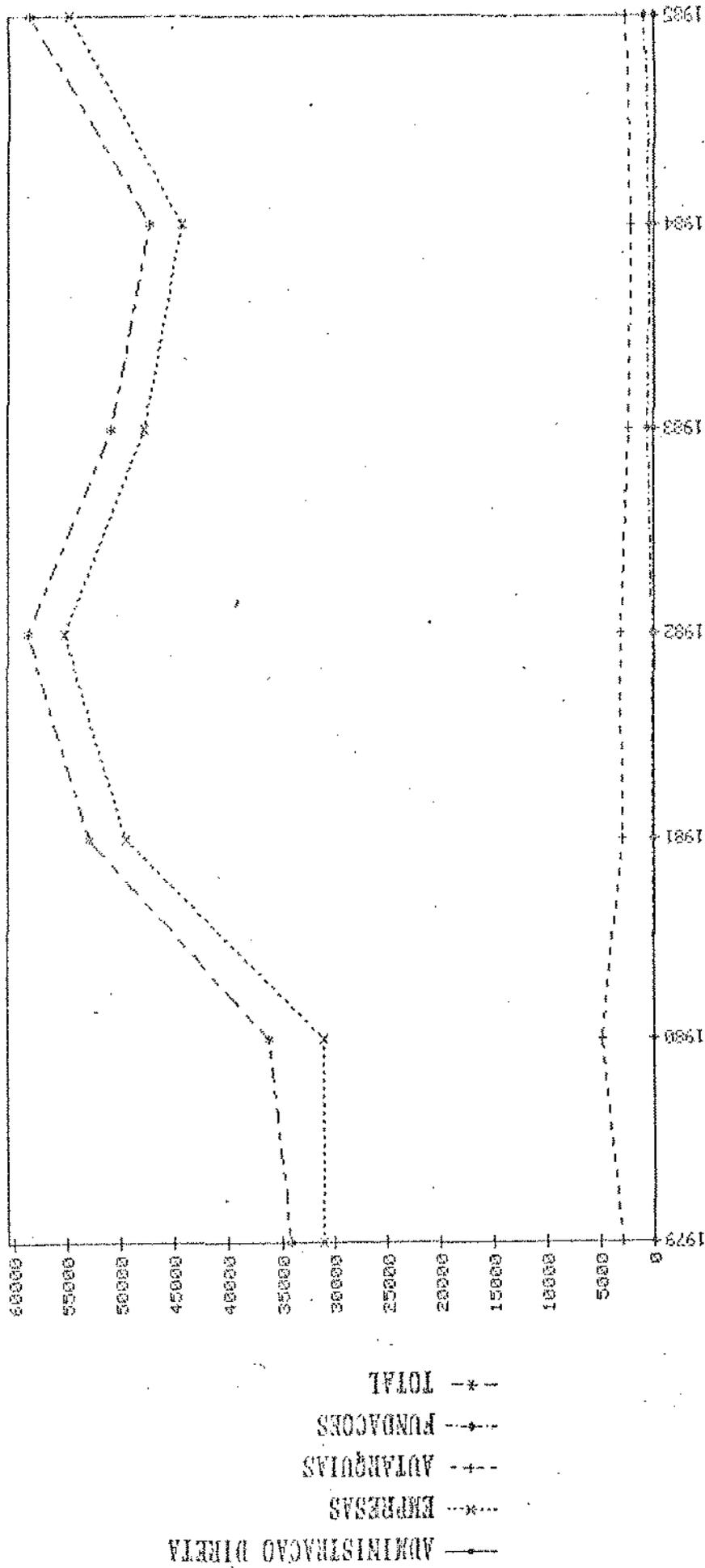
centralizada do Estado de São Paulo - autarquias, fundações e empresas - através da venda de seus serviços. Como mostra o Gráfico 2, a mesma caracteriza-se por ser composta em quase sua totalidade, pelas receitas próprias das empresas não-financeiras paulistas⁽¹⁹⁾, dentre as quais seis respondem por mais de 90% do total desses recursos, denotando forte concentração neste agrupamento de entidades.⁽²⁰⁾

Sua evolução no período (vide Gráfico 2) distinguiu-se da observada nos Recursos do Tesouro, principalmente no quadriênio 1979/82, quando apresentaram um crescimento real de 71%, fato que possibilitou uma considerável elevação de sua participação relativa dentro da estrutura de financiamento do SPP, inclusive, superando os recursos do Tesouro a partir de 1982. Cabe ressaltar, que este crescimento deve-se em grande parte a criação da Eletropaulo (1981) - incorporação pelo Estado da antiga Light - que sozinha representa cerca de 35%, em média, das receitas próprias do conjunto das empresas paulistas (Tabela 6). Já no biênio 83/84 elas sofrem uma retração voltando a crescer em 1985, o que reflete a inserção particular desse conjunto específico de entidades, no movimento econômico do período.

(19) Com efeito: as receitas próprias das empresas são constituídas pelas receitas operacionais (exceto as receitas provenientes da venda de serviços para Administração direta - cf. Anexo Metodológico) mais as diversas entradas e representam cerca de 93% desse item (ver Tabela 12 - Anexo III).

(20) Das seis empresas referidas, três são do setor energético (CESP, Eletropaulo e CPFL); duas pertencem ao setor transportes (VASP, FEPASA) e uma faz parte do setor de saneamento (SABESP).

GRAFICO 2
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DOS RECURSOS PROPRIOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 12-Anexo, III

TABELA 6
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS OPERACIONAIS
 1979/1985

	EM PERCENTAGEM						
ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
SETORES							
ENERGIA	48.27	48.74	66.08	67.98	67.39	70.87	70.69
ELETROPAULO	0.00	0.00	33.34	37.91	38.36	36.44	36.36
TRANSPORTE	30.66	29.96	18.47	16.35	17.76	16.28	15.77
SANEAMENTO	13.95	14.27	10.12	10.56	10.02	8.82	8.69
OUTRAS	7.12	8.03	5.33	5.11	4.83	4.03	4.85
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: DADOS DA TABELA 13- ANEXO III

Desta forma, sua característica - ser composta basicamente das receitas operacionais e concentrar-se num reduzido número de empresas - e sua evolução ao longo do período podem dar a entender que o item "Receitas Próprias" seria importante fonte alternativa de financiamento aos gastos realizados pelo SPP, ⁽²¹⁾ compensando, assim, a sofrível evolução considerado. Contudo, fatores de ordem estrutural e conjuntural não permitem encará-lo dessa maneira.

Por um lado, são muito reduzidas as possibilidades de transferir para outras entidades os virtuais excedentes existentes (resultado operacional) nesta ou naquela empresa; ou seja, é praticamente impossível, por exemplo, lastrear ampliações de redes de água ou esgotos com os excedentes das empresas de energia ⁽²²⁾. Por conseguinte, embora vultosos, tais recursos são impróprios para conferir maior equilíbrio aos gastos públicos, visto serem praticamente imóveis e, a partir de 1982, apresentarem uma tendência declinante. Por outro lado, as tarifas das seis empresas acima mencionadas são determinadas pelo Governo Federal, o que impossibilita uma política mais agressiva do Estado nesses setores, com vistas a atender seus programas de investimentos.

Dado o ambiente recessivo e inflacionário, característico do período em análise, bem como as considerações de ordem estrutural já feitas, é razoável concluir que as "Receitas Próprias" ou, melhor ainda, as receitas operacionais das empresas ficaram diretamente atreladas - via efeito quantidade - à evolução da economia brasileira em geral, e da paulista em particular, embora com uma flutuação menos pronunciada. Isso se deve principalmente ao fato de que, além de a demanda por serviços públicos ter mantido seu crescimento, a

(21) Convém salientar que esses recursos não seriam inteiramente disponíveis e sim somente os excedentes gerados com resultados operacionais positivos que se concentram basicamente nas empresas do setor energia (vide Gráfico 3 e Tabela 14 - Anexo III)

(22) Vide nota 70 pág .

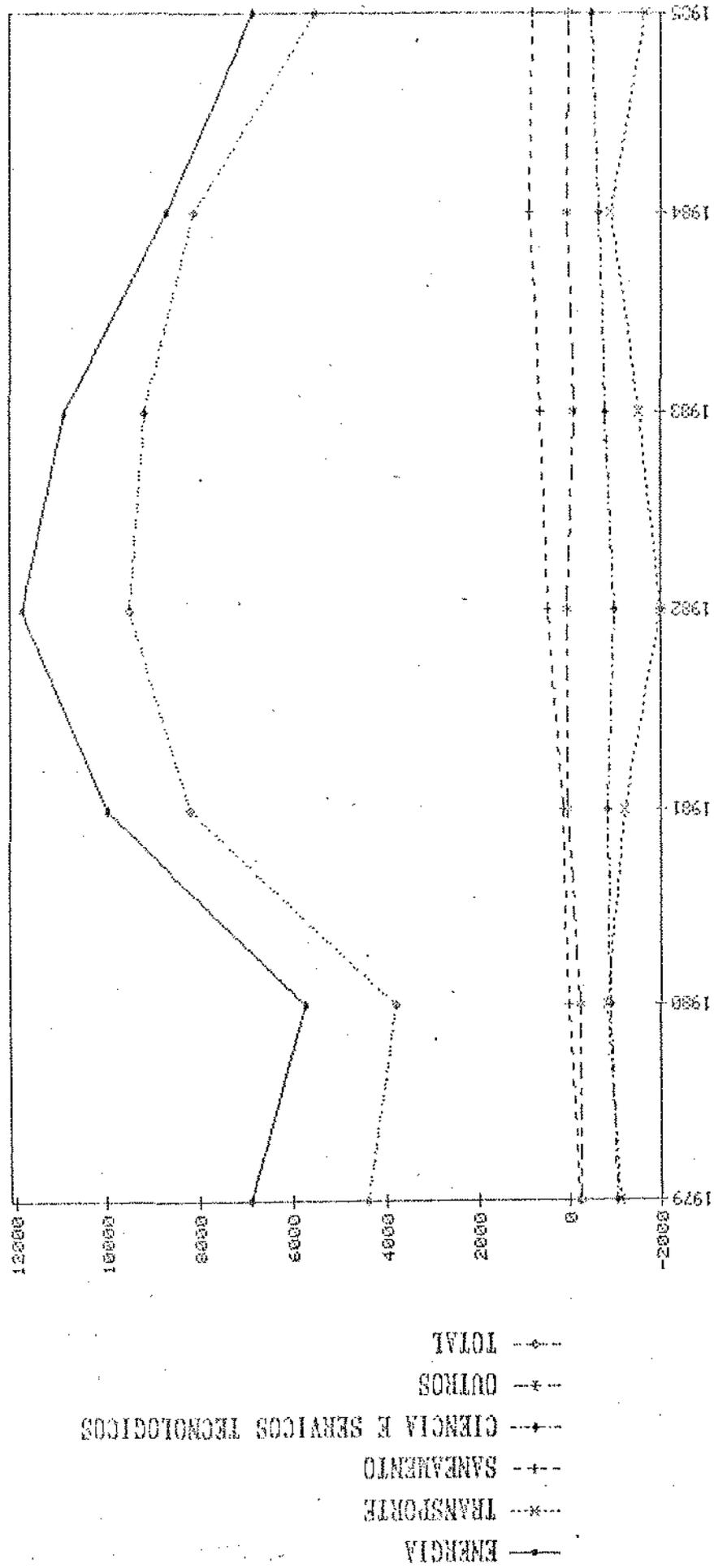
maioria desses serviços constitui mercados monopólicos (energia elétrica, saneamento básico).

Há que se considerar também o efeito-preço a partir da ausência de políticas tarifárias realistas que compensassem os efeitos danosos da recessão sobre as receitas operacionais das empresas. Isto porque, de um lado, as repercussões eminentemente sociais de uma política tarifária realista em época de crise, dadas as condições da economia brasileira (inexistência de uma distribuição de renda e de salários mais homogênea, com pisos salariais mais elevados e com maior formalização das relações do trabalho), dificulta a retirada dos subsídios tarifários, que se transformam em parte integrante da formação da receita, capaz de cobrir os custos operacionais e a reserva de investimentos, sobretudo, nas empresas de serviços de utilidade pública FEPASA, METRÔ, SABESP), transformando-as em empresas dependentes de recursos fiscais. Por outro lado, o recrudescimento inflacionário, a partir de 1979/1980, aliado às altas taxas de juros (internas e externas) e o agravamento da situação cambial do País, induziram as autoridades econômicas a adotarem uma política de contenção de preços e tarifas públicas que, além de ser um elemento adicional à política de controle da inflação (devido ao grande poder de propagação das tarifas dos setores básicos) e subsidiar o setor privado (particularmente o setor exportador), cumpriu a função de estimular a captação de recursos externos pelas estatais via redução de seu grau e capacidade de autofinanciamento.

A conjugação dessas duas atitudes, determinaram a decisão, por parte do Governo Federal, ⁽²³⁾ de sacrificar a rentabilidade das empresas públicas em geral, e as paulistas, em particular, conforme pode ser verificado pela Tabela 7 e Gráfico 3.

(23) Os próprios gestores da política econômica reconhecem a defasagem tarifária, tentando algumas vezes reverter esse processo: em 1980 com a chamada inflação corretiva; em 1983 explicitada dentro dos acordos com o FMI; e em 1985 através de planos de recuperação setoriais.

GRAFICO 3
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUCAO DO RESULTADO OPERACIONAL POR SETOR
 1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 13-Anexo III

Tabela 7
ÍNDICE DE TARIFAS

ANO	VASP (1)	METRÔ (2)	FEPASA (3)	SABESP (4)	ENERGÉTICAS(5)	IGP
1979	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
1980	2,1	1,7	1,6	1,9	1,9	2,0
1981	3,9	3,3	4,3	4,1	4,4	4,2
1982	8,2	6,1	7,9	8,6	8,0	8,2
1983	24,4	14,6	15,6	18,8	17,9	20,9
1984	105,2	40,3	34,6	59,1	56,9	67,0
1985	317,6	138,4	133,2	198,2	197,4	218,2

Fonte: - Brasil 1985 Relatório sobre a situação social do país - vol.I - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Instituto de Economia - UNICAMP
 - Anuário Aviação Civil - vol. II - 1985
 - GI Tarifas e Preços Públicos - SEAP - out/1985
 - SABESP

Notas: (1) Tarifa média Tráfego Doméstico
 (2) Tarifa média bilhetes unitários
 (3) Tarifa média subúrbios
 (4) Tarifa média água e esgoto
 (5) Tarifa média

Do exposto, é possível afirmar que as características do item analisado, ao impossibilitarem um crescimento significativo das receitas operacionais, conduziram as empresas ao mercado financeiro, com vistas ao financiamento de seus investimentos e serviço, da dívida, como será explicitado na próxima unidade.

I.3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As captações de recursos via operações de crédito (internas e externas) foi o item que apresentou maior crescimento dentro da estrutura de financiamento, entre 1979 e 1985. Esse movimento ascendente se acentuou principalmente no biênio 1983/85, quando inclusive, ultrapassa, em valor absoluto as demais fontes de recursos. Com efeito, entre 1979/1985, as operações de crédito realizadas pelo SPP apresentaram um crescimento real de 104,3% (equivalente a uma taxa anual média de 12,6%)⁽²⁴⁾.

Tal processo de crescimento acelerado do nível de endividamento do SPP, de modo semelhante ao ocorrido no conjunto do Setor Público, vem confirmar a tendência delineada desde meados da década dos 70, de, por um lado, intensificar a contratação de operações de crédito para compensar a redução na capacidade de auto-financiamento do setor frente seus programas de gastos, dado o declínio dos recursos de origem fiscal e operacional⁽²⁵⁾. E, por outro, seguir as inflexões da política econômica, no período, que determinaram a utilização do Setor Público, em especial suas empresas, enquanto instrumento de captação de recursos externos, no sentido de suprir as necessidades de financiamento da economia brasileira para investimentos e crescentemente para rolagem da dívida externa (pública e privada).

(24) As operações de crédito, de 22% no biênio 79/80, passam a representar cerca de 34% no biênio 84/85 da estrutura de financiamento do SPP (ver Tabela 1 - Anexo III).

(25) Ou seja, a ampliação do nível de endividamento do SPP, em particular de suas empresas, se insere no movimento de ajustamento do Setor Público (nos três níveis e em especial suas empresas estatais), durante os anos de recessão econômica, sendo parte integrante das mudanças aos níveis patrimonial e financeiro que se processaram no setor produtivo da economia brasileira. Estas mudanças se deram de maneira distinta entre as empresas estatais e as privadas, sendo que entre as estatais, as empresas estaduais foram as mais afetadas negativamente desta questão devem ser buscados no trabalho realizado por Almeida (1987), onde o autor discute minuciosamente os efeitos dessas mudanças sobre as empresas privadas (nacionais e estrangeiras) e públicas (federais e estaduais).

Analisando a evolução dos itens que compõem a estrutura de endividamento do SPP⁽²⁶⁾, verifica-se que são as operações de crédito realizadas pelo conjunto das empresas públicas que determinaram o aumento do nível desta fonte de recursos (Gráfico 4). Pois, no período, além de obterem um crescimento real de 147% (equivalente a uma taxa anual média de 16,3%), aumentaram sua participação relativa - de 71% em 1979 passam a representar 86% em 1985 - no total das operações de crédito realizadas pelo SPP⁽²⁷⁾.

Quanto à origem e natureza do endividamento realizado pelo conjunto das empresas (Tabela 8), destaca-se o crescimento dos empréstimos, principalmente em moedas estrangeiras, em detrimento dos financiamentos (nacionais e estrangeiros) estes sim, associados diretamente a projetos⁽²⁸⁾, cuja evolução apresenta ligeira queda até 1984. Já em 1985, tais financiamentos voltam a crescer, e, face à continuidade da crise do mercado externo, dirigem-se de maneira

(26) A captação de recursos de terceiros pelo SPP materializa-se, através das seguintes operações de crédito:

- dívida interna:

- . emissões de títulos do Tesouro (ORTPs);
- . contratos de financiamento e/ou empréstimos junto às instituições financeiras nacionais realizadas pelas empresas, autarquias e administração direta.

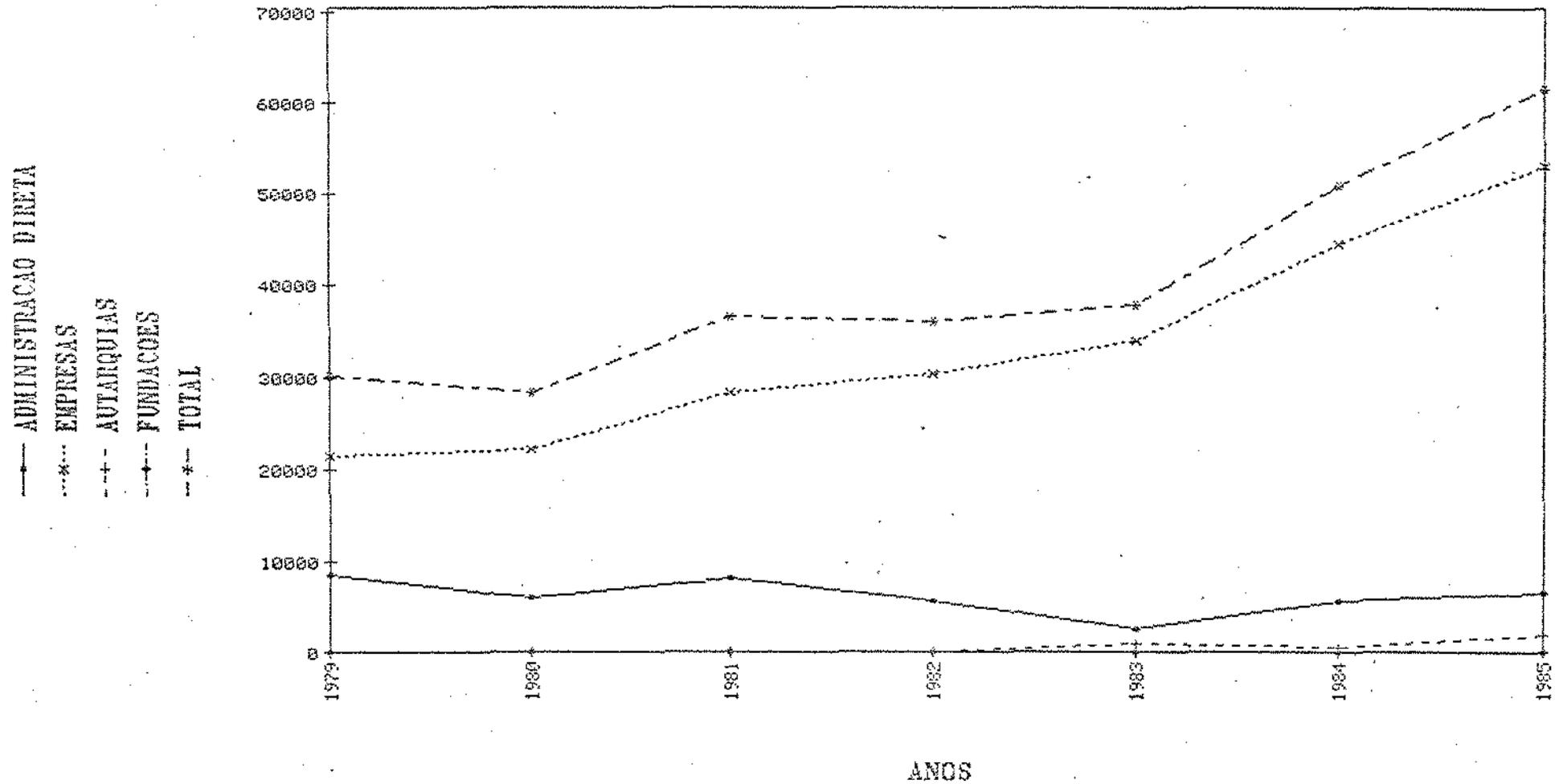
- dívida externa;

- . contratos de financiamento e/ou empréstimos junto às instituições financeiras internacionais realizadas pelas empresas, autarquias e administração direta.

(27) Concomitantemente aos aumentos verificados tanto na participação relativa como no volume de recursos captados via operações de crédito pelo conjunto das empresas estaduais, as emissões de títulos realizadas pelo Tesouro (ORTPs, hoje OTEs) sofreram queda real em torno de 25% (equivalente a uma redução anual média de -4,6%) reduzindo sua participação relativa de 28% em 1979 para 10% em 1985, dentro da estrutura de endividamento do SPP (Ver Tabela 15 - Anexo III).

(28) Pela ausência de informação mais precisa, para efeito deste trabalho, estamos considerando as operações de crédito via contratos de empréstimos (nacionais e estrangeiros) como operações tipicamente bancárias (adiantamento de dinheiro em troca exclusivamente de juros). Por sua vez, os contratos de financiamentos (nacionais e estrangeiros) são considerados operações de crédito contratadas com fornecedores ou com instituições oficiais para fins específicos na área de investimentos.

GRAFICO 4
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 15-Anexo III

mais direta ao mercado interno de crédito basicamente junto ao BNDES.⁽²⁹⁾

TABELA 8
EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO
1979/85

(INDICES DE EVOLUÇÃO - 1979=100)

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ITENS							
EMPRESTIMOS	100	87	131	125	43	153	205
INTERNOS	100	94	72	45	42	51	87
EXTERNOS	100	81	176	187	44	233	297
FINANCIAMENTOS	100	78	71	67	35	24	99
INTERNOS	100	77	73	68	33	22	101
EXTERNOS	100	85	60	59	51	41	80

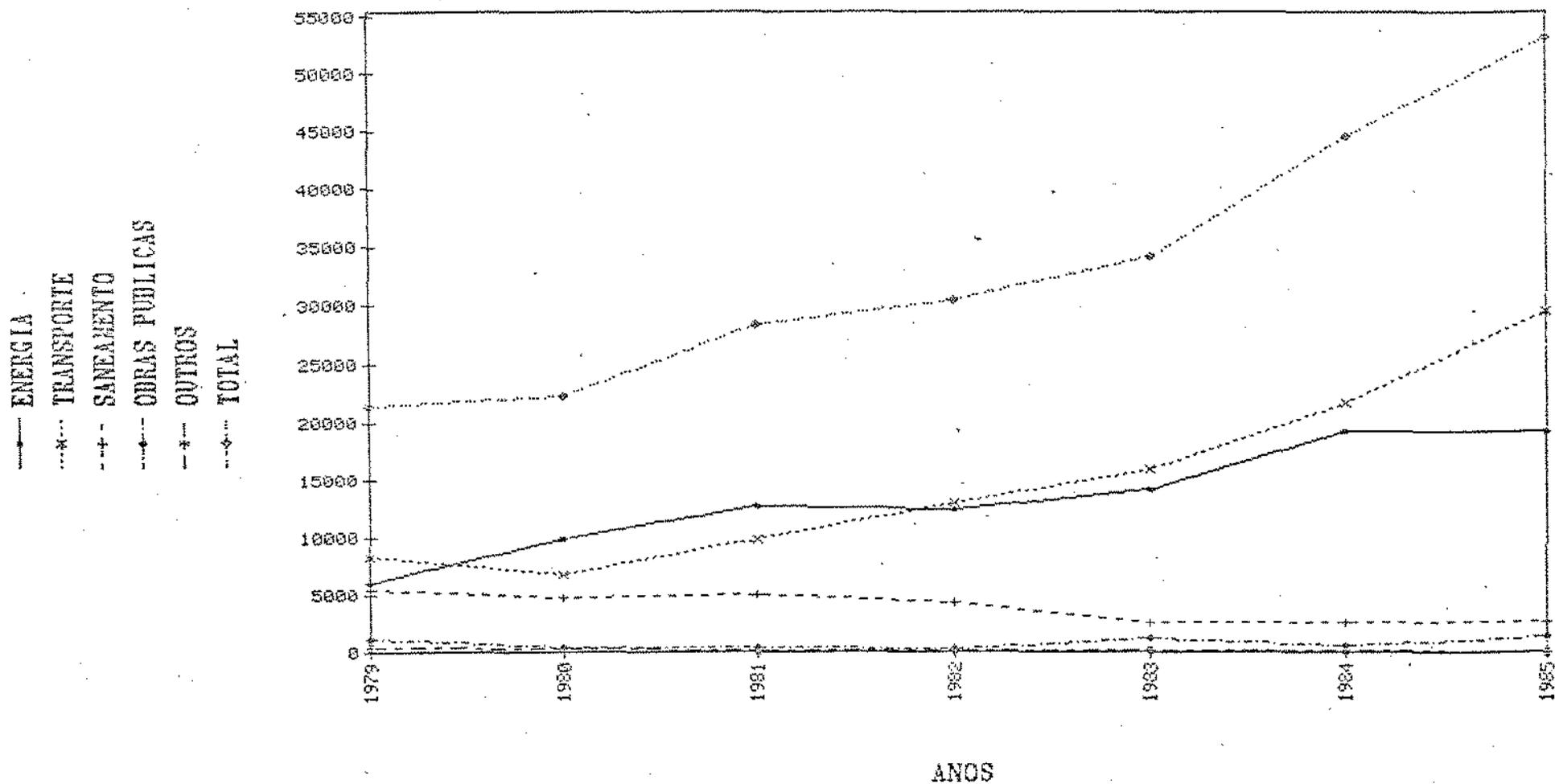
FONTE: TABELA 18 - ANEXO III

NOTA: PELAS DIFICULDADES EM SEPARAR AS OPERAÇÕES INFORMAIS DE CREDITO ENTRE EMPRESTIMOS INTERNOS E EXTERNOS, AS MESMAS FORAM EXCLUIDAS DESTA TABELA.

No que diz respeito a distribuição setorial desses recursos entre as empresas estaduais, tem-se uma concentração nítida na área de infraestrutura básica (energia, transportes e em menor escala no de saneamento) (Gráfico 5).

(29) Apesar de não estarem contabilizados os dados referentes aos anos de 1986/87, sabe-se, segundo informações colhidas junto a SECREFI/Sec.Faz. e CIEF/SEP, que neste biênio essa tendência foi acentuada, incluindo a partir de então, a participação de recursos obtidos junto a CEF, notadamente através de projetos como o FADS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

GRAFICO 5
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO POR SETOR
 1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 19-Anexo, III

O setor de transportes foi o que apresentou maior crescimento na captação de recursos via operações de crédito, transformando-os em sua principal fonte de financiamento⁽³⁰⁾. Essa necessidade crescente de recursos de terceiros, principalmente externos (em grande parte comprometidos com a rolagem da dívida pretérita), deveu-se às especificidades do setor: primeiro por não contar com recursos próprios em proporções significativas para fazer frente às suas necessidades de gastos; segundo, por ser o mais dependente de recursos transferidos do Tesouro estadual, foi o mais atingido pela crise fiscal do Estado; e, finalmente, por ter encontrado sérias dificuldades no período mais agudo da recessão (1983/84) para obtenção de financiamento junto às agências oficiais de crédito.

Quanto ao setor energético, com uma estrutura de financiamento totalmente distinta à do Transportes - é o setor que possui a maior geração de recursos próprios, depende muito pouco dos recursos transferidos do Tesouro - também ampliou operações de crédito principalmente no biênio 1984/85⁽³¹⁾. Esse crescimento deveu-se por um lado, ao aumento das pressões exercidas para saldar compromissos da dívida pretérita e para manter minimamente seus programas de investimentos e por outro, ao comportamento pouco satisfatório de sua geração própria de recursos devido ao processo de corrosão tarifária aliado à elevação de seus custos operacionais (principalmente, o aumento do preço da energia comprada e do acúmulo das Reserva Global de Garantia (RGG) e Reserva Geral de Reversão (RGR) devidas)⁽³²⁾.

(30) No biênio 1984/85, concentraram-se metade das operações de crédito realizadas pelo conjunto das empresas públicas de transportes. Dentro do setor merece destaque a participação da FEPASA que sozinha respondeu por cerca de 31 % do total das operações de crédito. (ver Tabela 10 - Anexo II e Tabela 19 - Anexo III).

(31) Ver Tabela 9 - Anexo II e Tabela 19 - Anexo III.

(32) RGR - Reserva Global de Reversão: fundo estabelecido em 1971, constituído por recursos recolhidos junto às concessionárias, administrado pela Eletrobrás com o qual se financia programas de obras das empresas do setor.

RGG - Reserva Global de Garantia: fundo criado com a adoção da tarifa elétrica equalizada no país em 1974, administrado pelo DNAEE - Departamento Nacional de águas e energia elétrica. Maiores detalhes sobre o funcionamento desses fundos ver R.M.G.Azevedo (1986).

Por sua vez, o setor de saneamento ao contrário dos demais setores, apresentou uma redução substantiva em suas captações via operações de crédito, particularmente entre 1983 e 1985. A contração desses recursos pode ser debitada em grande parte, por um lado, à queda significativa verificada na integralização do FAE - Fundo de Água e Esgoto⁽³³⁾ pelo Tesouro do Estado e pelo FINEST/BNH e, por outro pela queda também verificada no fluxo de recursos do REFINAG e REFINESG/BNH. Essa redução dá-se em função das dificuldades "políticas" e financeiras encontradas no período, expressas no impasse criado pela combinação da crise fiscal do Estado de São Paulo com a crise vivida pelo BNH⁽³⁴⁾.

Desta forma, a ampliação acelerada da utilização de recursos de terceiros (principalmente do componente em moeda estrangeira) pelo conjunto das empresas públicas paulistas nos anos 80 - cuja rationale origina-se na própria política macroeconômica de curto prazo - atuando sobre uma estrutura passiva sobreindivida na década dos 70, contribuiu de modo decisivo para inibir a busca de um processo mais racional de ajustamento das empresas estaduais à crise dos 80⁽³⁵⁾.

(33) O setor de saneamento básico (SABESP), é financiado basicamente através do FAE (fundo gerido pelo BANESPA) composto por recursos do tesouro estadual, pelo retorno do investimento realizado (juros mais amortizações pagos pela SABESP) e pelo FINEST/BNH. Além disso, participam do financiamento do setor as linhas especiais de crédito do BNH: REFINAG (para água) e REFINESG (para esgoto).

(34) Neste contexto, inviabilizou-se a capitalização do setor porque, por um lado, houve diminuição e/ou paralização das transferências do Tesouro estadual, dadas as prioridades governamentais e, por outro, os recursos advindos do BNH - originários da contribuição compulsória de trabalhadores e empregadores para a constituição do FGTS - sofreram os efeitos adversos do desemprego e da queda do salário real. Maiores detalhes sobre o assunto ver Fagnani, Braga e Silva (1986).

(35) Com efeito, a maneira em que se deu a elevação do nível de endividamento do SPP está na raiz do agravamento sem precedentes das condições de rentabilidade e liquidez das empresas do Estado. Segundo Almeida (1987), "quando na entrada dos anos 80 as condições que vigoravam nos mercados financeiros internacionais se alteram, sobretudo quanto às taxas de juros, e a política econômica patrocina a elevação das taxas de juros e a desvalorização real do câmbio como medidas de ajuste no plano interno, e vulnerabilidade das empresas estatais quanto ao endividamento externo se patenteia na incapacidade em reverter o quadro via reforço da acumulação interna e dos cortes de gastos correntes".

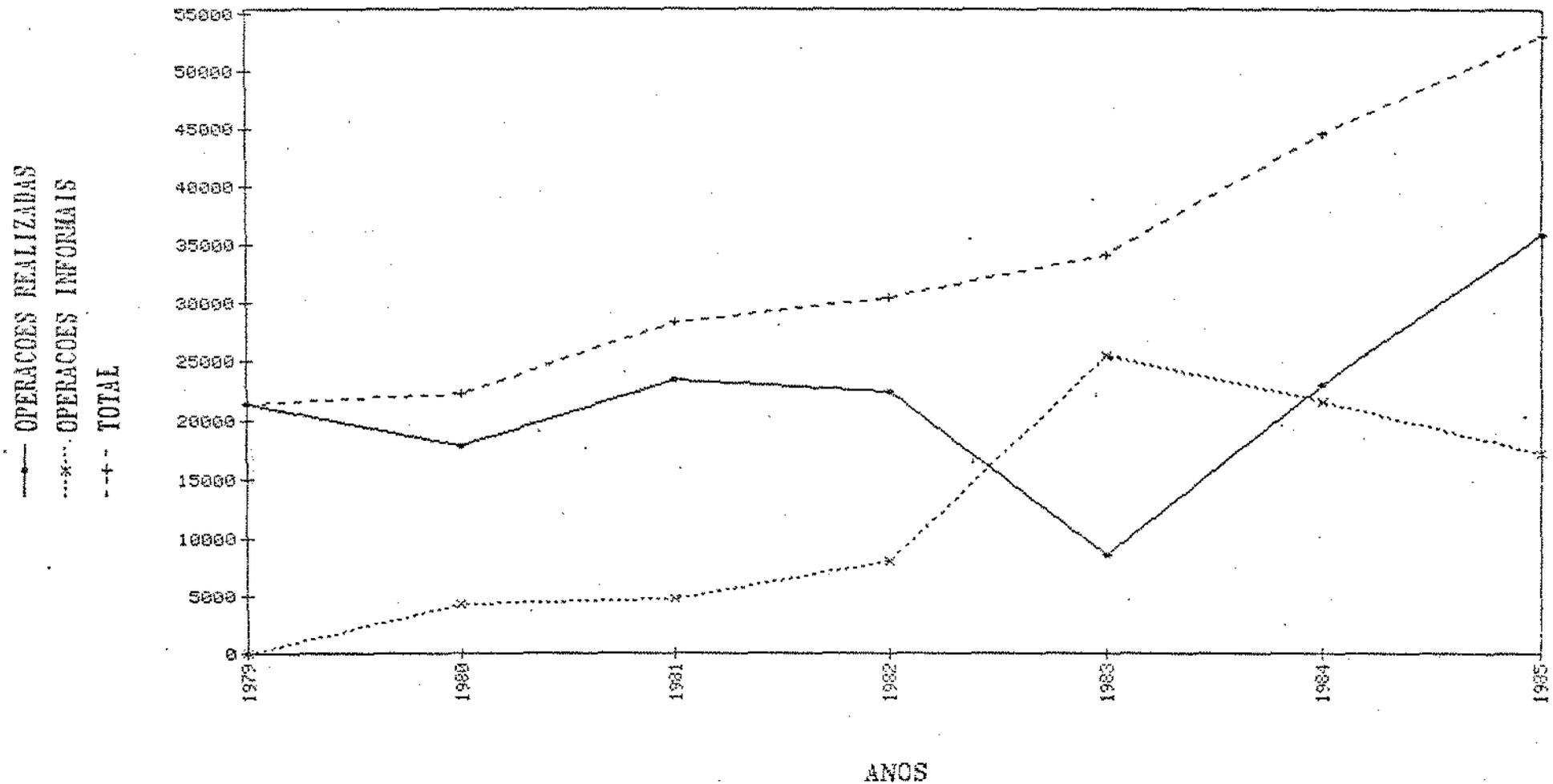
Outra característica marcante desta fonte de financiamento, é o fato de que o crescimento do nível de endividamento do conjunto das empresas e do SPP como um todo não correspondeu - como veremos mais adiante no Capítulo II - a um aumento do ritmo de investimento, nem foi suficiente para saldar os compromissos assumidos com o pagamento dos serviços da dívida acumulada, principalmente a partir de 1983, quando essas operações de crédito deixaram de ser supridoras líquidas de recursos para o Estado.

Isso fez com que parcela ponderável do crescimento das operações de crédito, realizadas pelo conjunto das empresas públicas no triênio 1983/85, possuísse cariz distinto, constituindo-se em créditos "informais" ou "compulsórios" (Gráfico 6). Mais especificamente, nessa rúbrica estão computados os atrasos de pagamento do Governo do Estado ao Governo Federal (impostos e contribuições previdenciárias), a empreiteiras, a fornecedores e mesmo a instituições financeiras. Na verdade, esse procedimento se constitui no derradeiro expediente do Governo do Estado de São Paulo para fazer frente à manutenção, ainda que precária, dos serviços básicos, dada a impossibilidade, por um lado, de manter os níveis de recursos fiscais e operacionais e, por outro, de renovar os débitos junto às instituições financeiras.

Quanto às operações de crédito realizadas pela administração direta, (Tabela 9) destaca-se a queda verificada nas captações de recursos via emissões de títulos públicos do Estado (ORTP, hoje OTE) - responsáveis por cerca de 75%, em média, do endividamento do Tesouro -, cujas razões estão intimamente ligadas ao fato de que devido a suas características⁽³⁶⁾, a expansão e contração das colocações des

(36) As ORTPs, criadas em 1974, são títulos cujo valor unitário é igual ao das ORTNs com cláusula de correção monetária. Nos últimos anos as ORTPs em circulação tinham cinco anos de prazo e juros de 7% ao ano. A sua emissão depende de autorizações do Governo Federal, via Banco Central, do CMN e do Senado Federal. Além disso, há restrições derivadas das deficiências do mercado financeiro nacional, como a insuficiência de tomadores finais para papéis públicos, especialmente os estaduais. Na prática, nunca existiu um mercado cativo para os títulos públicos estaduais, devido à concorrência dos certificados de depósito dos bancos privados e das ORTNs e LTNs. Assim, os maiores subscritores acabam sendo as instituições financeiras estaduais e federais e, no caso de interesses dos agentes privados, esses títulos sempre têm de ser colocados com forte deságio.

GRAFICO 6
SETOR PUBLICO PAULISTA
OPERACOES DE CREDITO REALIZADAS PELAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 17-Anexo III

ses títulos no mercado, ao longo do período, terem sido afetadas pelas vicissitudes da política monetária e creditícia posta em prática pelo Governo Federal.

TABELA 9
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ITENS	1979/1985							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
TÍTULOS(ORTPS)		79.07	78.11	81.75	60.70	73.73	61.73	88.26
CONTRATOS INTERNOS		.32	8.37	0.00	.54	19.11	13.08	4.67
CONTRATOS EXTERNOS		20.61	13.49	18.24	38.72	4.11	25.16	5.83

FONTE: DADOS DA TABELA I- ANEXOII

Assim sendo, tomando sua evolução entre 1979 e 1985, observa-se que, já no primeiro biênio, esse tipo de captação de recursos é afetado pelo aperto de liquidez imposto à economia e pela prefixação da correção monetária. Em setembro de 1982, com a instalação da crise cambial,⁽³⁷⁾ a emissão de novas ORTP sofre dura restrição do ponto de vista do mercado, já que passam a ter forte concorrente nas ORTNs cambiais. A partir de 1983, somam-se a esse fato as restrições impostas pelo Governo Federal à rolagem da dívida mobiliária dos Estados⁽³⁸⁾.

(37) Com a crise cambial em setembro de 1982, aumentaram as expectativas de máxima desvalorização do cruzeiro (que ocorreu meses depois), que se traduziram na elevação da procura dos papéis fixados com correção cambial existentes no mercado.

(38) Os limites impostos pelo Governo Federal à rolagem da dívida mobiliária do Estado não só impediam que o Tesouro, à medida que as ORTPs venciam, pudesse emitir mais ORTPs do que a quantidade vincenda, como fixou o limite de 70% do volume de títulos resgatados para as novas emissões.

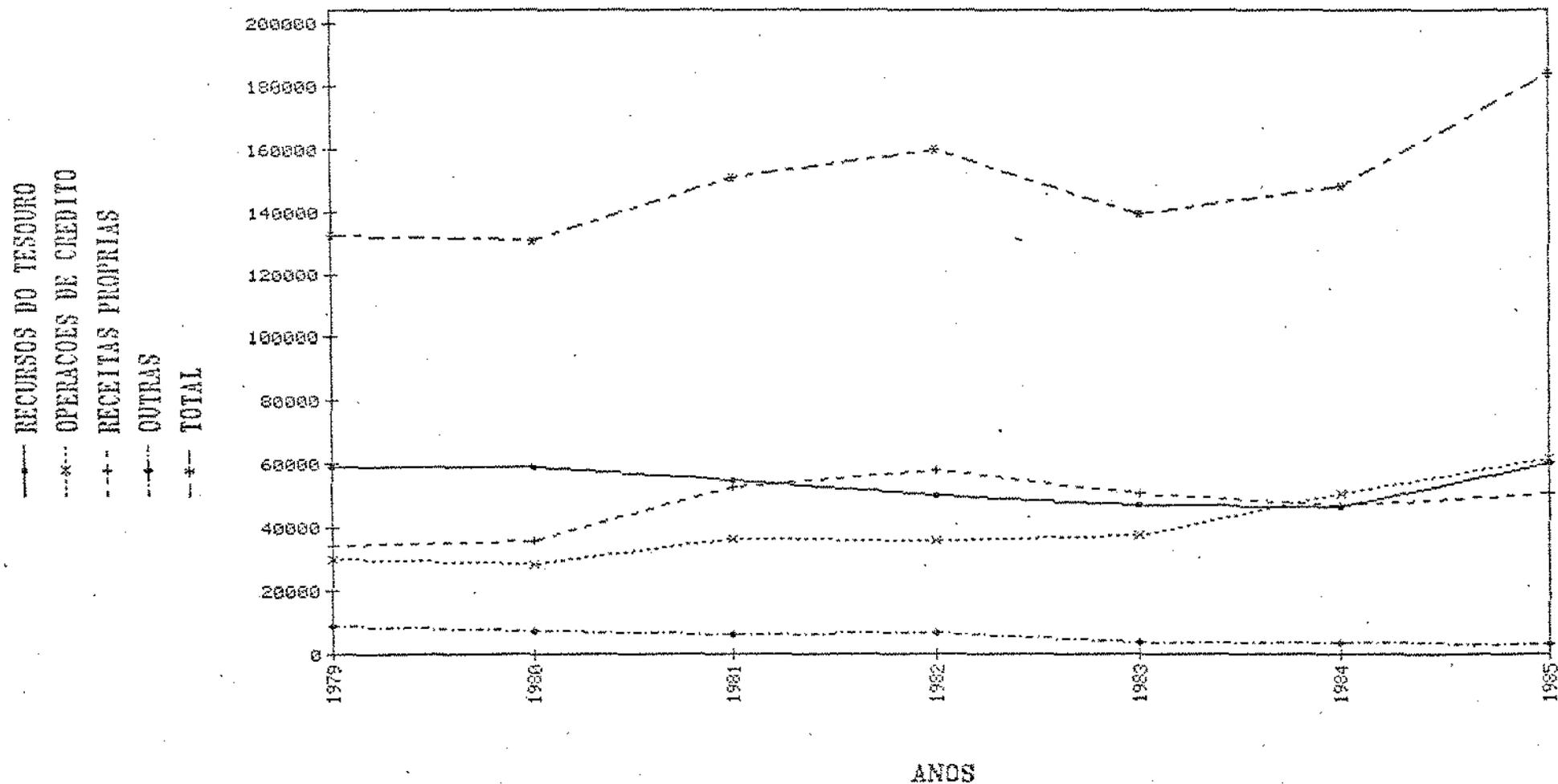
Dessa maneira, o sistema de endividamento mobiliário do Estado de São paulo é levado a apresentar resultados negativos no biênio 1983/84, voltando a ser positivo apenas em 1985, transformando-se em mais um dreno de recursos fiscais, deixando, por conseguinte, de constituir-se numa alavanca dos gastos em investimentos como fora primariamente concebido.

Para concluir, é oportuno frisar que se as operações creditícias potencializam, por um lado, capacidade imediata de investimentos, por outro exigem que no período posterior, quando da liquidação dos créditos, ocorra uma ampliação das receitas correntes para que seja possível o pagamento dos juros e amortizações. No período considerado, constata-se claramente a perda de funcionalidade das operações de crédito - enquanto potencializadoras do investimento - agravada simultâneamente pela queda nas receitas próprias e pela impossibilidade de renovação total desses débitos.

x x x x x x x x x

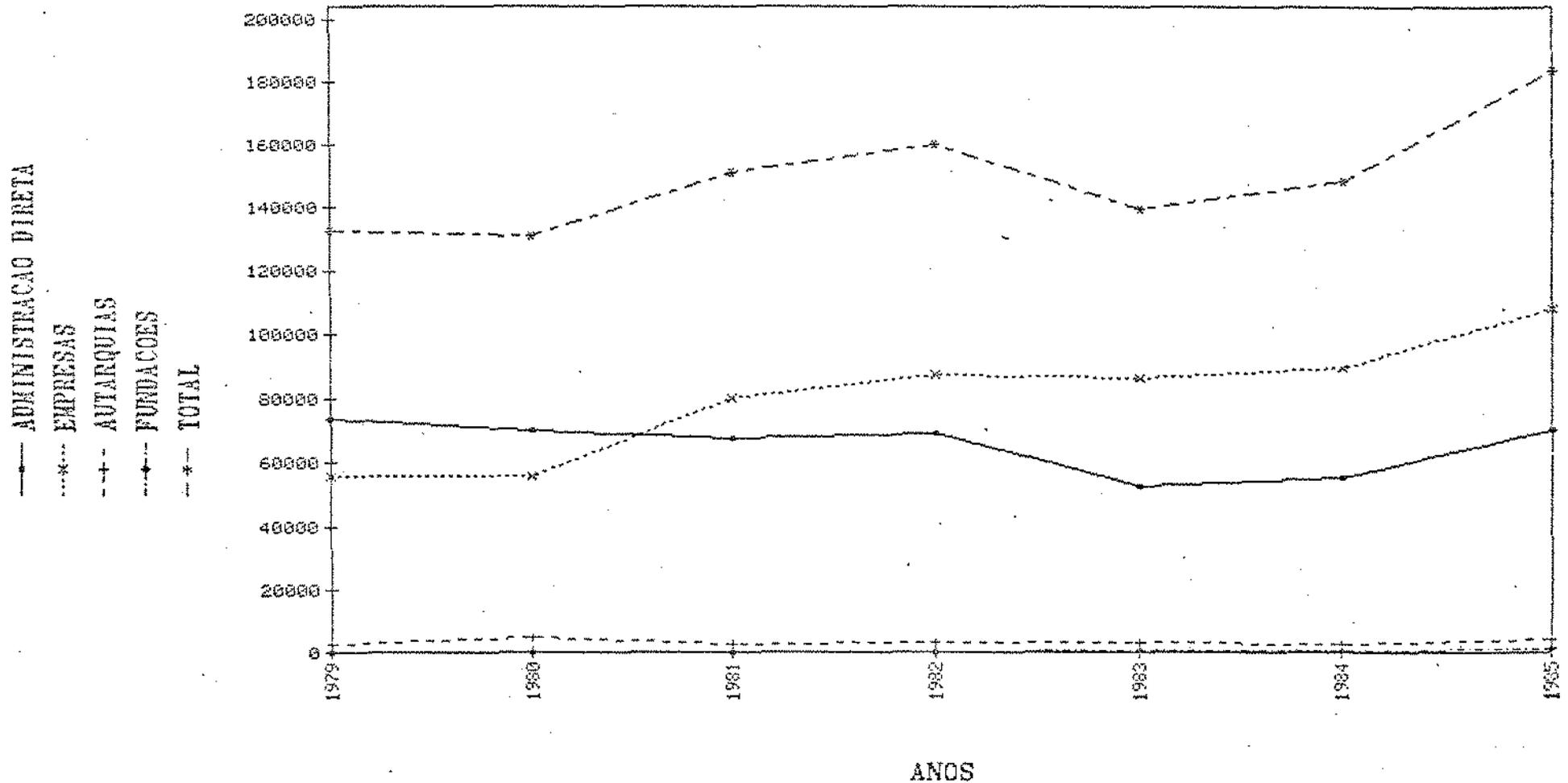
Em síntese, ao observarmos a evolução da estrutura de financiamento do SPP, a partir da análise do comportamento de suas principais fontes de recursos, verifica-se que a mesma sofreu, entre 1979 e 1985, mudanças substanciais, tanto pelo lado da natureza dos recursos que a compõem (Gráfico 7), como pelo lado das instâncias administrativas que os obtiveram (Gráfico 8).

GRAFICO 7
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 1-Anexo III,

GRAFICO 8
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



Valores em Cz\$ milhões de 1986
 Fonte: dados da tabela 4-Anexo III

Com efeito, observa-se uma redução substantiva na participação dos recursos de natureza fiscal - caem de 45% no biênio 1979/80 para algo pouco superior a 30% no biênio 1984/85 - dentro desta estrutura. Como decorrência, a participação da Administração Direta (gestora destes recursos) no financiamento global dos gastos públicos decresce, no mesmo período, de 55% para 38%. Essa queda dos recursos fiscais, no biênio 1981/82, é compensada pelo aumento da participação relativa dos "Recursos Próprios" - compostos basicamente das receitas operacionais das empresas públicas paulistas.⁽³⁹⁾ No último triênio, 1983/85, o destaque fica por conta da ampliação dos recursos captados via operações de crédito, particularmente os pertinentes ao conjunto das empresas públicas⁽⁴⁰⁾, acompanhados de uma queda em suas receitas operacionais.

Assim, essas mudanças foram, pouco a pouco, consolidando a tendência que vinha sendo observada desde meados da década dos 70 - perda de relevância dos recursos de origem fiscal, em relação à ampliação da participação dos recursos próprios, e principalmente, das operações de crédito realizadas pelas entidades da Administração Descentralizada - em especial pelo conjunto das empresas públicas estaduais - no financiamento dos gastos realizados pelo SPP. Isto resultou tanto da ampliação do processo de descentralização administrativa - criação, ampliação e/ou incorporação de autarquias, fundações e empresas públicas -, quanto da elevada utilização de recursos creditícios para fazer face aos programas de investimentos. A combinação destes movimentos, intensamente utilizados na década dos 70, fruto de mudanças institucionais introduzidas na organização do Estado brasileiro entre 1964/68, que resultaram em significativo esvaziamento econômico e político dos governos estaduais havendo em

(39) Como visto na discussão específica do item "Recursos Próprios" essa elevação se deveu basicamente à incorporação, em 1981, da Eletropaulo ao conjunto das empresas públicas paulistas.

(40) Essa evolução, como vista na discussão do item "Operações de Crédito", se deveu em boa parte à "política de atrasos financeiros" praticada a partir de meados de 1983.

decorrência, uma transferência das decisões de investimentos para fora de suas órbitas de atuação⁽⁴¹⁾.

(41) Segundo Rezende e Afonso (1988): "a perda de autonomia dos governos subnacionais, paradoxalmente, contribuiu para facilitar e ampliar o endividamento. A descentralização administrativa consolidou estruturas onde empresas e órgãos autárquicos estaduais dependem menos das autoridades locais que das instituições federais coordenadoras dos sistemas nacionais, responsáveis por grande parte do financiamento dos investimentos (a relação entre concessionários de água e saneamento e o Planasa do ex-BNH, é o exemplo mais evidente e mesmo das atividades correntes (considerando o controle de preços e a definição da política tarifária). Em muitos casos a decisão de ampliar o endividamento ultrapassa o interesse específico de uma determinada empresa, desconsiderando a capacidade de pagamento ou a existência de garantias, para submeter-se a uma política mais geral do setor, definida pela empresa ou agência federal que atua como matriz nacional".

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA ENTRE 1979/85

Neste capítulo procuramos apreender as mudanças processadas, ao longo do período em estudo, na Estrutura de Gastos do Setor Público Paulista, enquanto consequência do comportamento e limitações de suas principais fontes de financiamento.

Assim, o desenvolvimento desta análise se dará a partir do estudo da evolução de seus principais itens de gastos, agregados em quatro grandes categorias econômicas e por instâncias administrativas, a saber: Pessoal, Investimentos, Serviços da Dívida e Outras. ⁽⁴¹⁾

II.1 - DESPESAS DE PESSOAL

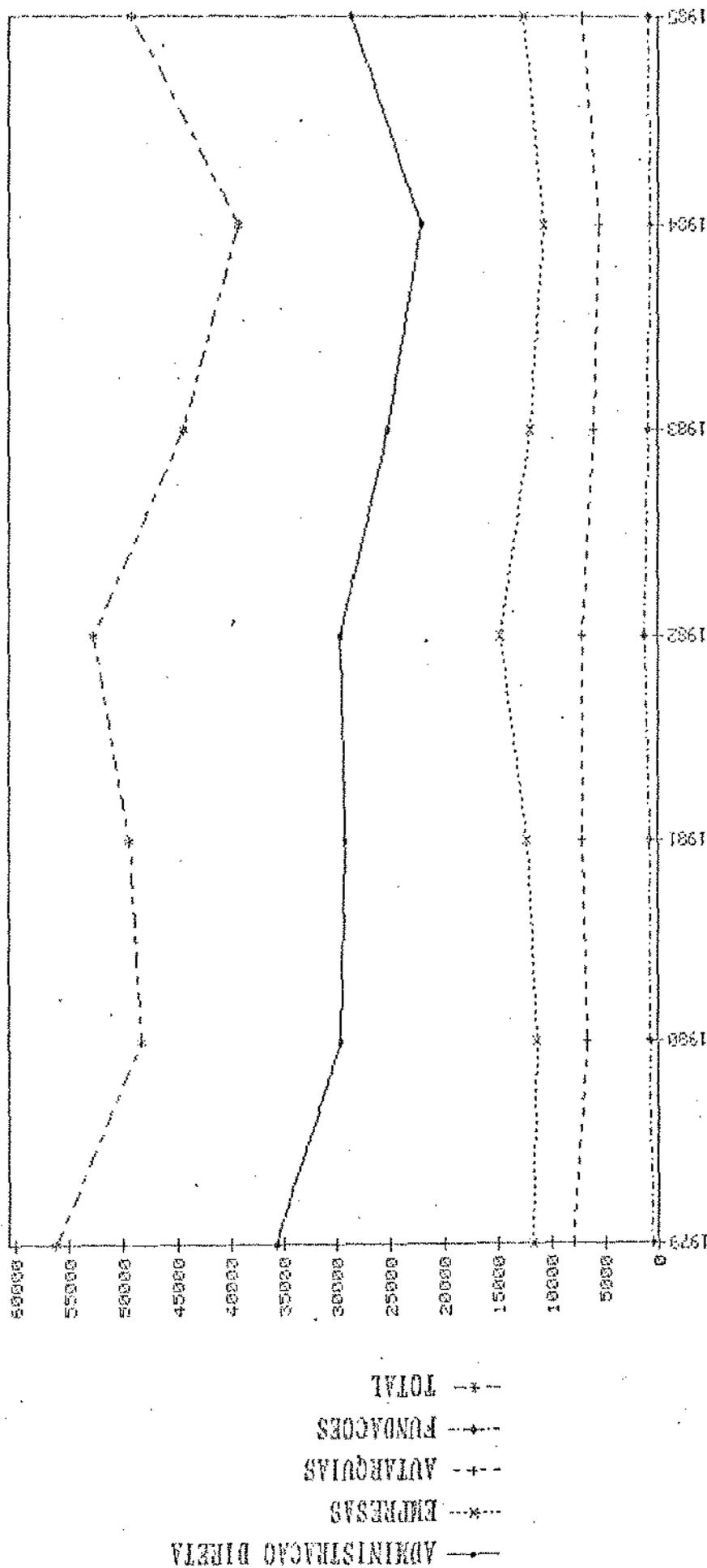
A análise da evolução global dos dispêndios com pessoal no SPP, entre 1979 a 1985, apresentou como característica básica um forte declínio (Gráfico 9) ⁽⁴²⁾, deixando de ser o principal item de despesas dentro da estrutura de gastos do SPP a partir do último biênio 1984/85.

Em termos gerais, a redução dessas despesas - produto da contenção salarial aplicada enquanto estratégia de ajuste do setor - de

(41) A composição de cada uma dessas variáveis agregadas encontra-se descriminada no Anexo Metodológico.

(42) Esta queda acentuada nas despesas com pessoal, somente minimizadas nos anos de 1982 e 1985, produziu uma redução real de 30% entre 1979/84 (equivalente a uma taxa anual média de -7,0%). Já quanto aos anos de 1982 e 1985, esta taxa baixa para 6% e 14% ao ano respectivamente (ver Tabela 23 - Anexo III).

GRAFICO 8
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DAS DESPESAS DE PESSOAL POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



ANOS

Valores em Cz\$ milhões de 1986
 Fonte: dados da tabela 26-Anexo III

correu da combinação de uma contração significativa das despesas médias por funcionários (DMF) ⁽⁴³⁾ com um aumento do número de funcionários (NF) entre 1979 e 1985. Como pode ser observado na Tabela 10, no que diz respeito a evolução das DMF ocorre um decréscimo real de 34% das mesmas (equivalente a uma taxa média anual de -6,4%), enquanto que o NF apresenta um crescimento real de 30% (equivalente a uma taxa anual média de 4,5%).

TABELA 10
SETOR PÚBLICO PAULISTA
EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL,
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E DMF (*)
1979/85

ANOS	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MÉDIA
1979	100	100	100
1980	86	102	84
1981	87	110	79
1982	93	118	79
1983	78	124	63
1984	69	128	54
1985	86	130	66

FONTE: TABELA 27 - ANEXO III

(*) DMF= DESPESA MÉDIA POR FUNCIONÁRIO.

ANO BASE : 1979=100

(43) Embora os valores das despesas médias por funcionários (DMF) não possam ser tomados como a evolução do salário médio, é bastante razoável supor que os mesmos indiquem uma tendência da evolução dos ganhos dos empregados do SPP.

Como os gastos com pessoal apresentaram comportamento e peso distintos quando de sua distribuição entre as instâncias administrativas que compõem o SPP, torna-se conveniente o exame dos mesmos a partir da análise do comportamento da DMF, NF e Despesa Total em cada uma destas instâncias, para uma melhor qualificação dos resultados acima citados. (44)

Em relação à evolução dessas despesas na Administração Direta - responsável por 2/3 em média dos empregos e por 60% dos gastos com pessoal do SPP - uma tendência torna-se evidente até 1984: há uma sistemática queda da DMF acompanhada de crescente expansão do nível de emprego provocando, desta forma, uma queda real de 38% na despesa total de pessoal entre 1979 e 1984. Em 1985, ao contrário, nota-se uma recuperação da DMF - cresce cerca de 29% em relação ao ano anterior - acompanhada por um crescimento bem mais modesto do nível de emprego, resultando, portanto, num aumento dos gastos totais com pessoal (Tabela 11) (45).

(44) Com efeito, do total dos gastos efetuados com pessoal pelo SPP, 59%, em média, destinam-se ao pagamento dos funcionários alocados na administração direta; 25% aos empregados das empresas; 14% aos das autarquias e, 2% aos das fundações. Enquanto que, do total do número de funcionários (NF) do SPP, 66% pertencem ao quadro (ativos e inativos) da administração direta; 21% ao quadro das empresas; 11% ao das autarquias; e, 2% ao das fundações (ver Tabela 26 - Anexo III).

(45) Se tomarmos o período 1979/84, verifica-se que as taxas geométricas médias anuais de crescimento para a DMF, NF e despesa total da administração direta foram -13,7%, 5,3% e -9,2%. Tomando o período 1979/85, estas taxas caem para -7,9%, 4,6% e 3,7%, respectivamente.

TABELA 11
 ADMINISTRAÇÃO DIRETA
 EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL,
 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E DMF (*)
 1979/85

ANOS	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA
1979	100	100	100
1980	82	101	81
1981	81	106	76
1982	83	117	71
1983	70	124	57
1984	62	129	48
1985	80	131	61

FONTE: TABELA 27 - ANEXO III

(*) DMF = DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO.

ANO BASE = 1979=100

A contração da DMF, particularmente a verificada no quadriênio 81/84, foi em grande parte proporcionada pela aplicação das políticas salariais⁽⁴⁶⁾ definidas a nível federal, que por si só determi

(46) Lei nº 6.708 de outubro de 1979; Lei nº 6.886 de dezembro de 1980; Decreto-Lei nº 2.012 de janeiro de 1983; Decreto-Lei nº 2.024 de maio de 1983; Decreto-Lei nº 2.025 de julho de 1983; e Decreto-Lei nº 2.065 de outubro de 1983; maiores detalhes ver Boletim de Conjuntura Industrial - IEI-UFRJ, v.3, nº 4, out/83.

naram um rebaixamento sensível dos níveis de salário real. Outra parcela coube ao governo estadual que não desenvolveu nenhum esforço adicional,⁽⁴⁷⁾ pelo menos até meados de 1983, para tentar conter o processo de deterioração dos salários pagos à maioria dos funcionários alocados na Administração Direta.⁽⁴⁸⁾

A partir de meados de 1983 e, principalmente meados de 1984, com o intuito de atender às pressões realizadas pelos funcionários públicos e cumprir promessas de recuperação salarial assumidas durante a campanha eleitoral, o governo estadual tomou algumas medidas no sentido de minimizar a defasagem salarial do funcionalismo público estadual diante dos demais setores da economia, inclusive, dentro do próprio SPP⁽⁴⁹⁾. Porém, com a aceleração da inflação e a queda na arrecadação do ICM, essas medidas somente serviram para evitar uma queda mais violenta da DMF e por consequência da massa salarial no biênio 1983/84. Quanto à recuperação da DMF em 1985, foi resultante tanto da continuidade das medidas acima mencionadas, como e, principalmente, do fato de que neste ano a inflação estabilizou-se (apesar do patamar elevado) e a arrecadação do ICM retomou o crescimento.

(47) No sentido de que o governo estadual a partir de 1979, quando da implementação do projeto de lei que reestruturou carreiras e níveis salariais do funcionalismo público (Projetão), não apresentou nenhuma outra política geral para estes funcionários.

(48) Cabe destacar dois fatos: o primeiro é que a Administração Direta sozinha alocava em 1979 cerca de 66,1% do total dos empregados do SPP e respondia por cerca de 63,7% do total das despesas com pessoal. Em 1985 alocava cerca de 66,6% do total de funcionários e representava apenas 58,1% do total das despesas com pessoal. O segundo é que se somarmos os funcionários da Administração Direta, das autarquias e os inativos da FEPASA, juntos representam cerca de 80% do total dos funcionários do SPP e esse conjunto tem suas carreiras e políticas salariais regidas por leis estaduais totalmente distintas dos trabalhadores das empresas e fundações que são regidos pela CLT. Como exemplo: os trabalhadores regidos pela CLT tiveram seus salários reajustados semestralmente a partir de 1979, segundo suas faixas salariais em proporção ao INPC. Os funcionários públicos somente tiveram aumentos semestrais a partir de 1984.

(49) Em junho de 1983 foi enviada mensagem a Assembléia Legislativa propondo aumento do piso salarial para 2 SM; reajuste semestral para os funcionários da Administração Direta a partir de 84; e antecipação da data base para os meses de março para janeiro. Em 1984, foram concedidos aumentos diferenciados por categoria aos funcionários da Administração Direta, e a partir do segundo semestre foram concedidos abonos trimestrais.

Em relação ao crescimento do nível de emprego, cabe também uma melhor qualificação. Segundo estudo elaborado por Cintra e Ferreira⁽⁵⁰⁾ as razões básicas para tal fenômeno teriam sido:

- "a substituição de significativo contingente de funcionários que, dados os estímulos criados para aposentadoria, passaram para a condição de inativos;
- o crescimento da oferta de serviços por parte do Estado;
- opção efetiva pela jornada parcial de trabalho, que promoveu a "duplicação", em alguns casos, do número de funcionários por posto de trabalho".

Por outro lado, a estrutura de distribuição dos funcionários pelas diversas Secretarias de Estado tem praticamente se conservado com o passar dos anos,⁽⁵¹⁾ não havendo nenhuma política efetiva de alteração drástica dessa estrutura como furto de decisões conscientes de redefinição de políticas governamentais.⁽⁵²⁾ Como decorrência, as alterações nas quantidades de pessoas como um todo são mais significativas do que as variações na distribuição do pessoal entre as várias secretarias.

Assim sendo, torna-se factível concluir que, apesar do crescimento contínuo do número de funcionários - fenômeno que exerceu uma espécie de papel anti-cíclico, do ponto de vista do emprego, com a in

(50) Maiores detalhes sobre a evolução dos gastos e da distribuição do contingente ativo e inativo do Poder Executivo do Estado de São Paulo ver Cintra e Ferreira (1985).

(51) Em média se tomarmos somente o Poder Executivo, o total de funcionários tem a seguinte distribuição: Secretaria da Educação 60%; Secretaria da Saúde 11,8%; Secretaria da Segurança 8,3%; Secretaria da Agricultura 7,0%; demais Secretarias 13,4%. Maiores detalhes ver Cintra e Ferreira (1985).

(52) Segundo Cintra e Ferreira (1985):

"As alterações havidas no período parecem refletir muito mais pequenas mudanças de critério na alocação de recursos, resultantes das disputas normais interburocráticas quando da elaboração dos orçamentos, do que frutos de mudanças nas prioridades de governo".

corporação de funcionários nem sempre atendendo critérios transparentes das reais necessidades para o exercício das funções públicas, enquanto os demais setores da economia passavam a demitir força de trabalho durante a crise e a recessão - as despesas totais de pessoal foram ajustadas via contenção salarial, dada a queda de sua principal fonte de financiamento, a arrecadação do ICM. Evitou-se assim, que o governo estadual assumisse o ônus de tomar medidas mais drásticas. Tais medidas deveriam inevitavelmente passar por uma reforma administrativa de peso, que permitisse aumentar a eficiência e a racionalidade da máquina administrativa, acompanhada da redução de seus efetivos ativos e de uma política mais realista em relação ao crescimento vertiginoso do contingente inativo⁽⁵³⁾, visando minimizar o peso das despesas totais com pessoal e reflexos.

Quanto ao conjunto das empresas públicas, a evolução de suas despesas com pessoal apresenta duas fases distintas ao longo do período em estudo. A primeira compreende o quadriênio 1979/82, onde a evolução destes gastos difere do ocorrido na Administração Direta, uma vez que, após um leve declínio em 1980, elas crescem no biênio seguinte (1981/82) em função tanto da absorção da Eletropaulo em 1981 (que amplia significativamente o nível de emprego⁽⁵⁴⁾, como do aumento da DMF no ano subsequente. A segunda fase, que vai de 1983 a 1985, apresenta uma evolução (no tocante à tendência) semelhante à das demais instâncias administrativas. Enquanto no biênio 1983/84 tanto as DMF (em maior escala) como o NF (em menor escala) sofrem reduções que provocam significativa queda na despesa total de pessoal e encargos, em 1985, essa tendência se altera em virtude do bom crescimento da DMF e do moderado aumento no nível de emprego (Tabela 12).

(53) Segundo Cintra e Ferreira (1985):

"O peso do contingente de inativos, em número e gasto, vem crescendo a taxas consideravelmente superiores às do funcionalismo como um todo, o que tem resultado na ampliação sistemática de sua participação no conjunto das despesas de pessoal do Poder Executivo"... "Em outubro de 1984, esses gastos representavam cerca de 25% das despesas de pessoal do Executivo, superados apenas pelos dispêndios de pessoal da Secretaria da Educação"... "Excluída a Secretaria da Educação, os gastos com Inativos equivalem aos gastos de pessoal de todas as demais Secretarias de Estado, juntas".

(54) Excluindo a Eletropaulo do conjunto das empresas, observa-se apenas alteração na intensidade das variações da despesa de pessoal e encargos, do nível de emprego e da DMF.

TABELA 12
 EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL,
 NUMERO DE FUNCIONARIOS E DMF (*)
 1979/85

(ANO BASE: 1979=100)

ANOS	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA
1979	100	100	100
1980	96	103	93
1981	105	119	88
1982	126	124	102
1983	102	122	84
1984	91	121	75
1985	107	124	86

FONTE: TABELA 27 - ANEXO III

(*): DMF = DESPESA MEDIA POR
 FUNCIONARIO

Cabe ressaltar que a DMF das empresas públicas, à medida que incorpora os inativos da FEPASA - estes últimos, embora representem apenas 10% do total das despesas com pessoal, no número de funcionários tem uma participação que ultrapassa 30% do total -, está subestimada (Tabela 13) ⁽⁵⁵⁾. Esse fato, no entanto, não altera o comportamento descrito anteriormente.

(55) As empresas públicas, apesar de a sua DMF ter sofrido os efeitos gerais da política salarial do Governo Federal, por se inserirem no mercado de trabalho privado e estarem regidos pela CLT, dispõem de uma autonomia ante o Estado para compensar esses efeitos e manter seus quadros mais qualificados através de uma política de benefícios indiretos. De fato, é provável a hipótese de que, durante o período em análise, os benefícios indiretos tenham elevado bastante sua participação em relação ao total da DMF das empresas.

Em termos setoriais, o energético aumentou sua participação relativa no total das despesas com pessoal e encargos durante o período, resultado de dois fatores: uma variação menos que proporcional da DMF e uma mais que proporcional do pessoal empregado (mesmo desconsiderando o efeito da incorporação da Eletropaulo) ⁽⁵⁶⁾.

Tabela 13

EMPRESAS PÚBLICAS PAULISTAS
EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA DMF COM OS INATIVOS FEPASA E SEM OS
INATIVOS FEPASA - 1979/85

Em Cz\$ milhões de 1986

ANOS	DMF COM INATIVOS FEPASA	DMF SEM INATIVOS FEPASA
1979	86	127
1980	81	120
1981	76	104
1982	88	119
1983	72	96
1984	65	87
1985	74	97

FONTE: TABELA 28

Quanto às autarquias, observa-se que o comportamento dessas variáveis é muito semelhante ao ocorrido na administração direta, ao longo de todo o período, diferenciando-se apenas ligeiramente na intensidade. Fato este que era de se esperar, uma vez que seus quadros, em sua grande maioria, são regidos pelas mesmas leis que atuam na Administração Direta (ver Tabela 14).

(56) Quanto aos outros setores, o crescimento do número de funcionários foi homogêneo. O mesmo não se pode dizer em relação à DMF, dado que o setor de saneamento sofreu uma redução menos pronunciada (Tabela 27 - Anexo III).

TABELA 14
AUTARQUIAS
EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL,
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E DMF (*)
1979/85

ANOS	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA
1979	100	100	100
1980	84	101	83
1981	89	107	83
1982	89	111	80
1983	76	121	63
1984	69	123	56
1985	88	127	69

FONTE: TABELA 27 - ANEXO III

(*) DMF= DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO.

ANO BASE : 1979=100

Finalmente, o conjunto das fundações, apesar de seu peso muito pequeno sobre o total dos gastos com pessoal no SPP, foi o que apresentou maior crescimento neste item de despesa (Tabela 15). Isto deve ser creditado, exclusivamente, ao explosivo crescimento verificado em seus quadros de pessoal⁽⁵⁷⁾, uma vez que suas DMF apresen-

(57) O vertiginoso crescimento do número de funcionários das Fundações, bem como do total despendido com o pagamento dos mesmos deve-se, em boa parte, ao fato de que a FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo a partir de 1980, passou a administrar o recém criado programa de bolsas para os residentes médicos e outros profissionais, que atuam na área de saúde e, em 1981, assumem a administração de bolsas para estágios (estudantes dos níveis técnicos e superior) dentro das entidades públicas. Ambos, anteriormente eram contabilizados (despesas e números de funcionários) nas entidades hospitalares e nas Secretarias de Estado.

taram, ao longo do período em estudo, a mesma tendência verificada nas demais instâncias administrativas, ou seja, um forte declínio.

TABELA 15
FUNDACÕES
EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL,
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E DMF (*)
1979/85

ANOS	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA
1979	100	100	100
1980	109	129	85
1981	125	171	73
1982	168	186	90
1893	140	186	76
1984	123	200	62
1985	140	229	61

FONTE: TABELA 27 - ANEXO III

(*) DMF= DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO.

ANO BASE : 1979=100

Em suma, o declínio verificado nos gastos de pessoal do conjunto do SPP, principalmente no período 1979/84, deve-se basicamente à significativa e sistemática redução das DMF na Administração Direta, nas autarquias e nas fundações, que mesmo associadas à contínua e crescente expansão do nível de emprego, redundou na con

tração real dos referidos dispêndios⁽⁵⁸⁾, já que o conjunto das empresas públicas nesse mesmo período apresentou evolução mais moderada, tanto nas suas DMF como no seu nível de emprego. Em 1985, verifica-se uma expansão significativa das DMF e uma diminuição no ritmo de crescimento do nível de emprego nas instâncias administrativas⁽⁵⁹⁾, produzindo uma evidente inversão da tendência declinante dos gastos com pessoal que permaneceu (apesar de não estarem computados os dados referentes aos anos 86/87) com uma trajetória ascendente no biênio subsequente.

(58) Sem dúvida, este fato representou a maneira encontrada pelo Governo Estadual para fazer face à queda verificada na principal fonte de financiamento deste item de despesa, o ICM (cerca de 75% em média do ICM arrecadado é utilizado no pagamento das despesas de pessoal dessas instâncias), sem comprometer ainda mais o pequeno grau de flexibilidade de seus orçamentos, uma vez que, para elas, este item, de despesa é o que pesa mais em suas estruturas de gastos.

(59) Como visto anteriormente, fruto da estabilização da inflação e da recuperação das receitas correntes (fiscal e operacional) do SPP, que possibilitou haver ganhos reais na DMF do SPP como um todo.

II.2 - INVESTIMENTOS

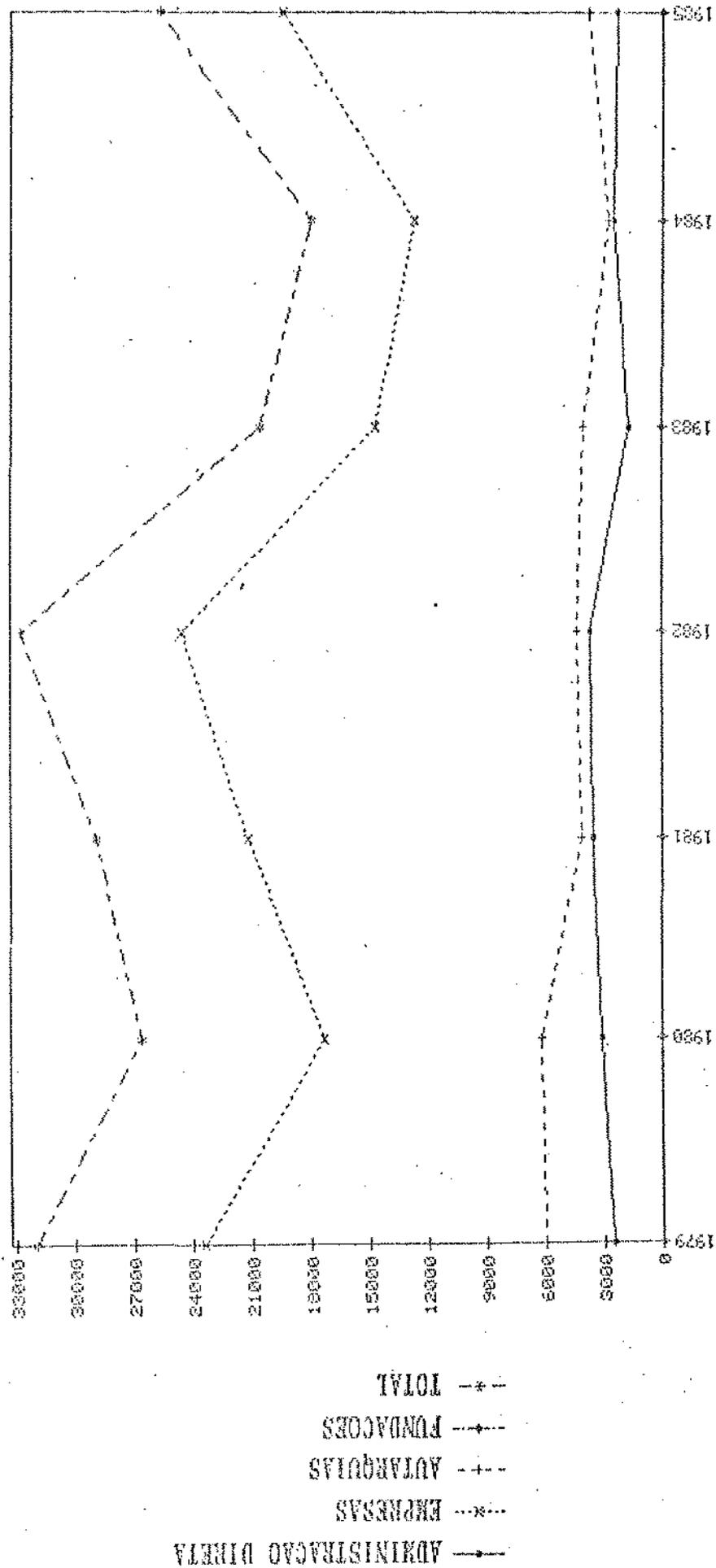
Dentro da estrutura de gastos do SPP, as despesas com investimentos foram as que sofreram maiores reduções ao longo do período em estudo ⁽⁶⁰⁾. Essa queda, no entanto, não foi homogênea no período quanto ao seu comportamento nas diversas instâncias administrativas.

Em relação a sua evolução ao longo do período, observam-se dois momentos distintos (1979/82; 1983/85), nos quais os investimentos, embora apresentem diferentes patamares, possuem características similares. Por um lado, nota-se uma semelhança cíclica (Gráfico 10) expressa na contração inicial dos investimentos seguida de posterior recuperação. Isto, deve-se, em boa parte, ao fato de cada período coincidir com um mandato específico de governo (Maluf 1979/82; Montoro 1983/86), sobressaindo desta forma a componente "política" de sua determinação, no sentido de que, o início de uma gestão geralmente caracteriza-se por adaptações administrativas, redefinições e até mesmo cortes de certos programas de investimentos. Passado esse período inicial de adaptações, os investimentos públicos tendem a ser retomados atingindo seu ponto máximo, geralmente, no último ano de mandato.

Por outro, a determinação de diferentes patamares de investimentos alcançados em cada período, diz respeito às condições gerais vividas na economia. Nesse sentido, a magnitude da queda nos investimentos entre 1983/84, prende-se em grande parte à intensidade

(60) De 27,6% em 1979, os investimentos passaram a representar apenas 15,5% do total dos gastos realizados pelo SPP em 1985, representando uma queda real de 20% (equivalente a uma taxa média anual de crescimento de -3,6% no período). Se considerarmos o período 1979/84, a queda real chega a 44% (Tabela 23 - Anexo III).

GRAFICO 10
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



ANOS

Valores em Cz\$ milhões de 1986
 Fonte: dados da tabela 29-Anexo III

e à especificidade da recessão econômica do biênio⁽⁶¹⁾, aliadas à paralização, quase completa, da entrada de novos recursos externos para seu financiamento⁽⁶²⁾. Já a recuperação econômica vivenciada no biênio subsequente (1985/86) permitiu a elevação do nível de investimentos do SPP⁽⁶³⁾.

No tocante à distribuição dos gastos com investimentos entre as instâncias administrativas do SPP, (Gráfico 11) destaca-se a participação da administração descentralizada e, particularmente, a do conjunto das empresas públicas⁽⁶⁴⁾ no comando do movimento acima

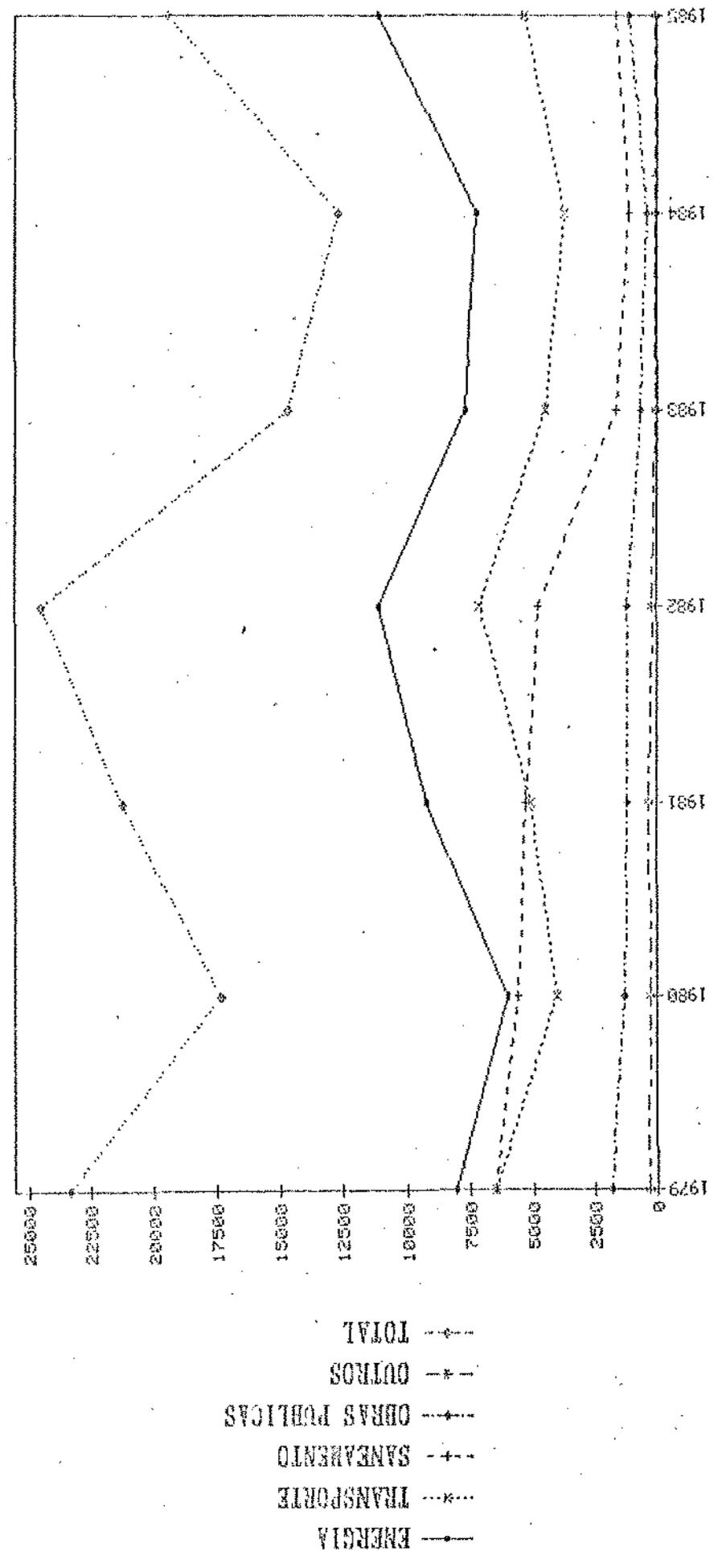
(61) A recessão econômica de 1983, apresentou uma queda bem mais violenta do nível de atividade do que a ocorrida em 1981. A grande diferença entre esses dois períodos baseia-se no fato de que a retração econômica de 1981 atingiu muito mais o setor privado através de um choque de juros (elevação das taxas de juros internas) e da volta da correção monetária e cambial plena, enquanto que, em 1983, a retração atingiu pesadamente o investimento público - nos três níveis de governo e, em especial as estatais - como parte de uma estratégia de ajuste do setor via cortes nos investimentos e aumento dos preços e tarifas públicas, de modo a saldar compromissos da dívida externa acumulada. Maiores detalhes ver Belluzzo (1988).

(62) Este fato, demonstra que após o período de grandes ingressos líquidos de reursos externos para investimentos durante a década dos 70 - época em que são iniciados grandes investimentos no SPP, muitos dos quais permanecem até hoje ainda com necessidades de recursos - a quase totalidade dos recursos de terceiros ingressados nos anos 80 foram utilizados para "rolagem" da dívida prétérita, principalmente, a partir de 1983, quando os mesmos passam a ser negativos obrigando, inclusive, o Tesouro do Estado a desembolsar mais recursos para o pagamento da dívida do que recursos para investimentos. Segundo A.C. Figueiredo (1988) "do crescimento da ordem de 1 bilhão de dólares, na captação externa entre 1980 e 1981 aproximadamente 20% foram recursos novos para investimentos. Entre 1981 e 1982, há um crescimento de 900 milhões de dólares, dos quais os recursos efetivamente para investimentos não chegam a 100 milhões de dólares, sendo o restante mobilizado para rolagem da dívida. Durante o Governo Montoro, praticamente não houve ingresso de recursos novos para investimentos através de operações externas".

(63) Muito embora os dados de 1986 não estejam processados, é inegável a expansão acentuada dos investimentos nesse ano, inclusive mudando de patamar, ocasionadas pela melhoria das finanças estaduais que foram favorecidas pelo aquecimento da economia, quando a taxa de crescimento do PIB foi excepcionalmente aita.

(64) Ver Tabela 29 - Anexo III.

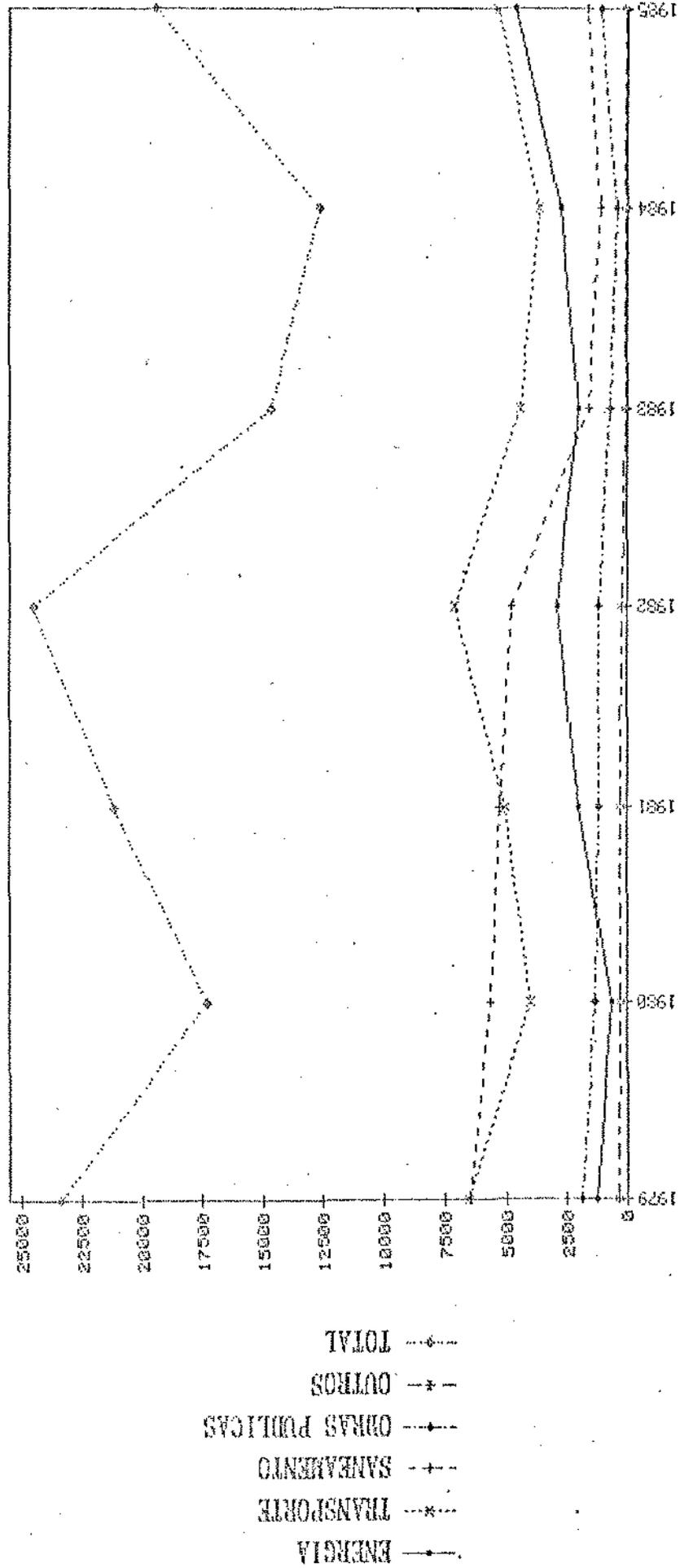
GRAFICO II
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS POR SETOR
 1979/85



ANOS

Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 30-Anexo III

GRAFICO 11-A
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS POR SETOR
 1979/85



ANOS

Valores em Cz\$ milhoes de 1980
 Fonte: dados da tabela 30-Anexo III
 OBS: excluida a ELETROPAULO

descrito. Para se ter uma idéia de sua importância, observa-se que a administração descentralizada foi responsável por cerca de 90%, em média, dos investimentos realizados pelo SPP, entre 1979 e 1985. Desse total 73%, em média, coube ao conjunto das empresas ficando os 17%, com as autarquias (basicamente DAEE e DER), já que a participação das fundações, no total foi inexpressiva. Assim, a Administração Direta ficou com apenas 10%, em média, do total do volume investido no Estado. Desta forma, a queda verificada no total dos recursos investidos pelo SPP, é reflexo da redução do nível dos investimentos realizados pelas empresas do Estado em 1984, quando, os mesmos, reduzem-se praticamente à metade do montante realizado em 1979. Esta desaceleração foi tão forte que mesmo apresentando uma recuperação significativa em 1985 (53%) com relação ao ano anterior, não foi suficiente para recuperar o nível alcançado em 1982, (que somente seria atingido e ultrapassado em 1986). Cabe, portanto, alguns comentários sobre a estrutura setorial e de financiamento dos investimentos realizados pelas empresas públicas paulista entre 1979/85.

Quanto ao comportamento da estrutura setorial (distribuição entre as empresas estaduais desses investimentos), nota-se que, apesar de todas as empresas terem apresentado tendência decrescente (variando apenas em intensidade)⁽⁶⁵⁾, ocorrem algumas mudanças que proporcionaram uma nova configuração setorial (Gráfico 11 e 11 A). Ao se observar a Tabela 16, no início do período (1979/81), os setores de energia, transportes e saneamento - que juntos representaram mais de 90% desses gastos - mantiveram suas participações estáveis em relação ao total dos investimentos. Já no decorrer do período, (1982/85) apenas o setor de transportes manteve relativamente estável sua participação, ao contrário dos outros dois setores que tiveram suas posições relativas invertidas, ou seja, enquanto o setor de energia elevava sua participação no montante dos investimentos realizados pelo SPP, o setor saneamento apresentava uma queda significativa de seus investimentos tanto em termos absolutos como relativos.

(65) Resultado plenamente esperado por se tratarem de setores de Infra-estrutura Básica, e, desta forma, necessitarem realizar investimentos de grande porte com requerimentos crescentes de recursos.

TABELA 16
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUCAO DA ESTRUTURA SETORIAL DOS INVESTIMENTO
 1979/1985

SETORES	EM PERCENTAGEM							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		34.52	34.70	43.49	45.43	52.80	57.27	57.59
TRANSPORTE		28.05	23.38	24.15	29.11	30.60	29.16	27.39
SANEAMENTO		27.88	32.59	25.12	19.57	11.29	9.21	8.59
ABASTECIMENTO		.99	.67	.60	.41	.16	.17	.14
OBRS PUBLICAS		8.04	7.69	5.64	4.86	4.74	3.41	5.81
CIENCIA		.50	.94	.97	.59	.38	.74	.45

 FONTE: DADOS DA TABELA 30 - ANEXO III

Com relação a estrutura de financiamento dos investimentos - compostas por quatro fontes básicas de recursos, a saber: geração própria de recursos (receitas operacionais - despesas operacionais); transferências de recursos fiscais do Tesouro; operações de crédito junto a Bancos (nacionais e estrangeiros); operações de financiamentos junto a instituições financeiras oficiais (BNDES, BNH, CEF, BIRD, etc) e fornecedores (nacionais e estrangeiros) -, observa-se, também, que ao longo do período ocorreram alterações importantes entre suas principais fontes de recursos (Tabela 17). Tendo como base os resultados obtidos pela pesquisa realizada por Emília Ticami e Paula Gadelha (1987) ⁽⁶⁶⁾, pode-se traçar as seguintes observações à cerca destas alterações:

- . quanto ao comportamento instável dos recursos oriundos de resultados operacionais positivos (geração própria) deve-se, basicamente, ao fato dos mesmos terem sido gerados, em quase a sua totalidade, pelas empresas de energia responsável no período por cerca de 98%. Desta forma, os mesmos passaram a sofrer variações abruptas em razão da estagnação das receitas operacionais dessas empresas (corrosão tarifária e repercussões da crise sobre o consumo médio de energia) e também por uma elevação dos custos (principalmente pelo aumento do preço da energia comprada);
- . as transferências do Tesouro realizadas para este fim - fortemente concentradas nos setores de transportes, saneamento, obras públicas - após apresentarem crescimento entre 1979/82, caem no último triênio em função do comportamento sofrível das receitas tributárias do Estado no período, cada vez mais comprometidas com outros tipos de gasto (pessoal, outros custeios e serviço da dívida);

(66) Neste ponto utilizaremos os resultados e conclusões do trabalho realizado por Emília e Paula (1987), no qual desenvolveram um minucioso estudo sobre o comportamento da estrutura de financiamento da Administração Descentralizada do SPP, juntando ao conjunto das empresas os dados referentes ao DAEE e DER.

- . quanto ao resultado líquido das operações de crédito⁽⁶⁷⁾, concentra das nos setores de energia, transportes e saneamento - este último até 1981 - tiveram entre 1982/84 um movimento ascendente, voltando a cair em 1985. Este crescimento, antes de representar a entrada de recursos novos para compensar a redução das transferências do Tesouro, decorreram em grande parte do crescimento das operações de crédito informais (como visto no item I.3);
- . os financiamentos⁽⁶⁸⁾, principal fonte de recursos dos investimentos realizados por essas entidades no início do período (cerca de 32% em média no triênio 1979/81), apresentaram uma queda sensível no biênio 1983/84 (reduz sua participação relativa para cerca de 16%), recuperando-se apenas em 1985. Refletindo, desta forma, tanto as dificuldades "políticas" encontradas pelo governo estadual em negociar esses financiamentos junto as instituições oficiais de crédito, no biênio 1983/84 - devido as restrições impostas ao crédito para os Estados - como o fato, das mesmas terem sido negativamente afetadas na crise, justamente quando é mais premente a necessidade por esses recursos;
- . Finalmente, cabe ressaltar o fato de que a composição da estrutura de financiamento de cada setor⁽⁶⁹⁾ acaba por determinar o grau de capacidade própria de realização de seus investimentos. Um exemplo elucidativo deste fato é que somente os setores que contaram, significativamente, com recursos próprios tiveram condições de manter minimamente o nível de investimentos, caso típico do setor de energia que apresentou maiores condições de defender seus investimentos du

(67) Com efeito, as principais fontes de recursos dessas instituições de fomento, dependem fundamentalmente do nível de atividade econômica, como é o caso do PIS/PASEP no BNDES e do FGTS no BNH (hoje incorporado à CEF).

(68) Pois, a maioria dos contratos efetuados exigem contra partida de recursos próprios e condicionam posteriores desembolsos à consecução de determinadas etapas nos projetos de investimentos.

(69) Ver Tabelas 31, 32 - Anexo III.

rante a crise. O mesmo não ocorreu com o setor de saneamento, pois, face à sua dependência básica por recibos do Estado e financiamentos junto a agências oficiais (BNH), teve seus investimentos profundamente atingidos. Também o setor de transportes, extremamente vulnerável às oscilações na disponibilidade de recursos externos e a geração própria, exigiu ingerências maiores por parte do Estado, com a necessária definição de prioridades para posterior aporte de recursos estaduais e captação junto a instituições credoras.

TABELA 17
ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR FORTE E SETOR
EMPRESAS
1979/1985

ITENS	(EM PORCENTAGEM)							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
GERAÇÃO PRÓPRIA		25.82	18.78	30.92	26.00	39.40	27.18	25.24
ENERGIA		23.95	18.43	30.35	25.74	34.26	26.57	25.13
TRANSPORTES		1.40	.21	.11	0.00	0.00	0.00	.12
SANEAMENTO		0.00	0.00	0.00	0.00	5.14	0.00	0.00
ABASTECIMENTO		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
OUROS PÚBLICAS		.47	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ciência e serviços técnicos		0.00	.14	.46	.25	.00	.61	0.00
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO		19.01	27.96	24.15	31.40	25.63	18.46	22.36
ENERGIA		3.90	4.49	4.99	6.24	4.35	3.04	2.88
TRANSPORTES		4.10	7.99	9.47	15.44	17.88	9.63	12.62
SANEAMENTO		5.56	6.45	3.61	3.42	0.00	1.93	1.21
ABASTECIMENTO		.10	.63	.11	.15	0.00	.20	.12
OUROS PÚBLICAS		5.19	7.71	5.45	4.05	3.16	3.45	5.24
Ciência e serviços técnicos		.16	.70	.52	.30	.24	.20	.29
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		13.97	15.07	11.02	6.88	3.56	4.67	0.00
ENERGIA		5.04	8.27	3.21	3.81	1.82	3.85	0.00
TRANSPORTES		8.78	6.73	7.80	3.07	1.74	.81	0.00
SANEAMENTO		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
ABASTECIMENTO		.16	.07	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
OUROS PÚBLICAS		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ciência e serviços técnicos		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO LIQUIDAS		0.62	3.64	0.03	14.71	15.19	34.28	16.71
ENERGIA		1.66	3.50	4.36	8.82	8.78	22.92	16.60
TRANSPORTES		3.58	0.00	3.50	5.89	5.06	11.16	0.00
SANEAMENTO		.21	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
ABASTECIMENTO		.73	.07	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
OUROS PÚBLICAS		2.39	0.00	.17	0.00	1.34	.20	.12
Ciência e serviços técnicos		.05	.07	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
FINANCIAMENTOS		32.57	34.55	25.87	21.00	16.14	15.42	35.68
ENERGIA		0.00	0.00	.57	.79	1.19	4.26	8.59
TRANSPORTES		10.18	8.41	3.27	3.76	4.03	3.35	20.23
SANEAMENTO		22.08	26.14	21.51	16.15	10.76	7.81	6.74
ABASTECIMENTO		0.00	0.00	.52	.25	.16	0.00	0.00
OUROS PÚBLICAS		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Ciência e serviços técnicos		.31	0.00	0.00	.05	0.00	0.00	.12
TOTAL		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: DADOS DA TABELA 32 - ANEXO III

Desta forma, torna-se evidente que as alterações sofridas tanto pela estrutura setorial como pela estrutura de financiamentos dos investimentos do SPP, antes de representarem uma reordenação de prioridades do governo, foi resultante, por um lado, da imobilidade dos recursos excedentes, devido a ausência total de mecanismos institucionais que permitissem uma maior flexibilização orçamentária⁽⁷⁰⁾. E, por outro, pelo aumento das ingerências das agências oficiais de financiamento e, em alguns casos dos fornecedores, na alocação desses recursos. Desta forma, contribuíram para diminuição da autonomia do Estado, quando de suas decisões sobre prioridades programáticas.

Sobre este último aspecto, cabe destacar algumas peculiaridades do modo em que essas ingerências acabam por influenciar o financiamento dos investimentos realizados pelo SPP no período e, que passam despercebidos na análise mais global.

A primeira diz respeito ao fato de que boa parte dos investimentos realizados pelo SPP - particularmente os dos setores de transportes, saneamento e em menor escala no de energia - a partir de 1983, terem sido sustentados por créditos, quer das instituições financeiras oficiais (BNDES, BNH, FAS, BIRD, etc) quer de fornecedores, como alternativa ao estancamento do fluxo de recursos externos.

A manutenção de tais fluxos de recursos, deveu-se ao compromisso do SPP em saldar as obrigações vencidas junto a essas instituições, ou seja, parcela ponderável do serviço da dívida (caso típico da CESP em 1984 e do METRÔ em 1985) teve que ser saldada, na maior parte dos casos, com recursos correntes para que as mesmas retomassem o financiamento de determinados planos de investimentos. Neste sentido, tal mecanismo assumiu papel fundamental na alocação

(70) Por exemplo, na hipótese de criação de uma "holding" das estatais estaduais contar-se-ia com mais flexibilidade para transferências de recursos inter-empresas. Pode-se-ia também pensar na hipótese desta flexibilidade dar-se via um "Conselho Financeiro" do conjunto daquelas empresas que orientasse o fluxo inter-empresas através do sistema financeiro público estadual. Maiores detalhes ver de Paula (1988) e Rodrigues(1988).

de recursos, por parte do SPP, particularmente, os referentes aos programas de governo, que sofreram forte influência das entidades credoras no que toca ao ritmo e mesmo a escolha dos investimentos. Além disso, cabe ressaltar a influência dessas instituições financeiras oficiais sobre os programas de investimentos das empresas, uma vez que, passa pela assunção por parte dessas entidades, da de_{finição} de prioridades e da análise da viabilidade dos projetos. Implicando, portanto, num verdadeiro atrofiamento do poder decisório por parte das empresas estaduais, em particular, e, do SPP como um todo. (71)

Em outros termos, é muito provável que o elenco de investimentos fosse bastante distinto, caso fossem outras as relações do SPP com seus principais agentes credores. Isto é, pode-se questionar, neste período, a própria adequação dos investimentos públicos frente as reais necessidades sócio-econômicas do Estado de São Paulo.

(71) Segundo Paula Gadelha (1987): "desta forma, o poder de decisão sobre os re cursos disponíveis e a própria gerência - cronograma e ritmo das obras - deslocam-se para as instituições de financiamento".

II.3 SERVIÇO DA DÍVIDA

Os gastos realizados com o pagamento do serviço da dívida (interna e externa) do SPP, foi o item de despesa que apresentou maior crescimento entre 1979 e 1985, período em que atingem um crescimento real de 150% (equivalente a uma taxa média anual de 16,7%)⁽⁷²⁾. Este aumento significativo dos custos financeiros dentro da estrutura de gastos do SPP (de 17,4% em 1979 passam a representar 31,6% do total dos gastos em 1985), transformou-se na face perversa da crescente utilização do endividamento (principalmente de sua componente em moeda estrangeira, fortemente utilizada a partir da segunda metade da década dos 70) enquanto supridor das necessidades de recursos para o financiamento da máquina pública paulista. Esta característica torna-se mais intensa e problematizada ra, quando da instalação da crise do sistema internacional de crédito, aliada aos problemas já tão debatidos de ajustamento do balanço de pagamentos, da recessão e instabilização financeira oriundas das políticas ortodoxas acordadas com o FMI, a partir de 1983.

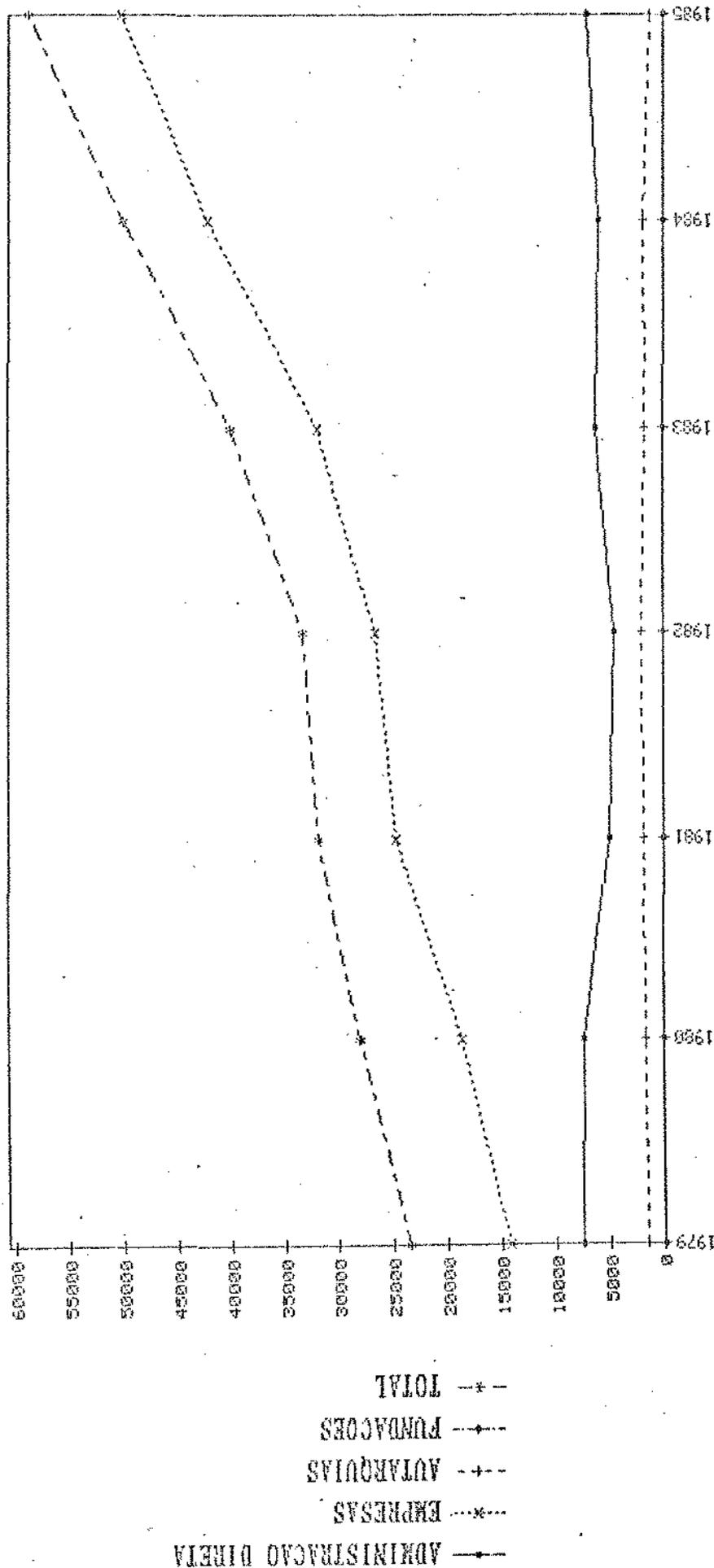
No tocante à sua distribuição entre as instâncias administrativas (Gráfico 12), destaca-se a influência do conjunto das empresas públicas do estado, na determinação do movimento ascendente acima descrito. Já que as mesmas, passam de 60,7% em 1979 a representar 85,5% em 1985 do total do serviço da dívida do SPP, atingindo um crescimento real de 252% no período (equivalente a uma taxa média anual de 23,3%)⁽⁷³⁾.

O aumento contínuo e acelerado do serviço da dívida, para o conjunto das empresas estaduais, resulta do somatório de alguns fatos, que foram se acumulando entre 1979 e 1985. Primeiro, como mostra a Tabela 18 ; tem-se no biênio inicial (1979/80) um maior aumento do fluxo das amortizações do principal em relação aos

(72) Ver Tabela 20 - Anexo III.

(73) Ver Tabela 23 - Anexo III.

GRAFICO 12
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DO SERVICO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



ANOS

Valores em Cz\$ milhões de 1986
 Fonte: dados da tabela 33-Anexo III

juros e encargos da dívida, que cresceram de maneira menos acentuada. Esse comportamento deve-se, fundamentalmente, à maturação dos empréstimos e financiamentos (internos e externos), intensamente contratados na segunda metade da década dos 70 e, secundariamente pelo congelamento das correções monetária e cambial de 1980, cujo efeito foi ao mesmo tempo reduzir as necessidades de recursos destinados ao pagamento de juros e encargos, diminuindo momentaneamente as pressões sobre os passivos em débitos e, sinalizando vantagens de se acelerar o pagamento das amortizações. No biênio seguinte (1981/82), com o retorno das correções monetária e cambial "plenas", acompanhadas da escalada dos juros internacionais e internos, as despesas com os juros e encargos aumentaram significativamente, enquanto, as amortizações (já em novos patamares) apresentaram um leve declínio.

A partir de 1983, o processo acima descrito assume nova dinâmica, reflexo tanto de mudanças na composição do serviço da dívida, com aumento da parcela relativa aos juros e encargos (que vinha sendo sentida desde o biênio anterior) como do aumento das necessidades de recursos para servir as obrigações financeiras denominadas em dólares, devido ao impacto da maxidesvalorização do cruzeiro (fevereiro/83). Estes acontecimentos provocaram, pela primeira vez, um significativo aumento do volume de atrasados financeiros⁽⁷⁴⁾, que de uma média em torno de 12% no triênio 1980/82, passaram a representar cerca de 38%, no triênio 1983/85 do total dessas obrigações. Além disso, outro fator que colaborou tanto para o aumento dos atrasados financeiros, como para a manutenção, em 1983, dos juros e encargos, em patamar semelhante ao ocorrido no ano anterior, com expansão das amortizações (em volume semelhante ao da maxi), foi o processo de inibição da alocação de recursos destinados ao pagamento dessas obrigações provocado tanto pelo estancamento do fluxo de recursos externos (devido os impasses gerados nas negociações da dívida externa junto ao FMI) como pelo elevado aperto do crédito interno, em espe

(74) Parcelas relativas ao pagamento do serviço da dívida (amortizações e juros e encargos) em 31/12 de cada exercício, devidas e não pagas.

cial, destinado ao Setor Público (fruto da política de ajuste interno também acordada com o FMI). Já no último biênio (84/85), mantêm-se elevadas as taxas de juros internas e externas, contabilizam-se multas pelos atrasos praticados no anterior e registram-se os efeitos retardados da maxidesvalorização do cruzeiro (fev/83). O resultado é uma elevação significativa do montante dos juros e encargos devidos, seguidos de perto pelo crescimento do fluxo das amortizações. Porém, há simultaneamente uma flexibilização maior das condições de rolagem da dívida, proporcionando um aumento razoável do desembolso de recursos para saldar essas obrigações financeiras, apesar de parcela, ainda, significativa das mesmas, serem mantidas em atraso. Assim sendo, o final do período em estudo, fica marcado por um aumento sem precedentes do serviço da dívida do SPP, atingindo um novo e perigoso patamar, quando, inclusive, superam em valor absoluto os demais itens da estrutura de gasto do SPP.

TABELA 18

EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

1979/85

(ÍNDICE DE EVOLUÇÃO - 1979=100)

ITENS	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL		100	143	180	179	251	261	320
PAGAS		100	127	160	153	130	203	195
ATRASADAS		0	100	132	166	771	366	793
JUROS E ENCARGOS		100	118	167	194	195	331	384
PAGAS		100	106	149	172	89	178	312
ATRASADAS		0	100	143	185	856	1234	584
TOTAL		100	131	174	187	224	295	352

FONTE: TABELA 34 - ANEXO III

Quanto à distribuição dessas despesas financeiras entre as empresas estaduais, verifica-se uma forte concentração nos setores de energia, transportes e, em menor escala no de saneamento. Sendo que, no último triênio (83/85), o crescimento da participação do se tor de transportes (de modo especial o crescimento verificado na FEPASA e VASP), contrasta com a diminuição da participação relativa das empresas ligadas aos setores de energia e de saneamento (Tabela 19).

Merece destaque, portanto, o fato da troca de posições re lativas ocorrida entre os setores acima mencionados, bem como, do crescimento do montante total, do serviço da dívida, verificado no conjunto das empresas entre 1979 e 1985, ter como característica básica o aumento considerável da parcela não paga das mesmas a par tir de 1983.

Em outras palavras com a interrupção do processo de capta-
ção de recursos externos (como visto no item I.3), que permitiam, até então, a manutenção de um esquema de renovação automática e integral das obrigações vencidas, o Governo Estadual (de forma semelhante ao ocorrido com o Setor Público Brasileiro em seu conjunto) recorreu a uma forma "heterodoxa" de financiamento, via acúmulo de atrasados financeiros. Desta forma, os dados apresentados na Tabela 19, possibilitam visualizar o modo como se distribuiu entre as empresas públicas paulistas, esse aumento das obrigações financeiras atrasadas. Primeiro, nota-se o crescimento acelerado das obrigações financeiras do setor transportes (de 45% em 1982 atingem 61% em 1985), quando seus débitos atrasados passam a representar 28%, em média, do montante total do serviço da dívida do conjunto das empresas. Segundo, de modo semelhante - embora com um valor absoluto bem menor, apenas 3,6% do total do serviço da dívida - o setor de saneamento apresenta um aumento considerável de seus atrasos finan

TABELA 19
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA POR SETOR
 1979/85

ITENS	ANOS	(EM PERCENTAGEM)						
		1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		42.07	47.58	48.66	44.82	40.84	36.18	28.70
SERVIÇO DA DÍVIDA		42.07	45.91	44.67	39.79	21.94	38.69	29.23
PRINCIPAL		19.69	26.17	22.82	15.46	9.55	16.26	11.62
JUROS E ENCARGOS		22.38	19.75	21.86	24.33	12.39	22.43	17.61
ATRASOS		0.00	3.67	3.98	5.03	18.90	-2.51	-5.54
PRINCIPAL		0.00	1.52	1.61	1.99	7.48	-1.38	-0.07
JUROS E ENCARGOS		0.00	2.14	2.37	3.04	11.42	-1.13	-4.47
TRANSPORTE		44.36	37.33	41.75	45.46	48.41	52.86	60.84
SERVIÇO DA DÍVIDA		44.36	31.00	35.82	38.70	20.60	20.22	37.25
PRINCIPAL		25.94	18.86	20.30	22.79	17.36	16.26	15.40
JUROS E ENCARGOS		18.43	12.14	15.52	15.91	3.24	3.95	21.85
ATRASOS		0.00	6.33	5.93	6.76	27.81	32.65	23.59
PRINCIPAL		0.00	4.03	3.77	4.31	17.70	7.58	14.33
JUROS E ENCARGOS		0.00	2.30	2.16	2.45	10.10	25.07	9.25
SANEAMENTO		11.06	8.91	6.92	7.33	6.83	7.71	6.67
SERVIÇO DA DÍVIDA		11.06	8.68	6.16	6.46	4.10	3.87	3.32
PRINCIPAL		4.69	3.07	2.00	2.31	1.32	1.30	.80
JUROS E ENCARGOS		6.38	5.53	4.16	4.15	2.77	2.58	2.52
ATRASOS		0.00	.31	.76	.87	2.73	3.84	3.36
PRINCIPAL		0.00	.13	.31	.36	1.11	2.47	2.09
JUROS E ENCARGOS		0.00	.18	.45	.51	1.62	1.36	1.27
OUTROS		2.51	4.18	2.67	2.39	3.93	3.25	3.80
SERVIÇO DA DÍVIDA		2.51	3.65	2.25	1.89	2.41	1.97	1.93
PRINCIPAL		.76	1.61	1.76	1.29	1.31	1.26	.48
JUROS E ENCARGOS		1.74	2.03	.49	.60	1.10	.71	1.45
ATRASOS		0.00	.53	.42	.51	1.52	1.28	1.86
PRINCIPAL		0.00	.53	.42	.51	1.52	1.28	1.86
JUROS E ENCARGOS		0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
TOTAL		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 34 - ANEXO III

ceiros. Por fim, o setor de energia torna-se o único setor que, após manter em 1983 boa parte de seus débitos em atraso (cerca de 18% do total do serviço da dívida, consegue no biênio seguinte (1984/85) saldá-los e mais, mantém suas obrigações praticamente em dia, passando com isso, a responder pelo pagamento de cerca de 33,5% do total do serviço da dívida do conjunto das estatais paulistas.

Um último aspecto que merece ser comentado, diz respeito a evolução das operações líquidas de crédito ⁽⁷⁵⁾, uma vez que, quando se compara a evolução do serviço da dívida e a das captações de recursos via operações de crédito, verifica-se que o ritmo de crescimento da primeira foi bem superior ao da segunda ⁽⁷⁶⁾. Confirmando, portanto o fato de que, a partir de 1983, o SPP passou a conviver com um déficit substancial e sistemático na captação líquida de recursos (Tabela 20), isto é, os recursos captados através das operações de crédito não chegaram sequer a ser suficientes para saldar o serviço da dívida. Nesse sentido, os saldos líquidos das operações de crédito passaram a constituir-se num substancial vertedouro de recursos públicos correntes, dificultando sobremaneira a administração das contas públicas.

(75) Estamos considerando para efeito de cálculo das Operações líquidas de crédito (captações de recursos via Operações de Crédito - Serviço da Dívida) apenas os valores efetivamente pagos.

(76) No que toca às empresas públicas, o único setor a apresentar um saldo líquido positivo nas operações de crédito é o energético (ver Tabela 37 - Anexo III).

TABELA 20
 SETOR PÚBLICO PAULISTA
 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DE CRÉDITO
 1979/85

ANOS	EM CR\$ MILHÕES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.137	-1.375	3.169	1.104	-3.667	-252	-617
ADR. DESCENTRALIZADA	5.516	-568	-424	-2.077	-7.731	-3.514	402
EMPRESAS	7.299	1.305	1.485	-700	-7.024	-4.277	-121
AUTARQUIAS	-1.671	-1.074	-1.711	-2.168	-707	-1.235	603
FUNDAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.654	-1.764	2.734	-1.773	-11.399	-5.767	-137

FONTES: DADOS DAS TABELAS 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 - ANEXO II

NOTA: OPERAÇÕES LIQUIDADAS DE CRÉDITO = CAPTAÇÕES VIA OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXCETO A PARCELA EQUIVALENTE AOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS AS EMPREITEIRAS, FORNECEDORES E QUOTAS DO GOVERNO FEDERAL) MENOS O SERVIÇO DA DÍVIDA.

Do exposto, pode-se concluir que as dificuldades financeiras vividas pelo SPP, agravadas sobremaneira no biênio 1983/84, se deveram, em boa parte, ao aumento do custo do serviço da dívida. Este fato contribuiu definitivamente para a redução do já debilitado grau de flexibilidade da estrutura de gastos do SPP, criando pressões adicionais à geração de recursos próprios para investimentos, apesar do rebaixamento dos custos com pessoal. Tal foi a gravidade dessa situação, que somente foi possível administrar econômica e financeiramente o SPP, no biênio mais crítico (1983/84), com a ampliação do volume de atrasos no pagamento dessas obrigações, mesmo levando-se em conta as reduções sofridas tanto nos gastos com pessoal quanto nos investimentos.

II.4 - OUTRAS DESPESAS

O item "Outras Despesas" - composto do somatório das despesas de custeios (exceto pessoal e reflexos) e despesas diversas da Administração Direta, autarquias e fundações, mais despesas operacionais (exceto pessoal e encargos) e despesas diversas do conjunto das empresas públicas do Estado - foi outro componente da estrutura de gastos do SPP, que apresentou significativa expansão no período em estudo, elevando sua participação relativa, dentro dessa estrutura, de 20% em 1979 para 31% em 1985⁽⁷⁷⁾. Fato que, representou um crescimento real no mesmo período de 123% (equivalente a uma taxa média anual de 14,3%)⁽⁷⁸⁾.

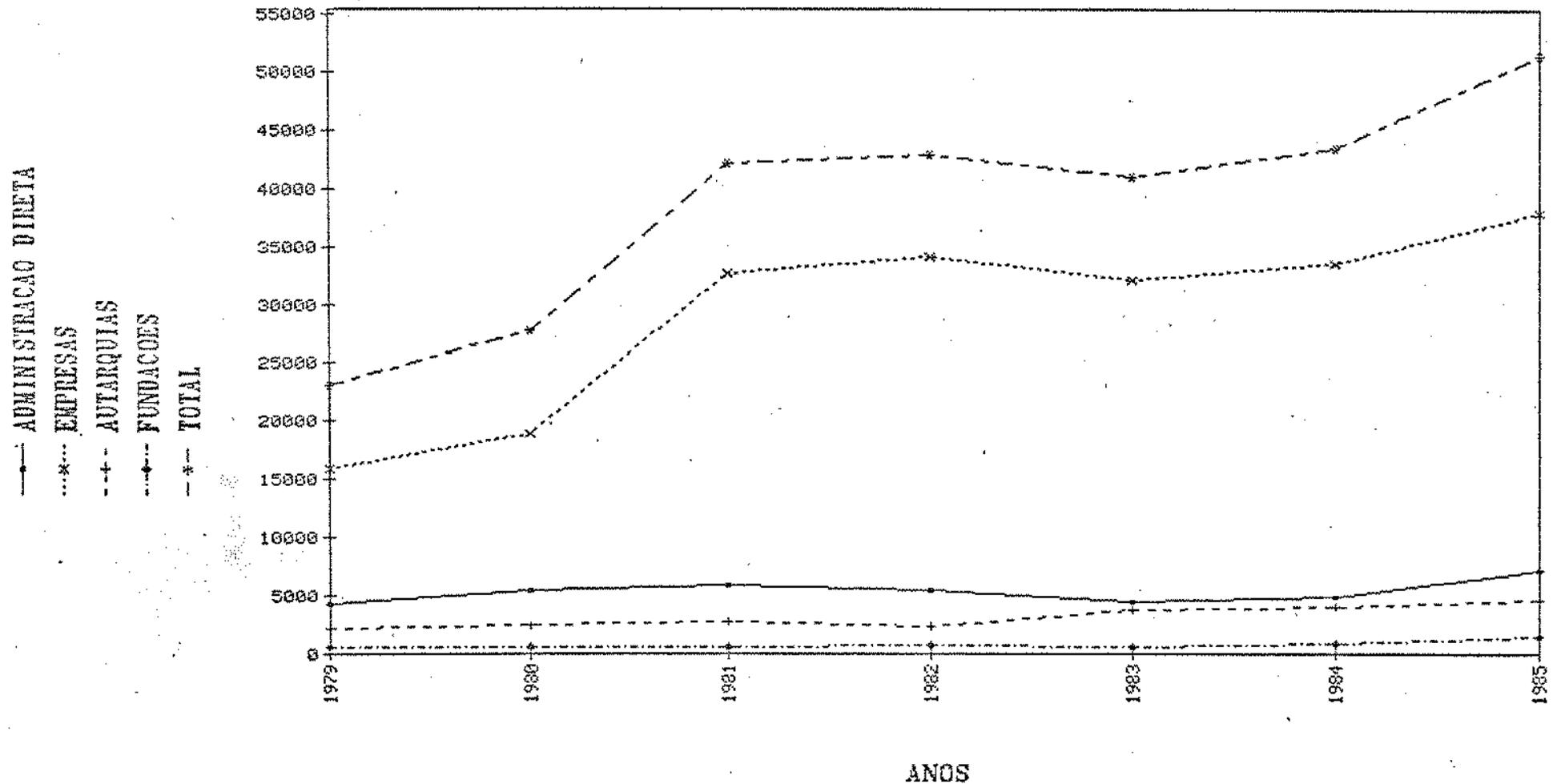
A evolução destes gastos correntes (Gráfico 13) permite distinguir três fases distintas: a primeira, marcada por um crescimento rápido, cobre o triênio 1979/81; a segunda, que vai de 1981/1984, é praticamente uma fase de estabilização destes gastos, já em novos patamares, apesar da leve queda de 1983; por fim, temos um crescimento significativo dos mesmos no último ano do período (1985).

A dinâmica desse movimento é dada novamente pelo conjunto das empresas públicas, fato verificado quando da observação da distribuição deste tipo de gastos entre as instâncias administrativas (Gráfico 13) onde, as mesmas representaram em média, cerca de 3/4 do total destas despesas, ao longo do período.

(77) Ver Tabela 20 - Anexo III.

(78) Ver Tabela 38 - Anexo III.

GRAFICO 13
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DE OUTRAS DESPESAS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 38-Anexo III

Analisando separadamente o conjunto das empresas públicas, nota-se uma forte concentração, destes gastos, no setor de energia (cerca de 70% em média) e, em menor escala no setor de transportes (cerca de 15% em média) (Tabela 21). No caso do setor de energia, esses gastos concentram-se, fundamentalmente, em suas despesas operacionais, cujos maiores valores dizem respeito a compra de energia para revenda⁽⁷⁹⁾, e, em menor escala, os valores contabilizados como Encargos do Consumidor, referentes aos recolhimentos das quotas de reversão e de garantia (RGR e RGG). Desta forma, a incorporação da Eletropaulo em 1981, contribuiu de forma decisiva para a explicação do aumento destes gastos, neste mesmo ano (Tabela 22). A partir desta incorporação, cabe ressaltar alguns aspectos sobre os dois itens - compra de energia e recolhimento de quotas - de despesa acima mencionados, enquanto contribuição para o entendimento do movimento experimentado por estes gastos entre 1981 e 1985.

TABELA 21
EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE OUTRAS DESPESAS POR SETOR
1979/85

ITENS	(EM PERCENTAGEM)							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		42.18	52.31	74.51	73.69	75.07	75.31	76.54
TRANSPORTES		30.14	24.63	13.98	15.71	15.40	17.47	14.01
SANEAMENTO		9.15	7.99	5.15	4.21	3.66	2.87	3.26
OUTRAS		18.52	15.07	6.36	6.39	5.87	4.35	6.09
TOTAL		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: TABELA 39 - ANEXO III

(79) O setor elétrico de São Paulo possui duas empresas distribuidoras de energia (Eletropaulo e CPFL) e uma geradora (CESP). Tanto a Eletropaulo como a CPFL, compram energia da CESP e de Furnas, enquanto que a CESP além de gerar sua própria energia, mantém convênio com Furnas para aquisição da energia gerada em Itaipu.

TABELA 22
 SETOR PÚBLICO PAULISTA
 COMPOSIÇÃO DAS "OUTRAS DESPESAS"
 1979/85

(EM PERCENTAGEM)

ITENS	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		18.88	20.08	14.09	12.70	10.80	11.18	14.09
AUTARQUIAS		9.47	9.27	6.69	5.53	9.13	9.32	9.08
FUNDAÇÕES		2.66	2.22	1.64	1.94	1.71	2.19	2.88
EMPRESAS		68.99	68.43	77.58	79.84	78.36	77.31	73.95
ENERGIA		29.10	35.79	57.81	58.83	58.83	58.23	56.60
ELETROPAULO		--	--	35.73	39.22	37.62	33.91	35.56
OUTROS		39.89	32.64	19.78	21.01	19.53	19.09	17.35
TOTAL		100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTES: TABELA 39 - ANEXO III

Quanto as despesas com compra de energia, destaca-se o fato de sua contribuição para a quase duplicação verificada nas despesas operacionais (exceto pessoal) das empresas elétricas entre 1981 e 1985 (após, portanto, a incorporação da Eletropaulo). Desta forma, acreditamos ser esta uma tendência que vem acentuando-se, principal

mente no último biênio (1984/85), como decorrência provável dos seguintes fatores:

- . entrada de uma grande empresa distribuidora de energia (Eletropaulo/81), que apresenta uma estrutura de custos diferenciada em relação a uma empresa geradora. Com efeito suas despesas operacionais (pessoal mais outras despesas de operação⁽⁸⁰⁾), tem uma composição onde as outras despesas operacionais representam cerca de 86% (dados de 1985), enquanto, para CESP, uma empresa geradora, essas mesmas despesas representavam apenas 70% (dados de 1985).
- . aumento do coeficiente de importação de energia comprada pelo Estado de São Paulo. A energia comprada em 1981 era 19% do total da energia requerida. Esse percentual cresce paulatinamente e, em 1985, já é de 28,5%⁽⁸¹⁾.
- . aumento mais que proporcional das tarifas de suprimento de energia para revenda do que das de fornecimento aos consumidores⁽⁸²⁾.

Quanto aos valores relativos aos recolhimentos de quotas (RGR e RGG), sofreram, a partir de 1981, alterações nos seus limites mínimos que provocaram uma elevação do débito dessas empresas junto ao Governo Federal. Este fato, inclusive, foi responsável direto pelo aumento, principalmente a partir de 1983, no volume de atrasos de pagamento verificado nesta rubrica contábil, em função do não recolhimento dessas quotas por parte das concessionárias de energia paulistas.

(80) Despesas Operacionais (exceto pessoal) = material + serviço de terceiros + energia comprada para revenda + encargos do consumidor (RGR e RGG) + depreciação + outras despesas.

(81) Segundo dados do "Relatório Setorial: Setor Energia - SEADE/1986", a CESP, principal supridora de energia do Estado, apresentou entre 1982 e 1985 um crescimento da ordem de 459% na quantidade de energia adquirida. Esse fato pode dar a idéia do peso dos aumentos dos custos derivados da compra de energia.

(82) Conforme notificado no Relatório de Administração da CPFL referente ao exercício de 1984.

Quanto ao setor transportes, nota-se que, apesar do METRÔ e FEPASA, terem apresentado uma maior taxa de crescimento deste item de despesa no período (em virtude da expansão de suas linhas, principalmente no último biênio 1984/85), a VASP continuou sendo a empresa que apresentou maior volume de gastos neste item, basicamente, em função de suas despesas com a compra de combustível e manutenção e/ou revisão de suas aeronaves.

Assim sendo, boa parte da rápida evolução das "Outras Despesas" ocorrida para o conjunto das empresas estaduais e, portanto, para o SPP como um todo, deve-se ao significativo crescimento das contas acima mencionadas, principalmente a partir de 1981, com a incorporação da Eletropaulo. Pois, a semi-estagnação destes gastos no período 1981/84, bem como seu posterior crescimento em 1985, estão muito mais ligados às oscilações do nível de atividade da economia, em geral, e do Setor Público, em particular, do que - com poucas exceções - a uma política articulada de contenção e/ou racionalização destes gastos correntes, a nível do conjunto do SPP. Isto porque, este tipo de gasto (material de consumo, insumos básicos, serviços de terceiros, etc...), ao contrário do ocorrido com as despesas com pessoal (visto no item I.2), tiveram seus preços relativos variando, no mínimo, de acordo com as taxas de inflação, chegando, em alguns casos, a variar acima das mesmas.

Torna-se, portanto, razoável concluir que apesar do crescimento deste item de despesa ter se concentrado no conjunto das empresas públicas e, dentro dele no setor elétrico - único a mostrar-se auto-suficiente⁽⁸³⁾ nesse período - a evolução das "Outras Despesas" reduziu ainda mais o já estreito grau de flexibilidade das despesas do SPP, com reflexos imediatos na execução de seus investimentos e prestações de serviços básicos.

(83) O setor não necessitava de recursos adicionais do Tesouro, embora a situação descrita tenha provocado substancial crescimento de seu endividamento. (ver Tabela 9 - Anexo II).

x x x x x x x x

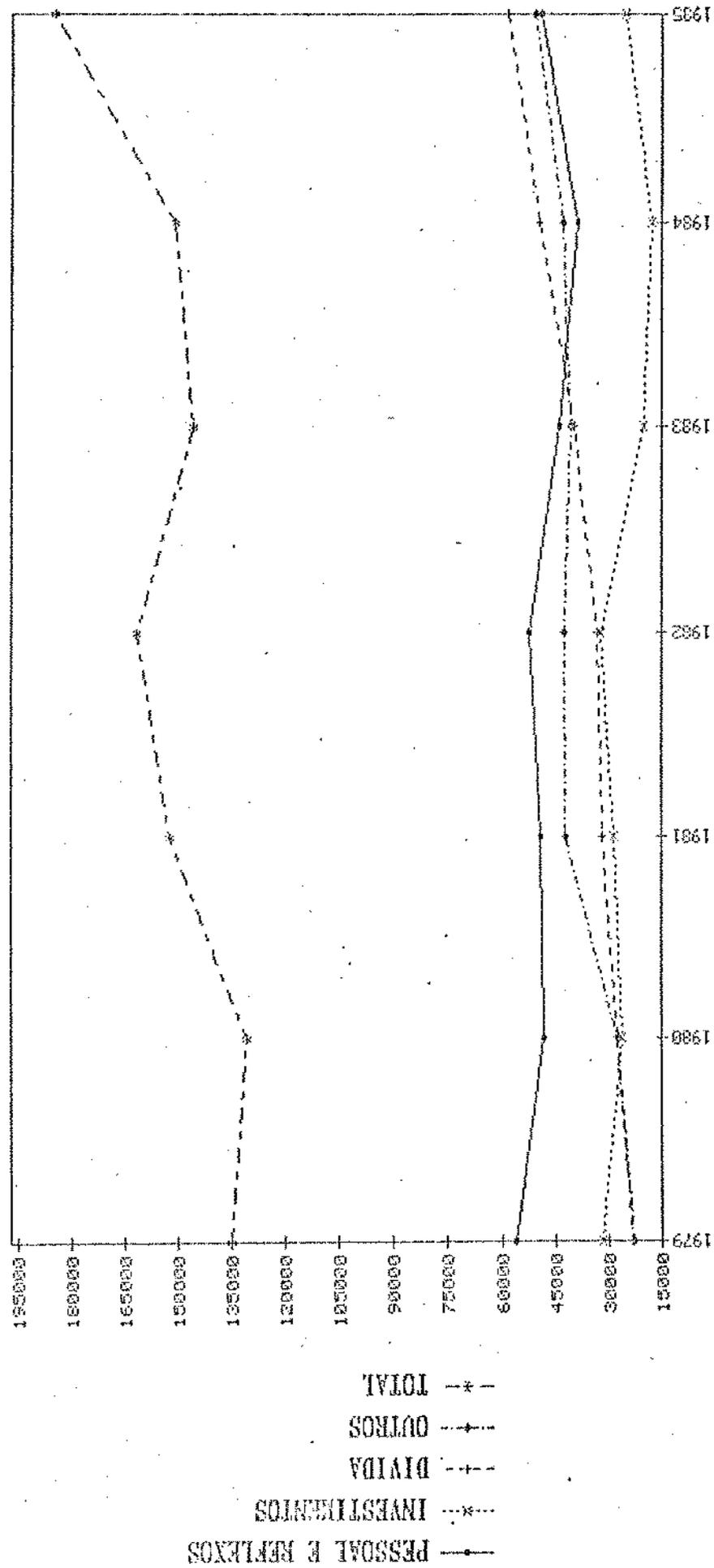
Do exposto ao longo do capítulo II, verifica-se que a evolução da estrutura de gastos do SPP, em consequência do comportamento e limitações das suas principais fontes de financiamento, apresentou mudanças significativas ao longo do período em estudo.

No que diz respeito aos tipos de gastos realizados (Gráfico 14), observou-se que os gastos com pagamento de pessoal e com investimentos, foram os itens cujas participações relativas dentro da estrutura de gastos sofreram maiores reduções, passando de 42% e 24% em 1979 para 27% e 14% em 1985, respectivamente. Por outro lado, os gastos com o pagamento do serviço da dívida acumulada e com "outras despesas" tiveram elevações significativas em suas participações dentro desta mesma estrutura, passando de 17% e 16% em 1979 para 32% e 28% em 1985, respectivamente (84).

Essas mudanças foram reflexos diretos do modo em que se deu o ajustamento do SPP à crise dos anos 80 via utilização de políticas salariais e de investimentos contencionistas adotadas para fazer frente à evolução pouco satisfatória dos recursos próprios (tributários e operacionais) agravada pela perda de funcionalidade do processo de endividamento (enquanto geradoras de operações líquidas de crédito positivas) como potencializador dos investimentos e supridor de recursos para renovação total das obrigações financeiras (internas e externas) assumidas anteriormente. Políticas estas, que foram insuficientes para conter o desequilíbrio financeiro do SPP, agravado com crescimento significativo dos serviços da dívida e dos gastos correntes (exceto pessoal) a partir de 1983 dada a extrema rigidez à queda destes dispêndios.

(84) Ver Tabela 20 - Anexo III.

GRAFICO 14
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DA ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85

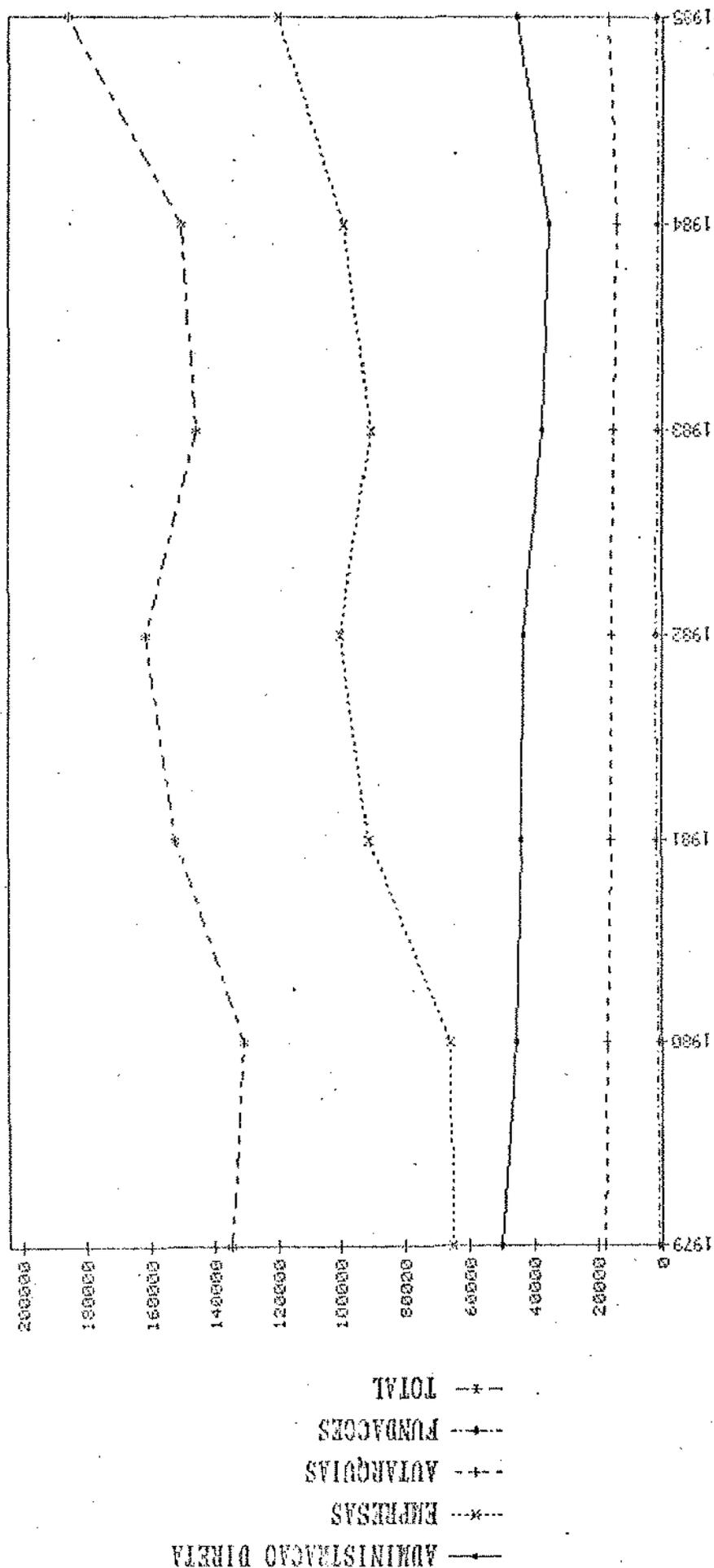


Valores em Cz\$ milhoes de 1986
 Fonte: dados da tabela 20-Anexo KII

Quanto à distribuição dos gastos pelas instâncias administrativas SPP (Gráfico 15) assiste-se a uma queda na participação dos gastos realizados pela administração direta, caem de 37% em 1979 para 24,5% em 1985, acompanhados por uma expansão, de igual magnitude, dos gastos realizados pela administração descentralizada - aumentam de 63% em 1979 para 75,5% em 1985. Isso se deve principalmente à forte expansão do peso do conjunto das empresas públicas no total do gasto realizado.

Essa modificação no perfil da estrutura de gastos do SPP evidencia, na verdade, o agravamento da seguinte tendência: os gastos de origem fiscal, que tradicionalmente deveriam ser orientados para o cumprimento das funções sociais básicas do Estado (gastos executados nas funções - Saúde, Educação, Justiça, Segurança Pública e Bem-estar Social, foram pouco a pouco perdendo espaço para os gastos realizados pelo setor mais moderno do Estado (empresas públicas), cada vez mais comprometido com suas despesas financeiras.

GRAFICO 15
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DA ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85



ANCS

Valores em Cz\$ milhões de 1986
 Fonte: dados da tabela 23-Anexq III

CONCLUSÕES

Os problemas do Setor Público Paulista revelam de forma mais complexa e abrangente a crise pela qual passam os Estados brasileiros ao longo da década de 80. As especificidades de São Paulo mostram como, neste Estado, as contradições das finanças públicas apresentam-se de modo mais agudo. Por isto este trabalho é um estudo de caso que permite compreender as determinações daquela crise e apontar como as soluções requerem mudanças estruturais profundas.

Em primeiro lugar, o Setor Público Paulista é aquele que melhor espelha os dilemas das formas de intervenção estatal, desenvolvidas a partir do próprio governo central e que hoje aparecem como fatores centrais da crise da economia brasileira. O processo de descentralização - cuja marca principal foi a emergência das empresas estatais - alcançou em São Paulo um grau bastante elevado. Se estas empresas sustentaram os investimentos públicos durante um certo período, encontram-se hoje na origem dos graves desequilíbrios financeiros que o governo estadual enfrenta. Análogamente ao governo federal este processo problematizou intensamente a natureza e as dimensões da ação fiscal do setor público.

Ademais, o movimento de endividamento ascendente tanto do Tesouro Estadual quanto principalmente daquelas empresas, produziu custos financeiros crescentes que têm imobilizado ou distorcido o caráter público do processo decisório sobre as ações sócio-econômicas do governo estadual, numa perspectiva de médio e longo prazos.

Pensou-se que São Paulo era "maior que a crise". Na verdade a chamada autonomia relativa da economia e do setor público paulista revelou-se extremamente contraditória. Aqui, tem-se a base econômica mais avançada do país, e portanto maior capacidade relativa - frente aos demais Estados - de gerar "recursos próprios" e, potencialmente, um maior grau de liberdade frente ao governo central. Entretanto, o advento da crise econômica afetou São

Paulo com maior intensidade exatamente porque aqui é determinada a dinâmica expansiva ou estagnacionista da economia nacional. Adicionalmente é aqui onde a heterogeneidade social e conseqüentemente os contrastes sócio-econômicos revela-se com a toda força e em maiores escalas. Em razão disso, nos períodos de crise, as exigências de uma ação compensatória, por parte do Estado, manifestam-se de forma intensa, e em dimensões ampliadas tanto qualitativa como quantitativamente. Em outras palavras, qual a capacidade deste setor público efetuar gastos de característica social e com base fiscal se suas finanças deterioram-se e sua autonomia relativa é desgastada exatamente pelas instabilidades conjunturais e pela quase-estagnação que marcam os anos 80? Neste quadro, qual a possibilidade de o governo manter e renovar a infra-estrutura, modernizar o capital social básico, indispensável para a expansão econômica global, para a recuperação do emprego e para uma melhor distribuição da renda e da riqueza?

São Paulo é o espaço regional, por excelência, onde se manifesta a crise do setor público no Brasil, em suas várias dimensões. Apreendem-se as várias conseqüências da evolução econômica sobre o setor público local e compreendem-se os vários aspectos - fiscais financeiros, de política econômica e político-administrativos - que entrelaçam problemáticamente a União e os Estados da Federação e explicitam a profundidade dos percalços das políticas públicas no País.

Isto posto, cabe aqui reconstituir os principais resultados obtidos no desenvolvimento deste estudo.

O SPP não escapou ileso da crise de financiamento vivida pela economia brasileira em geral, e pelo Setor Público em particular a partir do início dos anos 80. Pelo contrário, as mudanças ocorridas em sua estrutura de financiamento demonstram de maneira inequívoca que o SPP ao ampliar, significativamente, o nível de seu endividamento acaba por comprometer seriamente sua capacidade de ala

vancar recursos para seus programas de investimentos.

Neste sentido, a principal alteração foi a acentuada perda de relevância dos recursos de origem fiscal que de 45% no biênio 1979/80, passaram a representar apenas 30% no biênio 1984/85 do total dos recursos do SPP. Adicionalmente, deu-se, num segundo momento, a queda dos recursos próprios, principalmente, as receitas operacionais das empresas. Ambas mudanças foram acompanhadas pelo crescimento acelerado dos recursos obtidos via operações de crédito que de 22% no biênio 1979/80 passaram a representar cerca de 34% no biênio 1984/85 do total de recursos do SPP.

Essas alterações fizeram com que a tendência da década dos 70 - oriunda da ampliação do processo de descentralização administrativa e do aumento da participação dos recursos de terceiros na estrutura de financiamento de seus gastos - se intensificasse nos anos 80, quando as principais fontes de recursos correntes apresentaram evolução pouco satisfatória diante das necessidades reais de recursos do SPP. Tal evolução, como se sabe, está intimamente ligada ao desempenho da atividade econômica e, às decisões tanto de política fiscal como de política tarifária e de preços públicos. Este movimento global obrigou o SPP, particularmente o conjunto de suas empresas - como visto, concentrado, em sua quase totalidade, nas empresas dos setores energia, transportes e saneamento -, a recorrer cada vez mais ao mercado financeiro externo e interno, com vistas tanto a manter um fluxo mínimo de recursos para o financiamento de seus investimentos, como para saldar as obrigações financeiras assumidas anteriormente.

Com o aprofundamento da crise do sistema financeiro internacional (setembro de 1982), aliada à morosidade e especificidades do acordo firmado com o FMI com vistas à renegociação da dívida externa brasileira e à promoção de ajustes internos em nossa economia (1983), ocorre uma interrupção do suprimento de crédito externo, acarretando o fim das entradas líquidas de recursos externos, isto é, sua entrada em volume inferior ao próprio serviço da dívida pas

sada. Desta forma, o colapso dos fluxos financeiros externos e, dada a impossibilidade de comprometer maiores parcelas de receitas correntes já em processo de descenso acelerado, o SPP de forma se melhante ao setor público em geral, viu-se obrigado a recorrer ao mercado oficial de crédito (BNH, CEF, BNDES, BB), bem como, tentar ampliar a colocação de seus títulos públicos no mercado, como alter nativa para atender ao crescimento de suas necessidades de finan ciamento. Porém, estas possibilidades foram, em grande parte, cer ceadas pelas medidas restritivas de políticas monetária e creditícia adotadas pelas autoridades federais em consonância com o FMI, prin cipalmente no biênio 1983/84.

A resultante deste duplo processo - a deterioração da capa cidade de gerar recursos próprios e o endividamento crescente - foi a explosão dos custos financeiros do SPP, principalmente, após as duas maxidesvalorizações do cruzeiro e as elevações das taxas de ju ros internas e externas. Isto porque, desde o início dos anos 80, e, de modo especial a partir de 1983, foi o serviço da dívida pretê rita que contribuiu pesadamente para amplificar os requerimentos fi nanceiros do SPP, pois, desde então, os gastos com investimentos e as despesas com pessoal sofreram seguidamente cortes substantivos. Comprometeu-se, assim, definitivamente esse esquema de endividamen to crescente - amplamente utilizado de meados da década dos 70 até 1982 - enquanto supridor líquido de recursos para o SPP.

Em suma, as mudanças na forma de financiamento do SPP, re fletiram-se perversamente sobre sua estrutura de gastos, marcadamen te no quadriênio 1981/84, restringindo ainda mais, o seu já tão de bilitado grau de flexibilidade. Desta forma, gerou o aprofundamento da queda nos níveis de investimentos e das despesas de pessoal, que só não foram maiores devido à política deliberada de atrasos nos pagamentos de obrigações financeiras assumidas junto ao Governo Fe deral, empreiteiros, fornecedores e instituições financeiras, prati cadas pelo Governo estadual desde 1983.

Cabe ressaltar que, mesmo sem terem sido resolvidos estruturalmente esses problemas financeiros, em 1985 o SPP começa apresentar sinais de recuperação de suas receitas correntes, reflexo direto da reversão do nível de atividade econômica experimentado desde meados de 1984. Como consequência tem-se uma recuperação do nível dos investimentos e das despesas com pessoal. Ainda que o período posterior a 1986 não tinha objeto deste trabalho, impõem-se algumas qualificações.

Em 1986, com o plano de estabilização econômica - PLANO CRUZADO - criou-se um ambiente bastante favorável às finanças públicas estaduais, que possibilitou não só a manutenção como a ampliação do processo de recuperação das principais receitas correntes do SPP (particularmente, no que toca a arrecadação do ICM, com AUMENTO REAL de 36% em relação ao ano anterior). Este ambiente refletiu-se igualmente na intensidade do crescimento das despesas com investimentos e pessoal.

Já em 1987, com a queda do nível de atividade econômica e retomada acelerada do processo inflacionário, novamente nossa economia passa a enfrentar sinais de reversão do crescimento observado ao longo do biênio anterior. Em consequência, têm-se a retração nas receitas públicas - principalmente das tributárias - enquanto suas despesas, especificamente as com pessoal e investimentos, já haviam atingido e consolidado novos patamares, contribuindo para o aparecimento de novos desequilíbrios financeiros e até mesmo de caixa no SPP.

No primeiro semestre de 1988, como é sabido essa situação se agrava sobremaneira, especialmente, após a imposição pelo Govern

no Federal, de já conhecidas restrições lineares na oferta de crédito para o setor público, atingindo de forma intensa os programas de gastos do SPP.

Isto nos leva a concluir que as recuperações obtidas foram efêmeras, pois conjunturais, uma vez que a verdadeira reversão de tendências requer mudanças estruturais no equacionamento fiscal, na redução dos encargos das dívidas e na redinamização dos créditos para o financiamento de seus investimentos, nas reorganizações político-econômica e político-administrativas, sobre as quais, a seguir teceremos algumas considerações.

O principal obstáculo à recuperação das tarefas que, historicamente, cabem ao setor público desempenhar, diz respeito à questão relativa ao financiamento de suas unidades. Como visto, no período entre 1979 e 1985, a estrutura de financiamento do SPP ficou seriamente comprometida por uma incompatibilidade profunda entre seus compromissos financeiros e sua capacidade de geração de recursos próprios, resultando num progressivo estreitamento de sua capacidade de gastos. Reproduzindo, desta forma, aquilo que acontece a nível nacional como um todo, ou seja a ocorrência de um encilhamento das finanças públicas. Isto impossibilita a retomada dos seus investimentos a níveis compatíveis com as reais necessidades do aumento das demandas por seus serviços, que se faz presente por várias razões: os investimentos sociais (habitação, educação, saúde, etc...) pelo enorme atraso a que foram submetidos; os ligados à infra-estrutura básica (sobretudo nas áreas de transportes, energia, saneamento básico e ambiental) dada a necessidade de reaparelhamento, após anos de paralizações ou de orientações equivocadas dos mesmos; aqueles relativos especificamente às empresas públicas, pela necessidade da promoção de eficiência e ganhos de produtividade; e, finalmente, pelo papel que o investimento público exerce na recuperação econômica.

Desta forma, o grau de complexidade dos problemas vividos pelo setor público da unidade federativa mais desenvolvida do país e, ao mesmo tempo, possuidora do maior grau de heterogeneidade sócio-econômica, exige soluções complexas e níveis de dispêndio público, que desmitifiquem concepções que sempre entravaram sua relação com o governo federal e, questionaram a validade deste gasto.

Uma delas se esvai pelo fato de que São Paulo, mesmo sendo economicamente forte, ao contrário de certas interpretações, necessita de outras fontes de financiamento, face à constatação da extrema rigidez de seus orçamentos. A concepção primária de gasto público, como "ineficiência alocativa de recursos" é outra concepção a ser criticada, no momento em que se constata que, pela complexidade de seus problemas, surge a necessidade do Estado patrocinar programas de investimentos de custos elevados, que atendam às necessidades palmares da sociedade como um todo. Em outras palavras, são momentos, em que mais do que poder gastar, torna-se evidente que o Estado deve gastar.

Neste sentido, a solução destes problemas tem como condição essencial o equacionamento mais duradouro dos problemas gerados com o crescente endividamento público (particularmente de suas empresas), que passa necessariamente, por uma solução, também, duradoura, da renegociação da dívida externa brasileira e por uma reforma do sistema financeiro público e privado nacional. Conjuntamente, é preciso equacionar o problema do endividamento paulista, com a reforma do sistema tributário, que entre outras medidas, privilegie o aumento da carga tributária de modo compatível com uma melhor distribuição pessoal e regional da renda.

Outro aspecto importante que deve ser tocado, concomitantemente, diz respeito à intensificação do processo de reforma administrativa que vise principalmente: a simplificação dos procedimentos, particularmente, nas atividades meios; a eliminação de funções e/ou atividades duplicadas; e a eliminação de funções inadequadas ao Estado. Estas mudanças administrativas têm o sentido de

reduzir a necessidade de pessoal, o que implicaria num rebaixamento das pressões exercidas sobre os orçamentos estaduais via gastos com pessoal e custeio. Privilegiar-se-ia, desta forma, o pagamento de salários mais justos aos seus funcionários e a agilização, a racionalização e a eficiência dos procedimentos da máquina pública estadual em suas diferentes instâncias.

Finalizando, cumpre ressaltar que as medidas de reformulação estrutural acima preconizadas devem ser implantadas respeitando-se, por um lado, as especificidades da economia e sociedade paulistas mas, também, o fato de ser São Paulo uma unidade da Federação. Em outras palavras, deve-se procurar um equilíbrio entre as necessidades da sociedade paulista e as dos demais estados da Federação, concomitantemente a uma distribuição coerente - de recursos e funções - entre as distintas esferas de governo. Tal processo deverá ter como objetivo amplo uma renovação das funções do Estado na economia compatível com o desenvolvimento econômico e social.

ANEXOS

ANEXO I - ANEXO METODOLÓGICO DA MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA

O objetivo deste anexo metodológico é descrever os procedimentos utilizados para compor a "Matriz de Fontes e Usos do SPP" (Tabela 1) em seu conjunto. Para tanto, como já citados na introdução do trabalho, foram utilizadas as seguintes fontes básicas de dados: os Balanços Gerais do Estado de São Paulo, elaborados pela CAF - Coordenação da Administração Financeira/Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e uma série de dados relativos aos fluxos de caixa e fluxos de atrasados financeiros das empresas públicas não-financeiras do Estado de São Paulo elaborados pela CIEF - Coordenadoria de Investimentos das Empresas e Fundações (Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEP), e fluxos de caixa das autarquias e fundações estaduais retirados dos Relatórios de Execução Orçamentária (REO), elaborados pela CPO - Coordenadoria de Programação Orçamentária/Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (SEP).

A questão-chave, na elaboração da matriz, consistiu na obtenção dos dados relativos ao volume de recursos transferidos direta ou indiretamente pelo Tesouro do Estado à Administração Descentralizada (empresas, autarquias e fundações), de modo a minimizar a ocorrência de problemas de dúpla contagem. Com esse fim, tornou-se necessário compatibilizar os dados econômicos dos Balanços Gerais do Estado e os dados financeiros obtidos dos fluxos de caixas das empresas, autarquias e fundações⁽¹⁾. Compatibilização esta, minimizada pela introdução dos valores relativos aos atrasados financeiros das empresas estaduais não financeiras.

(1) A diferença entre o dado econômico e o dado financeiro expressa-se da seguinte forma: os primeiros são dados contabilizados sobre o princípio de competência, ou seja "o reconhecimento de receitas e despesas está identificado com períodos específicos e associados ao surgimento de "fatos geradores" de natureza econômica, legal e institucional, não sendo evento fundamental para tal reconhecimento o desembolso de caixa ou o recebimento de numerário" ... Quanto ao dado financeiro, são contabilizados pelo princípio de caixa, ou seja, dentro do exercício financeiro, o evento fundamental para o reconhecimento das receitas e despesas são o recebimento efetivo de numerários e os desembolsos efetivos de caixa, respectivamente (Iudicibus et alii).

Tabela 1
 MATRIZ DE FONTES E USOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PAULISTA
 FONTES

SETORES	FONTES	REC. TES.	OP. CRÉD.	REC. PROD.	OUTRAS	TRANS. A IND.	TOTAL
. Administração Direta		a ₁₁	a ₁₂	a ₁₃	a ₁₄	-a ₁₅	
. Autarquias		a ₂₁	a ₂₂	a ₂₃	a ₂₄	a ₂₅	
. Fundações		a ₃₁	a ₃₂	a ₃₃	a ₃₄	a ₃₅	
. Empresas		a ₄₁	a ₄₂	a ₄₃	a ₄₄	a ₄₅	
TOTAL							

USOS

SETORES	USOS	PESSOAL	INVEST.	DÍVIDA	OUTROS	TOTAL
. Administração Direta		b ₁₁	b ₁₂	b ₁₃	b ₁₄	
. Autarquias		b ₂₁	b ₂₂	b ₂₃	b ₂₄	
. Fundações		b ₃₁	b ₃₂	b ₃₃	b ₃₄	
. Empresas		b ₄₁	b ₄₂	b ₄₃	b ₄₄	
TOTAL						

Especificam-se, em seguida, as definições e os procedimentos utilizados na elaboração da matriz:

1.2 - MATRIZ DE FONTES DE RECURSOS

1.2.1 - Administração Direta (linha 1) ⁽²⁾

- Recursos do Tesouro (a_{11})

São os recursos arrecadados pelo Tesouro estadual, exceto a parcela diretamente transferida aos municípios. Assim, $[a_{11}]$ foi composto da seguinte maneira:

$$[a_{11}] = [(Receita Tributária^{(3)} - Parcela Transferida aos Municípios) + Receita Patrimonial + Receita Industrial + Receita Agropecuária + Outras Receitas Corr]$$

Cabe ressaltar que, por sua própria natureza (trata-se de uma fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), esse item será zerado nas demais linhas da matriz.

- Operações de Crédito (a_{12})

Representa a captação direta de recursos feita pela administração Direta, por meio de emissão de títulos (ORTPs) e das contratações de empréstimos internos e externos. O dado apresentado é o subitem "Operações de Crédito", um dos componentes das Receitas de Capital, que consta do Balanço Geral do Estado.

(2) Todos os dados referentes à Administração Direta foram obtidos junto aos Balanços Gerais do Estado, exceção feita ao item $[-a_{15}]$.
(Tabela 1 e 3 - Anexo II).

(3) Receita Tributária = (ICM/QPE) + (ICM/Atrasado/QPE) + IBTI/QPE + Taxas.
ICM/Atrasado/QPE = valor composto do somatório, dos seguintes itens (quando dizem respeito ao ICM): multas e juro de mora do ICM, multas de outras origens; indenizações e restituições; Receita da Dívida Ativa Tributária; Receitas diversas. Todos componentes do item 1900.00.00 "Outras Receitas Correntes".

- Receita Própria (a₁₃):

A Administração Direta, por sua própria natureza, não possui receitas próprias, porém o item consta da matriz, já que faz parte da estrutura de financiamento das empresas públicas, autarquias e fundações.

- Outras Receitas (a₁₄)

Nesse item estão computadas as transferências institucionais das quotas partes dos impostos únicos e demais convênios feitos pelo Governo Federal, exceto as parcelas que cabem aos municípios e a parcela relativa à transferência do Imposto de Renda retido na fonte - pelo fato de estarmos considerando essa rubrica como uma receita e despesa meramente contábil.

- Transferência à Administração Descentralizada (Transferências Intragovernamentais) (-a₁₅):

Representa o total de recursos transferidos direta ou indiretamente pelo Tesouro do Estado às empresas, autarquias e fundações. Esse item é fundamental para a consolidação das contas do Setor Público Paulista, já que representa o canal de interligação dos fluxos financeiros entre a Administração Direta e Descentralizada.

O sinal negativo que aparece neste item tem dupla finalidade. Por um lado, torna nulo o total da coluna 5, já que o seu valor representa a soma dos recursos transferidos pela Administração Direta à Descentralizada, evitando-se, assim, a dupla contagem, quando se toma o total dos recursos mobilizados pelo Setor Público Paulista. De fato, não tem sentido apresentar as transferências à Administração Descentralizada como fontes de financiamento do Setor Público Paulista como um todo, uma vez que tal volume de recursos constitui fonte de financiamento apenas das empresas, autarquias e fundações, e não do conjunto do setor.

Por outro lado, a inclusão do sinal negativo em a_{15} significa que a soma dos itens que compõem a linha 1 da matriz representa apenas o total dos recursos retidos pela Administração Direta.

Esse dado foi retirado dos fluxos de caixa da CIEF/SEP e dos Relatórios da Execução Orçamentária (REO) da CPO/SEP. A escolha dos mesmos deve-se ao fato de conjuntamente, representarem o total de recursos efetivamente repassado pelo Tesouro Estadual às empresas, autarquias e fundações, uma vez que, estão excluídas grande parte das duplas contagens existentes nas relações entre tais entidades. (4)

Para compatibilizar os dados da SEP e os do Balanço Geral do Estado, dando consistência interna à Matriz, igualou-se o valor total das transferências feitas à Administração Descentralizada, segundo as duas fontes consideradas, por meio de uma aproximação cujo procedimento é desenvolvido na explicação do item b_{14} da matriz de usos.

1.2.2 - Autarquias (Linha 2) (5)

- Recursos do Tesouro (a_{21})

Pela própria natureza do item (fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), seu valor é nulo, por definição.

- Operações de Crédito (a_{22})

Até 1982, por não ter sido possível sua desagregação, o montante de recursos obtidos pelas autarquias, via operações de crédito, foi incluído em "Recursos Próprios". Dessa forma, o

(4) Exemplo: O Estado transfere certa quantia para o DAEE, porém grande parte desse total já tem destino certo, ou seja, SABESP, CESP ou CETESB. A grande vantagem da fonte de dados utilizada é que proporciona o valor exato dos recursos retidos efetivamente no DAEE, bem como o valor dos recursos retidos na SABESP, na CESP etc.

(5) Os dados relativos às autarquias têm como fonte as informações elaboradas pela CPO/SEP. Cabe ressaltar que o IPESP não consta da relação das autarquias analisadas (ver Anexo II - Tabela 5).

valor do item aparece nulo no triênio 1979/81. Nos demais anos o valor apresentado refere-se às operações de financiamento e empréstimos realizadas por essas entidades. (6)

- Recursos Próprios (a₂₃)

Nesse item estão incluídas além das receitas geradas internamente pelas autarquias pela venda de seus serviços, as receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta e Descentralizada. (7) A exceção ocorre no triênio 1979/81, onde, além do exposto acima, estão somadas as operações de crédito por elas realizadas.

- Outras Fontes (a₂₄)

Nesse item deveriam estar classificadas as transferências federais vinculadas às autarquias. Porém, como na prática tais recursos passam primeiro pelo caixa do Tesouro do Estado, para depois serem enviados a seus respectivos destinatários, o item foi somado às transferências da Administração Direta à Descentralizada, elemento (a₂₅), razão pela qual seu valor aparece nulo na matriz.

- Transferências à Administração Descentralizada (a₂₅)

Foram consideradas como transferências as subvenções econômicas oriundas da Administração Direta, os recursos utilizados para pagamento de pessoal e reflexos e demais despesas correntes, as transferências de capital e as transferências federais vinculadas.

(6) Destaque-se o fato de que a principal entidade captadora via operações de crédito é o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, cujo valor pode estar subestimado, uma vez que grande parte desses recursos é destinada à SABESP.

(7) No caso das receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta pode ocorrer dupla contagem, porém de difícil quantificação, já que tais recursos aparecem como receitas próprias das autarquias e não são necessariamente classificadas como transferências intragovernamentais na relação das despesas da Administração Direta.

1.2.3 - Fundações (Linha 3) (8)

- Recursos do Tesouro (a₃₁)

Pela própria natureza do item (fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), seu valor é nulo, por definição.

- Operações de Crédito (a₃₂)

Por não ter sido possível sua desagregação, o montante de recursos obtidos pelas fundações, via operações de crédito, foi incluído em "Recursos Próprios". Dessa forma, o valor do item aparece nulo no período, o que não altera a estrutura de fontes de recursos dessas entidades, uma vez que as operações de financiamento e empréstimos por elas realizadas são praticamente inexistentes.

- Recursos Próprios (a₃₃)

Nesse item estão incluídas as receitas próprias das fundações propriamente ditas e as receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta e Descentralizada.⁽⁹⁾ Além do exposto acima, estão somadas as operações de crédito por elas realizadas.

- Outras Fontes (a₃₄)

Nesse item deveriam estar classificadas as transferências federais vinculadas às fundações. Porém, como na prática tais recursos passam primeiro pelo caixa do Tesouro do Estado, para depois serem envia

(8) Os dados relativos às fundações têm como fonte as informações elaboradas pela CPO/ SEP.

(9) No caso das receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta pode ocorrer dupla contagem, porém de difícil quantificação, já que tais recursos aparecem como receitas próprias das fundações e não são necessariamente classificados como transferências intragovernamentais na relação das despesas da Administração Direta.

dos a seus respectivos destinatários, o item foi somado às transferências da Administração Direta à descentralizada, elemento (a₂₅), razão pela qual seu valor aparece nulo na matriz.

- Transferências à Administração Descentralizada (a₃₅)

Foram consideradas como transferências as subvenções econômicas oriundas da Administração Direta, ou seja, os recursos utilizados para pagamento de pessoal e reflexos e demais despesas correntes, as transferências de capital e as transferências federais vinculadas.

1.2.4 - Empresas Públicas Estaduais (Linha 4) (10)

- Recursos do Tesouro (a₄₁)

Pela própria natureza do item (ou seja, uma fonte de recursos exclusiva da Administração Direta), seu valor é nulo, por definição.

- Operações de Crédito (a₄₂)

Nesse item, além de todas as captações de recursos via financiamentos e empréstimos (internas e externas) realizadas pelas empresas públicas, estão incluídos os chamados créditos informais compulsórios - retirados dos fluxos de atrasados da CIEF/SEP. Mais especificamente, estão computados como créditos a contrapartida dos atrasos de pagamentos do Governo do Estado junto ao Governo Federal - impostos e contribuições previdenciárias - às empreiteiras, fornecedores e mesmo a instituições financeiras.

Esse procedimento contribui na prática, para transformar os dados financeiros dos fluxos de caixa das empresas em dados econômicos. Dessa forma, minimiza muito o problema de compatibilização dos dados das empresas com os dados do Balanço Geral do Estado.

(10) Os dados relativos às empresas públicas paulistas foram obtidos junto aos Fluxos de Caixa - consolidados - CIEF/SEP - Anexo II - Tabela 16.

- Recursos Próprios (a₄₃)

Foram considerados recursos próprios as receitas operacionais e parcela significativa das chamadas "Diversas Entradas". Nesta última estão englobados, entre outros, o IUEE recolhido pelas companhias elétricas e receitas diversas da VASP, principalmente de arrendamento de aeronaves, ⁽¹¹⁾ assim como e o resultado da diferença entre o saldo inicial de caixa e o saldo final de caixa de cada ano se superavitário para os anos analisados (1979/85)

Cabe ressaltar que as receitas provenientes da venda de serviços para a Administração Direta, autarquias e fundações (ou pelo menos boa parte delas) foram classificadas como transferências indiretas segundo critério da CIEF/SEP, por serem recursos oriundos do Tesouro do Estado, apesar de consideradas receitas operacionais pelas empresas.

- Outras Fontes (a₄₄)

Nesse item estão contabilizadas as transferências de órgãos federais e municipais (em alguns casos recursos oriundos de reinversão de dividendos de autarquias).

- Transferências à Administração Descentralizada (Transferências Intragovernamentais) (a₄₅)

Neste item estão incluídas todas as transferências realizadas pela Administração Direta às empresas públicas paulistas que, segundo os critérios da CIEF da Secretaria do Planejamento, são divididas em três categoriais: transferências de capital, subvenções econômicas e transferências indiretas.

(11) Estão excluídas dessa classificação, enquanto "transferências", as receitas provenientes do pagamento, pelas demais entidades que compõem o SPP, das contas de energia elétrica, água e esgotos, contas junto ao IMESP e contas junto à VASP (passagens aéreas).

Quanto às subvenções econômicas, convém ressaltar que somente três empresas possuem autorização para recebê-las: IPT, FEPASA e PROMOCET.

Como transferências indiretas, estão classificadas, basicamente, as vendas de serviços das empresas públicas para a Administração Direta, autarquias e fundações, exceto as receitas provenientes das contas de energia elétrica, água e esgotos, contas junto ao IMESP e junto à VASP (passagens aéreas).

1.3 - MATRIZ DE USOS OU APLICAÇÕES DOS RECURSOS

1.3.1 - Administração Direta (Linha 1) (12)

- Pessoal e Reflexos (b₁₁) (13)

O dado relativo ao item "Pessoal e Reflexos" da Administração Direta foi constituído pela soma das seguintes contas do Balanço Geral do Estado:

- a) Do item "Despesas de Custeio" foram somados os subitens:
 - . "Pessoal Civil", "Pessoal Militar", "Contribuições de Previdência Social" e "Contribuições de FGTS";
- b) Do item "Transferências Correntes" foram somados os subitens:
 - . "Transferências a Pessoas" (inativos, pensionistas e salário-família) e "Contribuições para a Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP".

- Investimento (b₁₂)

Foi utilizado o dado apresentado no Balanço Geral do Estado, com o título "Investimentos", mais o subitem "Aquisição de Imóveis", que aparece no item "Inversões Financeiras".

- Dívida (b₁₃)

O item "Dívida" é composto dos subitens "Encargos da Dívida Interna e Externa" e "Amortização da Dívida Interna e Externa", que representam os resgates de ORTPs, mais as amortizações e pagamentos

(12) Todos os dados relativos à Administração Direta foram retirados dos Balanços Gerais do Estado (ver Anexo II - Tabela 2 e 4)

(13) Cabe ressaltar, que do total das despesas de pessoal foi retirado o valor equivalente ao do IR-retido na fonte como contra partida de sua exclusão quando da contabilização das transferências federais (item Outras Receitas (a₁₄)), feitas ao governo do Estado.

de juros da dívida externa e interna do Tesouro, que compõem o total do serviço da dívida da Administração Direta.

- Outros Usos (b₁₄)

Composição do item: "Material de Consumo" (+) "Serviços de Terceiros e Encargos" (exceto a parcela considerada como transferência indireta à Administração Descentralizada) (+) diferença entre "Transferências Intergovernamentais" e a parcela de recursos que é transferida aos municípios + "Diversas Despesas".

Para tanto, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- a) "Material de Consumo": o dado foi retirado diretamente do Balanço Geral do Estado (subitem de "Despesas de Custeio").
- b) "Serviços de Terceiros e Encargos": do total desse subitem das despesas de custeio foi subtraída a parcela referente ao pagamento dos serviços prestados pela PRODESP na área de processamento de dados, considerada como transferência indireta do Tesouro às empresas e autarquias, mais uma parcela estimada do subitem "Outros" (também considerada como transferência indireta do Tesouro).
- c) Das transferências intergovernamentais são subtraídos os recursos transferidos aos municípios, a fim de evitar ocorrência de dupla contagem, já que quando do cômputo da Receita Tributária (a₁₁), o mesmo valor foi retirado.

Assim procedendo, o total da linha 1 representa o volume de recursos gastos efetivamente pelo Tesouro do Estado. Esse total mais as transferências à Administração Descentralizada, mais as transferências aos municípios representam o total das despesas computadas no Balanço Geral do Estado.

1.3.2. Autarquias (14)

a) Pessoal (b₂₁)

Os dados das despesas de pessoal e reflexos das autarquias, são os que constam da sistematização elaborada pela CPO/CIEF/SEP.

b) Investimento (b₂₂)

Como investimento, foram consideradas todas as despesas de capital das autarquias. Dentre elas, estão as realizações em obras e instalações.

c) Dívida (b₂₃)

Neste item estão contabilizados os dados referentes ao pagamento dos juros e encargos mais as amortizações da dívida contraída por essas entidades.

d) Outros Usos (b₂₄)

Estão incluídas aqui as despesas correntes, exclusive aquelas referentes ao gasto com pessoal e reflexos.

(14) Os dados relativos às Autarquias provêm da sistematização elaborada pela CPO/CIEF/SEP. (ver Anexo II - Tabela 5).

1.3.3 - Fundações (15)

a) Pessoal (b₃₁)

Os dados das despesas de pessoal e reflexos das fundações, são os que constam da sistematização elaborada pela CPO/CIEF/SEP.

b) Investimento (b₃₂)

Como investimento, foram consideradas todas as despesas de capital das fundações. Dentre elas, estão as realizações em obras e instalações.

c) Dívida (b₃₃)

Este item é praticamente inexistente e, dada a dificuldade de desagregação, os dados referentes ao pagamento dos juros e encargos mais as amortizações da dívida contraída por essas entidades foram incluídos em Outros Usos.

d) Outros Usos (b₃₄)

Estão incluídas aqui as despesas correntes, exclusive aquelas referentes ao gasto com pessoal e reflexos. Além disso, estão soma das as despesas referentes à dívida que essas entidades porventura contraíram.

(15) Os dados relativos às Fundações provêm da sistematização elaborada pela CPO/CIEF/SEP. (ver anexo II - Tabela 6)

1.3.4 - Empresas Públicas (Linha 4) ⁽¹⁶⁾

- Pessoal ^{b₍₄₁₎}

Em "Pessoal" foram contabilizadas as despesas de pessoal e encargos das empresas, bem como aquelas relativas ao pagamento de "Inativos e Pensionistas" da FEPASA.

- Investimentos ^(b₄₂)

Nes e item, além dos gastos classificados como investimentos pelas próprias empresas em seus fluxos de caixa, inclusive as desapropriações, estão computados os atrasos de pagamento das empresas junto a empreiteiros, fornecedores, desapropriações e administração de obras.

- Dívida ^(b₄₃)

Além dos dados referentes ao pagamento do serviço da dívida (amortizações + juros e encargos) efetuado pelas empresas, está contabilizada a parcela dessas obrigações que não foi saldada no exercício. Ou seja, está computado o fluxo de atrasados das empresas junto às instituições financeiras (nacionais e estrangeiras).

- Outras Despesas ^(b₄₄)

Nes e item estão incluídas, além das despesas tradicionalmente classificadas como tais, o restante da despesa operacional (exceto pessoal); o resultado da diferença entre o saldo inicial de caixa e o saldo final de caixa quando deficitário; e, também, o fluxo dos atrasos de pagamento das empresas (em especial as do setor elétrico) junto ao Governo Federal.

(16) Os dados relativos às empresas públicas foram obtidos junto aos Fluxos de Caixa Consolidados (CIEF/SEP) e Fluxos de Atrasados CIEF/SEP (ver Anexo II - Tabelas 9 à 15 e 18 à 24)

ANEXO II - ANEXO ESTATÍSTICO: DADOS REFERENTES À CONSTRUÇÃO
DA MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PÚBLICO PAULISTA

Para composição deste anexo estatístico, trabalhou-se com as seguintes entidades que compõem o conjunto aqui denominado de Setor Público Paulista:

i) ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Poder Legislativo

Poder Judiciário

Poder Executivo

Gabinete do Governador

Secretaria da Educação

Secretaria da Saúde

Secretaria da Indústria, Comércio e Tecnologia

Secretaria da Promoção Social

Secretaria da Cultura

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Secretaria da Administração

Secretaria de Obras e Meio Ambiente

Secretaria dos Transportes

Secretaria da Justiça

Secretaria da Segurança

Secretaria do Interior

Secretaria da Fazenda

Secretaria do Trabalho

Secretaria de Esporte e Turismo

Secretaria dos Negócios Metropolitanos

Secretaria do Estado do Governo

Secretaria de Economia e Planejamento

Secretaria de Descentralização e Participação (criada em 1983)

ii) EMPRESAS PÚBLICAS NÃO-FINANCEIRAS (agrupadas por setor de atividade)

Abastecimento e Fomento à Agricultura:

CAIC - Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora

CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazens Gerais de São Paulo

Ciências e Serviços Técnicos:

BRASVACIN - Laboratório Brasileiro de Vacinas S/A (desativação decretada em 1980)

COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo

EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo

IMESP - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

PRODESP - Cia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo

PROMOCET - Cia de Promoções de Pesquisas Científicas

SETASA - Serviços Especiais de Telecomunicações para o Est. de SP (desativação decretada em 1980)

TERRAFOTO - TERRAFOTO S/A - Atividades de Aerolevantamentos

Energia:

CESP - Companhia Energética de São Paulo

COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo (incorporada em 1985)

CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz

ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A (incorporada em 1981)

Obras Públicas:

CODESPAULO-CDH - Companhia de Desenvolvimento

CONESP - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo

Saneamento e Meio Ambiente

CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental

SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

Transportes

DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A

EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - (incorporada à EMLASA em 1981)

FEPASA - Ferrovia Paulista S/A

METRO - Companhia do Metropolitano de São Paulo

VASP - Viação Aérea de São Paulo S/A

iii) Autarquias:

BOCM - Bolsa Oficial do Café e Mercadorias de Santos
 CBPM - Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado
 DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica
 DAESP - Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo
 DER - Departamento de Estradas de Rodagem
 DOP - Departamento de Obras Públicas
 FUMEST - Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias
 HC-Ribeirão Preto - Hospital das Clínicas - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP
 HC-USP - Hospital das Clínicas - Faculdade de Medicina/USP
 IAMSPE - Instituto Assistência Médica - Servidor Público Estadual
 ICESP - Instituto de Café do Estado de São Paulo
 IMESC - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo
 SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias
 SUDELPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista
 SUTACO - Superintendência de Trabalho Artesanal da Comunidade
 UNESP - Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
 UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
 USP - Universidade de São Paulo
 Carteira Prev. Serv. Não Oficiais da Justiça do Estado de SP
 Carteira Prev. dos Economistas do Estado de São Paulo
 Carteira Prev. dos Advogados do Estado de São Paulo
 Carteira Prev. dos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de SP

iv) Fundações:

CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
 CERET - Centro Esportivo Recreativo ao Trabalhador
 FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
 FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
 FUNDAP - Fundação do Desenvolvimento Administrativo
 FURP - Fundação para o Remédio Popular
 F.E.VASP - Fundação dos Empregados da VASP
 LIVRO ESC. - Fundação do Livro Escolar
 ONCOLOGIA - Fundação Centro de Pesquisa de Oncologia
 SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
 P. ANCHIETA - Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativa
 TRAB.PRESO - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
 ZOOLOGICO - Fundação Parque Zoológico de São Paulo

TABELA 1
EVOLUCAO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRACAO DIRETA

1979/85

EM CZE MILHOES DE 1984

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECEITA TRIBUTARIA	55.528	55.661	50.787	53.358	45.517	44.691	53.946
ICH-GPE	53.524	53.790	49.102	51.273	43.885	43.387	52.374
ITBI-GPE	527	485	399	721	505	423	443
TAXAS	1.474	1.385	1.285	1.363	1.126	881	1.126
OPERACOES DE CREDITO	8.684	6.095	8.312	5.700	2.653	5.735	6.549
TITULOS	6.868	4.741	6.795	3.460	1.956	3.540	5.780
CONTRATOS INTERNOS	29	510	-	31	507	750	386
CONTRATOS EXTERNOS	1.790	822	1.516	2.207	109	1.443	382
TRANSFERENCIAS FEDERAIS	5.788	4.970	4.428	5.367	3.556	3.377	3.465
QP-FPE	304	260	227	404	244	179	359
QP-ISTR	121	63	159	128	84	82	91
QP-IULCLG	1.443	937	377	360	300	162	162
QP-IULCL ADICIONAL	203	109	60	50	34	19	14
QP-IURE	784	591	721	770	639	591	604
QP-IUH	183	154	118	193	101	72	86
QP-IRU	654	707	339	365	336	201	197
PMC	-	96	496	515	346	264	157
PROGRESS	232	147	176	251	133	84	35
QP-SALARIO EDUCACAO	1.763	1.705	1.710	2.192	1.233	1.673	1.627
CONVENIOS	91	99	38	63	101	46	136
OUTRAS RECEITAS	3.737	3.383	4.126	5.105	1.421	1.695	6.354
PATRIMONIAL	619	1.004	2.323	3.202	207	537	4.609
INDUSTRIAL	400	435	434	308	15	20	13
SERVICIOS	-	-	-	-	72	89	745
AGROPECUARIA	-	-	-	-	215	312	22
DIVERSAS	2.717	1.942	1.368	1.594	909	735	944
TOTAL	73.741	70.110	67.654	69.471	53.148	55.499	70.315

FONTE: BALANCOS GERAIS DO ESTADO DE SAO PAULO - 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 2

EVOLUCAO DA ESTRUTURA DE GASTO DA ADMINISTRACAO DIRETA

1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
DESPESAS DE CUSTEIO	41.298	35.555	35.177	35.373	30.237	27.799	36.590
PESSOAL E REFLEXOS	35.921	29.574	29.077	29.468	25.265	22.184	20.701
IR-RETIDO NA FONTE	1.309	1.035	842	923	850	729	1.561
MATERIAL DE CONSUMO	1.613	1.849	1.980	1.848	1.490	1.507	1.301
SERVICO DE TERCEIROS	1.785	2.825	3.825	2.679	2.449	2.972	3.735
OUTROS	669	271	251	254	182	194	930
INVESTIMENTOS	2.490	3.129	3.522	3.724	1.755	2.517	2.222
SERVICO DA DIVIDA	7.549	7.491	5.152	4.595	6.321	5.987	7.169
INTERNA	4.961	5.113	4.010	3.621	5.182	4.504	5.536
TITULOS	4.623	4.627	3.554	3.381	4.209	4.035	4.374
EMPRESTIMOS	338	488	456	240	372	469	1.161
EXTERNA	2.587	2.378	1.141	973	1.139	1.483	1.632
TRANSFERENCIAS	40.001	38.245	38.208	41.422	39.368	34.223	40.312
TRANSF. INTRA	25.846	23.996	25.035	27.436	21.579	22.204	26.055
FUNDACOES	1.270	1.314	1.390	1.851	1.183	1.315	1.520
AUTARQUIAS	14.948	12.348	12.685	12.893	12.095	11.274	12.164
EMPRESAS	9.627	10.333	10.759	12.687	8.300	9.713	12.370
TRANSF. INTER	14.155	14.249	13.173	13.986	11.789	11.921	14.257
TRANSF. A MUNICIPIOS	14.102	14.222	13.007	13.874	11.778	11.863	13.823
ICM-PGM	13.381	13.310	12.275	12.818	10.971	10.846	13.094
ITBI-PGM	527	435	375	716	504	422	442
MULTAS E JUROS	112	245	289	276	235	546	250
TRANSF. FED.	81	181	37	63	67	47	40
OUTRAS	52	26	165	111	11	57	423
DESPESAS DIVERSAS	245	593	531	552	308	133	507
TOTAL	91.585	85.015	82.592	85.669	71.992	70.652	86.902

FONTE: BALANCOS GERAIS DO ESTADO DE SAO PAULO - 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 3
FONTES DE RECURSOS DO TESOIRO DO ESTADO DE SAO PAULO
1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS DO TESOIRO	59.266	59.045	54.913	58.464	46.938	46.387	60.300
RECURSOS PROPRIOS	-	-	-	-	-	-	-
OPERACOES DE CREDITO	8.684	6.095	8.512	5.700	2.653	5.735	6.549
OUTRAS	5.783	4.970	4.428	5.307	3.554	3.377	3.465
TOTAL DE RECURSOS	73.741	70.110	67.854	69.471	53.145	55.499	70.315

FONTE: TABELA 1.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FBV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

NOTAS: RECURSOS DO TESOIRO = RECEITA TRIBUTARIA - (ICM PARTE DOS MUNICIPIOS + ICM/ATRASADO PARTE DOS MUNICIPIOS + ITBI PARTE DOS MUNICIPIOS + MULTAS E JUROS DE MORA RELATIVOS AOS IMPOSTOS E TAXAS PARTE DOS MUNICIPIOS) + RECEITA PATRIMONIAL + RECEITA AGROPECUARIA + RECEITA INDUSTRIAL + RECEITA DE SERVICIOS + RECEITAS DIVERSAS.

OUTRAS = TRANSFERENCIAS FEDERAIS (EXCETO PARTE DOS MUNICIPIOS).

TABELA 4
 ESTRUTURA DE GASTOS DO TESOIRO DO ESTADO DE SAO PAULO
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHÕES DE 1986							
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
PESSOAL E REFLEXOS	35.921	29.574	29.077	29.668	25.265	22.184	28.701	
INVESTIMENTOS	2.470	3.129	3.522	3.724	1.755	2.517	2.322	
DIVIDA	7.549	7.491	5.152	4.595	6.321	5.987	7.169	
OUTROS	4.566	5.565	5.954	5.446	4.442	4.865	7.262	
MATERIAL DE CONSUMO	1.613	1.849	1.980	1.848	1.490	1.507	1.631	
SERV. TERC. ENCARGOS	1.755	2.826	3.025	2.479	2.449	2.972	3.725	
INTER	52	24	185	111	11	57	428	
DIVERSOS	914	864	782	607	491	327	1.467	
GASTO EFETIVO	50.327	45.760	43.706	43.434	37.785	35.555	45.456	
TRANS. MUNICIPIOS	14.102	14.222	13.007	13.874	11.778	11.863	13.828	
TRANS. ADM. DESCEN. IR-RETIDO NA FONTE	25.846 1.308	23.996 1.035	25.035 842	27.436 923	21.579 850	22.304 929	26.055 1.561	
GASTO TOTAL	91.585	85.015	82.592	85.669	71.992	70.652	86.902	

FONTE: TABELA 2

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

NOTAS: PESSOAL E REFLEXOS = PESSOAL CIVIL + PESSOAL MILITAR + CONTRIBUICOES (PREVIDENCIA SOCIAL + FGTS + PASEP) + OUTROS ENCARGOS (PENSIONISTAS + INATIVOS + SALARIO FAMILIA).

INVESTIMENTOS = OBRAS E INSTALACOES + EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE + INVESTIMENTOS EM REGIME ESPECIAL + DIVERSOS INVESTIMENTOS + AQUISICAO DE IMOVEIS

DIVIDA = ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA E EXTERNA + AMORTIZ. DA DIVIDA INTERNA E EXTERNA.

S. TERC. ENCARGOS = COM O INTUITO DE MINIMIZAR O PROBLEMA DE DUPLA CONTAGEM DO SUB-ITEM SERVICIOS DE TERC., FORAM RETIRADOS OS VALORES CORRESPONDENTES AS DESPESAS COM PROCESSAMENTO DE DADOS E PARCELA DE "OUTRAS DESPESAS DE TERCEIROS". ISTO, PELO FATO DAS MESMAS ESTAREM CLASSIFICADAS COMO DESPESAS DE CUSTEIO NO BALANCO GERAL DO ESTADO, E, NA REALIDADE SEREM TRANSF. INDIRETAS DO TESOIRO AS EMPRESAS, AUTARQUIAS E FUNDACOES.

NA IMPOSSIBILIDADE DE SEPARAR O VALOR EXATO DA PARCELA DE OUTROS SERVICIOS, JA QUE AS MESMAS SAO APRESENTADAS DE FORMA AGRREGADA NO BALANCO, OPTOU-SE PELA SEGUINTE ESTIMATIVA: VALOR ESTIMADO: TOTAL DAS TRANSFERENCIAS DO TESOIRO A ADM. DESCENTRALIZADA (DADOS-CIEF/ /CPO/SEP) - TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS CORRENTES E DE CAPITAL - CONS. AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS COMERCIAIS OU FINANCEIRAS - GASTOS COM PROCESS. DE DADOS (DADOS DO BALANCO GERAL DO ESTADO).

INTER = TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS CORRENTES E DE CAPITAL - ICM PARTE DOS MUNICIPIOS

DIVERSOS = TRANSF. A INSTITUICOES PRIVADAS CORRENTES E DE CAPITAL + DIVERSOS CUSTEIOS + OUTROS

TRANS. AD. DESCENT = TOTAL DAS TRANSF. REALIZADAS PELO TESOIRO DO ESTADO AS AUTARQUIAS, EMPRESAS E FUNDACOES.

TABELA 5
 FONTES DE RECURSOS DAS AUTARQUIAS
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS PROPRIOS	3.003	4.959	3.088	3.192	2.491	2.312	2.780
OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	-	1.012	666	1.937
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	14.948	12.348	12.085	12.898	12.095	11.274	12.144
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	17.952	17.308	15.973	16.091	15.599	14.254	16.862

FONTE: CIEF/CPO/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: OPERACOES DE CREDITO = DEVIDO A DIFICULDADE DE DESAGREGACAO DOS VALORES REFERENTES AS OPERACOES DE CREDITO DAS AUTARQUIAS NO QUADRIENIO 1979/82, ESTAO INCORPORADAS AOS RECURSOS PROPRIOS.

OBS: NESTE CONJUNTO DE ENTIDADES ESTA EXCLUIDO O IPESP

TABELA 6
 ESTRUTURA DE GASTOS DAS AUTARQUIAS
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PESSOAL E REFLEXOS	7.991	6.686	7.074	7.098	6.054	5.486	7.044
DIVIDA	1.691	1.974	1.911	2.169	1.719	1.902	1.323
INVESTIMENTOS	6.078	6.177	4.163	4.453	4.070	2.807	3.822
OUTRAS	2.190	2.570	2.824	2.370	3.755	4.058	4.482
TOTAL	17.952	17.308	15.973	16.091	15.599	14.254	16.882

FONTE: CIEF/CPO/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 7
 FONTES DE RECURSOS DAS FUNDACOES
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986							
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
RECURSOS PROPRIOS	112	121	289	275	635	618	1.093	
OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	-	-	-	-	
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	1.270	1.314	1.390	1.851	1.183	1.315	1.520	
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	1.382	1.436	1.679	2.126	1.819	1.933	2.614	

FONTE: CIEF/CPO/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: OPERACOES DE CREDITO = DEVIDO A DIFICULDADE DE DESAGREGACAO DOS VALORES REFERENTES AS OPERACOES DE CREDITO DAS FUNDACOES NO PERIODO, ESTAO INCORPORADAS AOS RECURSOS PROPRIOS.

TABELA B
 ESTRUTURA DE GASTOS DAS FUNDACOES
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PESSOAL E REFLEXOS	745	814	934	1.252	1.045	917	1.043
DIVIDA	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	22	7	51	44	70	62	85
OUTRAS	614	614	692	830	702	953	1.485
TOTAL	1.382	1.436	1.679	2.126	1.819	1.933	2.614

FONTE: CIEF/CPO/SEP.

DFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 9
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR : ENERGIA

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	24.051	28.479	49.587	53.421	48.997	51.453	59.622
RECEITA OPERACIONAL	12.058	11.812	24.986	29.234	25.512	29.123	31.446
TRANSFERENCIAS	2.084	2.211	1.839	2.467	951	1.121	609
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	907	781	1.159	1.527	670	663	609
OUTRAS TRANSFERENCIAS	1.176	1.429	680	939	280	457	-
OPERACOES DE CREDITO	6.084	9.881	12.741	12.462	14.228	19.426	19.423
EMPRESIMOS	6.084	7.199	10.410	8.644	2.206	12.515	14.025
FINANCIAMENTOS	-	2.681	2.331	3.818	12.021	6.911	4.598
OUTRAS FONTES	3.823	4.574	10.019	9.256	8.304	1.782	8.143
APLICACOES	24.051	28.479	49.587	53.421	48.997	51.453	59.622
DESPESA OPERACIONAL	5.130	6.087	14.993	17.371	14.597	20.417	24.591
PESSOAL E ENCARGOS	3.229	3.271	3.868	5.088	3.982	3.575	4.809
OUTRAS	1.901	2.816	11.125	12.282	10.615	16.842	19.781
INVESTIMENTOS	8.080	6.013	9.215	11.149	7.750	7.266	11.211
SERVICO DA DIVIDA	6.011	9.275	12.084	11.947	13.069	15.264	14.419
JUROS E ENCARGOS	3.198	4.094	6.015	7.295	7.618	8.987	8.614
PRINCIPAL	2.813	5.180	6.068	4.651	5.450	6.277	5.804
OUTRAS APLICACOES	4.829	7.103	13.294	12.958	13.579	8.583	9.400

FORNE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 10
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR : TRANSPORTE

	EM C2% MILHÖES DE 1986							
ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
FONTES	22.238	19.804	24.391	29.604	29.253	35.855	45.591	
RECEITA OPERACIONAL	7.661	7.020	6.985	7.033	6.723	6.690	7.019	
TRANSFERENCIAS	5.087	5.034	6.745	7.368	5.602	6.589	7.809	
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	3.033	3.672	5.029	6.615	5.334	6.491	7.809	
OUTRAS TRANSFERENCIAS	2.053	1.161	1.716	753	267	98	-	
OPERACOES DE CREDITO	8.371	6.837	9.862	13.135	15.948	21.782	29.503	
EMPRESTIMOS	5.993	3.962	6.982	8.184	3.024	8.135	12.813	
FINANCIAMENTOS	2.377	2.875	2.879	4.951	12.923	13.646	16.689	
OUTRAS FONTES	1.118	911	799	2.066	978	792	1.260	
APLICACOES	22.238	19.804	24.391	29.604	29.253	35.855	45.591	
DESPESA OPERACIONAL	8.725	7.859	8.170	9.006	8.248	7.570	8.606	
PESSOAL E ENCARGOS	4.523	4.075	4.323	4.958	4.302	3.969	4.343	
OUTRAS	4.201	3.757	3.846	4.047	3.945	3.600	4.337	
INVESTIMENTOS	6.563	4.051	5.117	7.144	4.492	3.700	5.332	
SERVICO DA DIVIDA	6.339	6.984	10.368	12.119	15.492	22.303	30.568	
JUROS E ENCARGOS	2.633	2.701	4.389	4.896	4.271	12.241	15.630	
PRINCIPAL	3.706	4.283	5.978	7.223	11.221	10.061	14.937	
OUTRAS APLICACOES	608	914	735	1.333	1.019	2.280	1.003	

FORTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 11
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85

SETOR : SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

EM C25 MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	12.036	11.070	11.136	11.073	7.201	7.209	8.446
RECEITA OPERACIONAL	3.405	3.460	3.826	4.542	3.796	3.625	3.847
TRANSFERENCIAS	2.845	2.599	2.118	2.005	643	887	1.533
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	2.845	2.599	2.118	1.999	639	747	1.533
OUTRAS TRANSFERENCIAS	-	-	-	6	4	139	-
OPERACOES DE CREDITO	5.444	4.891	5.017	4.364	2.418	2.576	2.813
EMPRESTIMOS	275	85	66	46	146	66	94
FINANCIAMENTOS	5.168	4.716	4.950	4.317	2.472	2.510	2.719
OUTRAS FONTES	261	208	173	160	222	199	233
APLICACOES	12.036	11.070	11.136	11.073	7.201	7.209	8.446
DESPEZA OPERACIONAL	3.691	3.456	3.664	4.037	3.164	2.733	3.060
PESSOAL E ENCARGOS	2.467	2.238	2.403	2.871	2.258	1.902	2.137
OUTRAS	1.224	1.217	1.260	1.166	906	831	923
INVESTIMENTOS	6.525	5.648	5.322	4.802	1.657	1.160	1.672
SERVICO DA DIVIDA	1.581	1.667	1.719	1.954	2.185	3.252	3.353
JUROS E ENCARGOS	911	1.068	1.144	1.243	1.406	1.660	1.900
PRINCIPAL	670	598	574	711	779	1.591	1.452
OUTRAS APLICACOES	236	299	429	277	273	134	360

FORTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IBP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 12
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR = ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA

EM C25 MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	1.070	1.083	854	850	758	911	663
RECEITA OPERACIONAL	433	390	458	512	425	343	391
TRANSFERENCIAS	195	315	177	108	92	270	179
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	160	308	177	108	92	270	179
OUTRAS TRANSFERENCIAS	35	6	-	-	-	-	-
OPERACOES DE CREDITO	303	253	194	117	221	252	-
EMPRESTIMOS	298	253	89	50	4	252	-
FINANCIAMENTOS	5	-	104	66	217	-	-
OUTRAS FONTES	137	124	21	112	19	45	91
APLICACOES	1.070	1.083	854	850	758	911	663
DESPESA OPERACIONAL	533	499	458	491	405	366	416
PESSOAL E ENCARGOS	306	281	272	298	264	240	258
OUTRAS	227	218	186	192	141	125	158
INVESTIMENTOS	232	114	128	102	24	22	28
SERVICO DA DIVIDA	133	379	224	154	275	483	156
JUROS E ENCARGOS	49	150	58	104	55	128	76
PRINCIPAL	84	229	165	50	219	355	80
OUTRAS APLICACOES	170	86	42	101	52	39	61

FORNE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: ISP/DI - IBRE/FGV - "COLUMNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 13
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR : OBRAS PUBLICAS

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	3.337	2.825	2.147	2.021	2.179	1.347	3.248
RECEITA OPERACIONAL	190	209	289	297	299	189	274
TRANSFERENCIAS	1.270	1.445	1.212	1.268	639	427	1.402
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	1.270	1.445	1.212	1.268	639	427	1.402
OUTRAS TRANSFERENCIAS	-	-	-	-	-	-	-
OPERACOES DE CREDITO	1.150	464	506	307	1.148	597	1.405
ENPRESTIMOS	1.150	392	401	302	583	191	569
FINANCIAMENTOS	-	72	25	4	564	406	835
OUTRAS FONTES	726	706	130	148	91	132	164
APLICACOES	3.337	2.825	2.147	2.021	2.179	1.347	3.248
DESPEGA OPERACIONAL	339	329	230	268	393	125	242
PESSOAL E ENCARGOS	231	213	160	174	129	99	115
OUTRAS	107	116	69	93	264	25	127
INVESTIMENTOS	1.883	1.334	1.194	1.193	696	403	1.131
SERVICO DA DIVIDA	164	276	351	371	938	740	1.687
JUROS E ENCARGOS	164	105	23	12	292	110	621
PRINCIPAL	-	90	327	358	645	630	1.066
OUTRAS APLICACOES	950	885	370	188	151	47	186

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 14.
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR : CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS

EM C25 MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	2.661	3.021	2.968	3.229	2.451	2.396	2.834
RECEITA OPERACIONAL	1.152	1.341	1.265	1.379	1.099	1.117	1.480
TRANSFERENCIAS	1.169	1.123	960	1.156	922	905	837
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	1.167	1.123	960	1.156	922	902	837
OUTRAS TRANSFERENCIAS	2	-	-	-	-	2	-
OPERACOES DE CREDITO	143	113	45	65	15	2	44
EMPRESTIMOS	7	110	37	51	15	-	5
FINANCIAMENTOS	135	3	7	13	-	2	38
OUTRAS FONTES	196	442	697	628	414	371	472
APLICACOES	2.661	3.021	2.968	3.229	2.451	2.396	2.834
DESPESA OPERACIONAL	2.160	2.224	2.087	2.331	1.879	1.745	1.965
PESSOAL E ENCARGOS	989	1.180	1.259	1.364	1.074	933	895
OUTRAS	1.171	1.044	827	967	804	812	1.069
INVESTIMENTOS	117	163	207	146	56	95	89
SERVICO DA DIVIDA	58	125	87	109	41	145	61
JUROS E ENCARGOS	33	54	38	42	4	-	28
PRINCIPAL	24	71	49	66	36	145	33
OUTRAS APLICACOES	325	506	585	641	474	410	718

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FBV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 15

SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR = TOTAL GERAL

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	65.394	66.284	91.006	100.199	90.921	99.254	120.407
RECEITA OPERACIONAL	24.982	24.293	37.812	43.000	37.057	41.091	44.481
TRANSFERENCIAS	12.451	12.730	13.053	14.374	0.052	10.200	12.370
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	9.384	10.131	10.656	12.675	0.299	9.502	12.370
OUTRAS TRANSFERENCIAS	3.267	2.599	2.396	1.698	552	698	-
OPERACOES DE CREDITO	21.498	22.352	26.369	30.452	34.181	44.608	53.109
EMPRESTIMOS	13.811	12.003	18.069	17.279	5.901	21.161	20.308
FINANCIAMENTOS	7.686	10.349	10.300	13.172	28.280	23.476	24.801
OUTRAS FONTES	6.264	6.967	11.850	12.372	10.630	3.323	10.365
APLICACOES	65.394	66.284	91.006	100.199	90.921	99.254	120.407
DESPESA OPERACIONAL	20.581	20.450	29.604	33.506	28.609	32.959	38.962
PESSOAL E ENCARGOS	11.746	11.280	12.290	14.757	12.011	10.720	12.565
OUTRAS	8.834	9.169	17.314	18.749	16.678	22.238	26.397
INVESTIMENTOS	23.404	17.328	21.187	24.539	14.678	12.688	19.465
SERVICO DA DIVIDA	14.289	18.708	24.835	26.657	32.003	42.190	50.247
JUROS E ENCARGOS	6.991	8.254	11.670	13.594	13.649	23.128	26.872
PRINCIPAL	7.298	10.453	13.164	13.062	18.353	19.062	23.375
OUTRAS APLICACOES	7.120	9.795	15.458	15.495	15.550	11.415	11.730

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: ICP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 16
 FONTES DE RECURSOS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS PROPRIOS	31.246	31.201	49.663	55.372	47.888	44.415	54.847
RECEITAS OPERACIONAIS	24.982	24.233	37.812	43.090	37.857	41.691	44.401
DIVERSAS	6.264	6.967	11.850	12.372	10.030	3.323	10.365
TRANSFERENCIAS DO TESOURO	9.384	10.131	10.656	12.675	8.299	9.502	12.370
OPERACOES DE CREDITO	21.499	22.352	28.349	30.452	34.181	44.638	53.109
OUTRAS FONTES	3.247	2.598	2.394	1.698	552	698	-
TOTAL DE RECURSOS	65.396	66.284	91.086	100.199	90.921	99.254	120.407

FONTE: FLUXOS DE CAIXA - CONJUNTO DAS EMPRESAS CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTAS: DIVERSAS = PARCELA DO ITEM "OUTRAS FONTES" DOS FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS QUE ENLOBA ENTRE OUTRAS O IUCEE RECOLHIDO PELAS COMPANHIAS ELETRICAS E RECEITAS DIVERSAS DA VASP, PRINCIPALMENTE DE ARRENDAMENTO DE AERONAVES, E O RESULTADO DA DIFERENCA ENTRE O SALDO INICIAL E FINAL DE CAIXA DE CADA ANO (ATE 1984), SE POSITIVO.

OPERACOES DE CREDITO = NESTE ITEM ALEM DAS OPERACOES DE CREDITO EFETIVAMENTE REALIZADAS PELAS EMPRESAS, ESTAO COMPUTADOS OS CREDITOS "INFORMAIS OU COMPULSORIOS", QUE REPRESENTAM A CONTRAPARTIDA DOS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELO GOVERNO DO ESTADO JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, EMPREITEIRAS, FORNECEDORES E MESMO INSTITUICOES FINANCEIRAS. ESTA PARCELA ADICIONAL FOI RETIRADA DOS FLUXOS DAS CONTAS ATRASADAS DAS EMPRESAS (1982/84/85). PARA OS ANOS DE 1979/80/81/82 FOI FEITA UMA ESTIMATIVA BASEADA NOS DADOS DOS BALANCOS DESSAS EMPRESAS.

OUTRAS FONTES = NESTE ITEM ESTAO CONTABILIZADAS: TRANSFERENCIAS DE ORGAOS FEDERAIS E MUNICIPAIS, EM ALGUNS CASOS RECURSOS ORIUNDOS DE REINVERSAO DE DIVIDENDOS.

TABELA 17
 ESTRUTURA DE GASTOS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 1979/85

ANOS	EM C2\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PESSOAL E ENCARGOS	11.746	11.280	12.290	14.757	12.011	10.720	12.565
INVESTIMENTOS	23.404	17.928	21.187	24.539	14.678	12.688	19.465
DIVIDA	14.289	18.708	24.835	26.657	32.003	42.190	50.247
OUTROS	15.954	18.965	32.773	34.245	32.229	33.654	38.128
TOTAL	65.396	66.884	91.086	100.199	90.921	99.254	120.407

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASOS - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUMA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTAS: PESSOAL E ENCARGOS = NESTE ITEM ESTAO INCLUIDAS AS DESPESAS RELATIVAS AO PAGAMENTO DOS INATIVOS DA FEPASA.

INVESTIMENTOS = ALEM DOS GASTOS CLASSIFICADOS COMO INVESTIMENTOS PELAS PROPRIAS EMPRESAS EM SEUS FLUXOS DE CAIXA, INCLUSIVE DESAPROPRIACOES E PROGRAMAS ESPECIAIS DE INVESTIMENTOS, ESTAO COMPUTADOS OS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELAS EMPRESAS JUNTO A EMPREITEIROS, FORNECEDORES, DESAPROPRIACOES E ADMINISTRACAO DE OBRAS.

DIVIDA = ALEM DOS GASTOS EFETUADOS PELAS EMPRESAS COM O PAGAMENTO DOS ENCARGOS E AMORTIZACOES DE SEUS DEBITOS INTERNOS E EXTERNOS, ESTAO INCLUIDAS AS PARCELAS NAO PAGAS DESSAS OBRIGACOES JUNTO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS.

OUTROS = NESTE ITEM ESTAO INCLUIDOS O RESTANTE DA DESPESA OPERACIONAL (EXCETO PESSOAL) E O RESULTADO DA DIFERENCA ENTRE O FLUXO INICIAL E FINAL DE CAIXA, QUANDO NEGATIVO. ALEM DISSO ESTA INCLUIDO, O FLUXO DOS ATRASOS DE PAGAMENTOS, DESTA TIPO DE GASTO, LEVADOS A CABO PELAS EMPRESAS (PRINCIPALMENTE AS DO SETOR ELETRICO - QUOTAS DE RECOLHIMENTO - JUNTO AO GOVERNO FEDERAL).

TABELA 18
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR : ENERGIA

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	24.051	25.429	46.993	49.613	36.303	43.964	56.612
RECEITA OPERACIONAL	12.058	11.770	24.774	29.125	25.090	28.777	31.210
TRANSFERENCIAS	2.084	2.211	1.839	2.467	951	1.121	609
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	907	781	1.159	1.527	670	663	609
OUTRAS TRANSFERENCIAS	1.176	1.429	680	939	280	457	-
OPERACOES DE CREDITO	6.084	7.199	10.537	8.839	2.399	13.024	16.632
EMPRESTIMOS	6.084	7.199	10.410	8.644	2.206	12.515	14.825
FINANCIAMENTOS	-	-	126	195	182	509	1.807
OUTRAS FONTES	3.823	4.248	9.842	9.180	7.871	1.041	8.160
APLICACOES	24.051	25.429	46.993	49.613	36.303	43.964	56.612
DESPESA OPERACIONAL	5.130	6.086	14.992	17.362	14.550	20.253	24.616
PESSOAL E ENCARGOS	3.229	3.271	3.868	5.088	3.982	3.575	4.809
OUTRAS	1.901	2.815	11.123	12.273	10.568	16.678	19.806
INVESTIMENTOS	8.080	5.840	8.867	10.008	5.950	6.826	10.499
SERVICO DA DIVIDA	6.011	8.588	11.094	10.607	7.022	16.323	14.689
JUROS E ENCARGOS	3.198	3.693	5.426	6.485	3.965	9.464	8.251
PRINCIPAL	2.813	4.895	5.667	4.121	3.056	6.859	5.838
OUTRAS APLICACOES	4.829	4.914	12.040	11.634	8.779	561	6.806

FONTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IGP/DI-IBRE/FGV-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 19
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85
 SETOR : TRANSPORTE

EM CZS MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	22.238	18.327	22.054	25.335	16.739	22.400	33.106
RECEITA OPERACIONAL	7.661	6.960	6.829	6.792	6.507	6.479	6.881
TRANSFERENCIAS	5.087	5.034	6.745	7.368	5.402	6.589	7.809
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	3.033	3.872	5.029	6.615	5.334	6.491	7.809
OUTRAS TRANSFERENCIAS	2.053	1.161	1.716	753	267	98	-
OPERACOES DE CREDITO	8.371	5.420	7.680	9.107	3.650	8.538	17.155
EMPRESTIMOS	5.993	3.962	6.982	8.184	3.024	8.135	12.813
FINANCIAMENTOS	2.377	1.458	697	923	625	402	4.341
OUTRAS FONTES	1.118	911	799	2.066	978	792	1.260
APLICACOES	22.238	18.327	22.054	25.335	16.739	22.400	33.106
DESPESA OPERACIONAL	8.725	7.787	8.036	8.702	7.394	7.450	8.433
PESSOAL E ENCARGOS	4.523	4.068	4.267	4.844	3.980	4.087	4.349
OUTRAS	4.201	3.718	3.769	3.858	3.414	3.362	4.084
INVESTIMENTOS	6.565	3.864	4.459	5.197	2.292	3.933	4.952
SERVICO DA DIVIDA	6.339	5.800	8.896	10.315	6.594	8.528	18.716
JUROS E ENCARGOS	2.633	2.271	3.854	4.241	1.038	1.666	10.980
PRINCIPAL	3.706	3.528	5.042	6.074	5.555	6.862	7.736
OUTRAS APLICACOES	608	875	661	1.119	457	2.487	1.003

FORNTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IGP/DI-IBRE/FGV-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 20
 SETOR PÚBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS
 1979/85

SETOR : SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	12.036	10.754	10.552	10.511	6.197	5.409	6.795
RECEITA OPERACIONAL	3.485	3.332	3.637	4.343	3.524	3.321	3.513
TRANSFERENCIAS	2.845	2.599	2.118	2.005	643	887	1.533
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	2.845	2.599	2.118	1.999	639	747	1.533
OUTRAS TRANSFERENCIAS	-	-	-	6	4	139	-
OPERACOES DE CREDITO	5.444	4.614	4.622	4.003	1.814	1.001	1.516
EMPRESIMOS	275	85	66	46	146	66	94
FINANCIAMENTOS	5.168	4.528	4.555	3.957	1.668	935	1.422
OUTRAS FONTES	261	207	173	158	214	200	233
APLICACOES	12.036	10.754	10.552	10.511	6.197	5.409	6.795
DESPEGA OPERACIONAL	3.691	3.411	3.619	3.981	2.986	2.673	3.046
PESSOAL E ENCARGOS	2.467	2.221	2.380	2.839	2.195	1.927	2.137
OUTRAS	1.224	1.190	1.239	1.142	791	745	909
INVESTIMENTOS	6.525	5.435	4.972	4.529	1.624	968	1.723
SERVICO DA DIVIDA	1.581	1.608	1.529	1.722	1.312	1.633	1.664
JUROS E ENCARGOS	911	1.034	1.033	1.106	888	1.086	1.261
PRINCIPAL	670	574	496	615	424	547	402
OUTRAS APLICACOES	236	299	429	277	273	134	360

FONTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IGP/DI-IBRE/FGU-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 21
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS
 1979/85

SETOR : ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	1.070	1.083	854	850	758	911	663
RECEITA OPERACIONAL	433	390	458	512	425	343	391
TRANSFERENCIAS	195	315	177	108	92	270	179
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	160	308	177	108	92	270	179
OUTRAS TRANSFERENCIAS	35	6	-	-	-	-	-
OPERACOES DE CREDITO	303	253	196	117	221	252	-
EMPRESTIMOS	298	253	89	50	4	252	-
FINANCIAMENTOS	5	-	106	66	217	-	-
OUTRAS FONTES	137	124	21	112	19	45	91
APLICACOES	1.070	1.083	854	850	758	911	663
DESPESA OPERACIONAL	533	499	458	491	405	366	416
PESSOAL E ENCARGOS	306	281	272	298	264	240	258
OUTRAS	227	218	186	192	141	125	158
INVESTIMENTOS	232	116	128	102	24	22	28
SERVICO DA DIVIDA	133	379	224	154	275	483	156
JUROS E ENCARGOS	49	150	58	104	55	128	76
PRINCIPAL	84	229	165	50	219	355	80
OUTRAS APLICACOES	170	86	42	101	52	39	61

FONTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IBP/DI-IBRE/FGV-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 22
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS

1979/85

SETOR : OBRAS PUBLICAS

EM DZ\$ MILHOES DE 1984

	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES		3.337	2.695	2.011	1.815	1.431	790	2.261
RECEITA OPERACIONAL		190	151	178	95	117	38	124
TRANSFERENCIAS		1.270	1.445	1.212	1.268	639	427	1.402
TRANSF. DO YES. DO ESTADO		1.270	1.445	1.212	1.268	639	427	1.402
OUTRAS TRANSFERENCIAS		-	-	-	-	-	-	-
OPERACOES DE CREDITO		1.150	392	481	302	583	191	569
EMPRESTIMOS		1.150	392	481	302	583	191	569
FINANCIAMENTOS		-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS FONTES		726	706	138	148	91	132	164
APLICACOES		3.337	2.695	2.011	1.815	1.431	790	2.261
DESPESA OPERACIONAL		339	290	212	226	156	125	200
PESSOAL E ENCARGOS		231	213	160	174	129	99	115
OUTRAS		107	77	51	51	26	26	84
INVESTIMENTOS		1.883	1.334	1.182	1.164	671	441	1.127
SERVICO DA DIVIDA		164	185	245	235	453	174	749
JUROS E ENCARGOS		164	185	23	12	292	110	621
PRINCIPAL		-	-	222	222	161	64	128
OUTRAS APLICACOES		950	885	370	188	150	47	183

FONTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IGP/DI-IBRE/FGV-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 23

SETOR PUBLICO PAULISTA

FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS

1979/85

SETOR : CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	2.661	3.021	2.968	3.229	2.451	2.396	2.834
RECEITA OPERACIONAL	1.152	1.341	1.265	1.379	1.099	1.117	1.460
TRANSFERENCIAS	1.169	1.123	960	1.156	922	905	837
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	1.167	1.123	960	1.156	922	902	837
OUTRAS TRANSFERENCIAS	2	-	-	-	-	2	-
OPERACOES DE CREDITO	143	113	45	65	15	2	44
EMPRESIMOS	7	110	37	51	15	-	5
FINANCIAMENTOS	135	3	7	13	-	2	38
OUTRAS FONTES	196	442	697	628	414	371	472
APLICACOES	2.661	3.021	2.968	3.229	2.451	2.396	2.834
DESPESSA OPERACIONAL	2.160	2.224	2.087	2.331	1.879	1.745	1.965
PESSOAL E ENCARGOS	989	1.180	1.259	1.364	1.074	933	895
OUTRAS	1.171	1.044	827	967	804	812	1.069
INVESTIMENTOS	117	163	207	146	56	95	89
SERVICO DA DIVIDA	58	125	87	109	41	145	61
JUROS E ENCARGOS	33	54	38	42	4	-	28
PRINCIPAL	24	71	49	66	36	145	33
OUTRAS APLICACOES	325	506	585	641	474	410	718

FONTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IGP/DI-IBRE/FGV-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 24

SETOR PUBLICO PAULISTA

FONTES E APLICACOES DAS EMPRESAS PUBLICAS

1979/85

SETOR : TOTAL GERAL

EM C% MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
FONTES	65.396	61.312	85.434	91.354	63.881	75.873	102.273
RECEITA OPERACIONAL	24.982	23.947	37.143	42.248	36.763	40.078	43.602
TRANSFERENCIAS	12.651	12.730	13.053	14.374	8.852	10.200	12.370
TRANSF. DO TES. DO ESTADO	9.384	10.131	10.656	12.675	8.299	9.502	12.370
OUTRAS TRANSFERENCIAS	3.267	2.598	2.396	1.698	552	698	-
OPERACOES DE CREDITO	21.498	17.993	23.563	22.435	8.675	23.011	35.918
EMPRESIMOS	13.811	12.003	18.069	17.279	5.981	21.161	28.308
FINANCIAMENTOS	7.686	5.990	5.494	5.156	2.694	1.849	7.609
OUTRAS FONTES	6.264	6.641	11.673	12.295	9.590	2.583	10.382
APLICACOES	65.396	61.312	85.434	91.354	63.881	75.873	102.273
DESPESA OPERACIONAL	20.581	20.301	29.407	33.097	27.373	32.614	38.678
PESSOAL E ENCARGOS	11.746	11.237	12.209	14.610	11.626	10.864	12.565
OUTRAS	8.834	9.064	17.198	18.486	15.747	21.749	26.112
INVESTIMENTOS	23.404	16.755	19.818	21.149	10.620	12.287	18.421
SERVICO DA DIVIDA	14.289	16.688	22.078	23.144	15.700	27.290	36.039
JUROS E ENCARGOS	6.991	7.389	10.435	11.993	6.245	12.455	21.820
PRINCIPAL	7.298	9.299	11.643	11.151	9.454	14.835	14.219
OUTRAS APLICACOES	7.120	7.567	14.129	13.963	10.187	3.681	9.134

FONTE: FLUXOS DE CAIXA-CONJUNTO DAS EMPRESAS-CIEF/SEP

DEFLATOR: IGP/DI-IBRE/FGV-"COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL

TABELA 25
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA
 =====
 ANO DE 1979

	FONTES =====						USOS =====				
	EM CZ\$ MILHOES DE 1986										
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	59.265	8.686	---	5.788	-25.602	48.137	35.921	2.490	7.549	4.364	50.324
AUTARQUIAS	---	---	3.003	---	14.948	17.951	7.991	6.078	1.691	2.190	17.950
FUNDACOES	---	---	112	---	1.270	1.382	745	22	---	614	1.381
EMPRESAS	---	21.498	31.246	3.267	9.384	65.375	11.746	23.404	14.289	15.954	65.393
TOTAL	59.265	30.184	34.361	9.055	0	132.865	56.403	31.994	23.529	23.122	135.048

FORTE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 25 A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA
 =====
 ANO DE 1979

	FONTES =====						USOS =====				
	PERCENTAGEM										
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	28,77	---	63,91	---	36,23	63,68	7,78	32,08	18,88	37,26
AUTARQUIAS	---	---	8,74	---	---	13,51	14,16	18,99	7,18	9,47	13,29
FUNDACOES	---	---	0,32	---	---	1,04	1,32	0,06	---	2,65	1,02
EMPRESAS	---	71,22	90,93	36,08	---	49,21	20,82	73,14	60,73	68,99	48,42
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	---	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FORTE : DADOS DA TABELA 25

TABELA 26
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1980

FONTES	FONTES						USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	59.044	6.095	---	4.970	-23.793	46.316	29.574	3.129	7.491	5.564	45.758
AUTARQUIAS	---	---	4.959	---	12.348	17.307	6.686	6.177	1.874	2.570	17.307
FUNDACOES	---	---	121	---	1.314	1.435	814	7	---	614	1.435
EMPRESAS	---	22.351	31.200	2.598	10.131	66.280	11.280	17.328	18.708	18.964	66.280
TOTAL	59.044	28.446	36.280	7.568	0	131.338	48.354	26.641	28.073	27.712	130.780

FORNE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 26 A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1980

FONTES	FONTES						USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	21,42	---	65,66		35,26	61,15	11,74	26,68	20,08	34,98
AUTARQUIAS	---	---	13,67	---		13,17	13,82	23,18	6,67	9,27	13,23
FUNDACOES	---	---	0,33	---		1,09	1,68	0,02	---	2,21	1,09
EMPRESAS	---	78,57	85,99	34,33		50,46	23,32	65,04	66,64	68,42	50,68
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FORNE: DADOS DA TABELA 26

TABELA 27
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1981

	<u>FONTES</u>					TOTAL	<u>USOS</u>				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD		PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	54.913	8.312	---	4.428	-24.931	42.722	29.077	3.522	5.152	5.952	43.703
AUTARQUIAS	---	---	3.088	---	12.885	15.973	7.074	4.163	1.911	2.824	15.972
FUNDACOES	---	---	289	---	1.390	1.679	934	51	---	692	1.677
EMPRESAS	---	28.368	49.662	2.396	10.656	91.082	12.289	21.187	24.834	32.771	91.081
TOTAL	54.913	36.680	53.039	6.824	0	151.456	49.374	28.923	31.897	42.239	152.433

FONTE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 27 A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1981

	<u>FONTES</u>					TOTAL	<u>USOS</u>				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD		PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	22,66	---	64,88	---	28,20	58,88	12,17	16,15	14,09	29,66
AUTARQUIAS	---	---	5,82	---	---	10,54	14,32	14,39	5,99	6,68	10,47
FUNDACOES	---	---	0,54	---	---	1,10	1,89	0,17	---	1,64	1,10
EMPRESAS	---	77,33	93,63	35,11	---	60,13	24,89	73,24	77,85	77,57	59,74
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	---	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 27

TABELA 28
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1982

	FONTES						USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	EM C25 MILHOES DE 1986				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	58.463	5.700	---	5.307	-27.424	42.046	29.668	3.724	4.595	5.444	43.431
AUTARQUIAS	---	---	3.192	---	12.898	16.090	7.098	4.453	2.168	2.370	16.089
FUNDACOES	---	---	275	---	1.851	2.126	1.252	44	---	830	2.126
EMPRESAS	---	30.451	55.371	1.698	12.675	100.195	14.756	24.539	26.656	34.244	100.195
TOTAL	58.463	36.151	58.838	7.005	0	160.457	52.774	32.760	33.419	42.888	161.841

FONTE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 28 A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1982

	FONTES						USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	PERCENTAGEM				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	15,76	---	75,75		26,20	56,21	11,36	13,75	12,69	26,83
AUTARQUIAS	---	---	5,42	---		10,02	13,44	13,59	6,48	5,52	9,74
FUNDACOES	---	---	0,46	---		1,32	2,37	0,13	---	1,93	1,31
EMPRESAS	---	84,23	94,10	24,24		62,44	27,96	74,90	79,76	79,84	61,90
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 28

TABELA 29
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1983

	FONTES					TOTAL	USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD		EM C% MILHOES DE 1986				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	46.938	2.653	---	3.556	-21.577	31.570	25.265	1.755	6.321	4.440	37.781
AUTARQUIAS	---	1.012	2.491	---	12.095	15.598	6.054	4.070	1.719	3.755	15.598
FUNDACOES	---	---	635	---	1.183	1.818	1.045	70	---	702	1.817
EMPRESAS	---	34.180	47.887	552	8.299	90.918	12.010	14.677	32.002	32.228	90.917
TOTAL	46.938	37.845	51.013	4.108	0	139.904	44.374	20.572	40.042	41.125	146.113

FONTE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 29.A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1983

	FONTES					TOTAL	USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD		PERCENTAGEM				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	7,01	---	86,55	---	22,56	56,93	8,53	15,78	10,80	25,85
AUTARQUIAS	---	2,67	4,88	---	---	11,14	13,64	19,78	4,29	9,13	10,67
FUNDACOES	---	---	1,24	---	---	1,30	2,35	0,34	---	1,70	1,24
EMPRESAS	---	90,31	93,86	13,44	---	64,98	27,06	71,33	79,92	78,35	62,22
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	---	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 29

TABELA 30
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1984

	FONTES					TOTAL	USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD		EM CZ\$ MILHOES DE 1984				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	46.386	5.735	---	3.377	-22.091	33.407	22.184	2.517	5.987	4.043	35.551
AUTARQUIAS	---	666	2.312	---	11.274	14.252	5.486	2.807	1.902	4.058	14.253
FUNDACOES	---	---	618	---	1.315	1.933	917	62	---	953	1.932
EMPRESAS	---	44.637	44.414	698	9.502	99.251	10.721	12.687	42.190	33.652	99.250
TOTAL	46.386	51.038	47.344	4.075	0	148.843	39.308	18.073	50.079	43.526	150.986

FONTE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 30 A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA

ANO DE 1984

	FONTES					TOTAL	USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD		PERCENTAGEM				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	11,23	---	82,86	---	22,44	56,43	13,92	11,95	11,17	23,54
AUTARQUIAS	---	1,30	4,88	---	---	9,57	13,95	15,53	3,79	9,32	9,44
FUNDACOES	---	---	1,30	---	---	1,29	2,33	0,34	---	2,18	1,28
EMPRESAS	---	87,45	93,80	17,13	---	66,68	27,27	70,19	84,24	77,30	65,73
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	---	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 30

TABELA 31
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA
 =====
 ANO DE 1985

	FONTES						USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	EM CZ\$ MILHOES DE 1986				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	60.300	6.549	---	3.465	-26.054	44.260	28.701	2.322	7.169	7.261	45.453
AUTARQUIAS	---	1.937	2.780	---	12.164	16.881	7.044	3.822	1.933	4.682	16.881
FUNDAÇÕES	---	---	1.093	---	1.520	2.613	1.043	85	---	1.485	2.613
EMPRESAS	---	53.189	54.846	0	12.370	120.405	12.565	19.465	30.247	38.126	120.405
TOTAL	60.300	61.675	58.719	3.465	0	184.159	49.359	25.694	58.749	51.554	185.350

FONTE: TABELAS 3/4/5/6/7/8/9/10 - ELABORACAO IESP

TABELA 31 A
 MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA
 =====
 ANO DE 1985

	FONTES						USOS				
	REC.TES	OP.CRED	REC.PROP	OUTRAS	TRAN.AD	TOTAL	PERCENTAGEM				
							PESSOAL	INVEST	DIVIDA	OUTROS	TOTAL
ADM. DIRETA	100,00	10,61	---	100,00		24,03	58,15	9,03	12,20	14,08	24,52
AUTARQUIAS	---	3,14	4,73	---		9,16	14,27	14,87	2,26	9,08	9,10
FUNDAÇÕES	---	---	1,86	---		1,41	2,11	0,33	---	2,08	1,41
EMPRESAS	---	86,23	93,40	---		65,38	25,45	75,75	85,52	73,95	64,95
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE : DADOS DA TABELA 31

ANEXO III: ANEXO ESTATÍSTICO - DADOS REFERENTES AO TEXTO

TABELA 1
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS DO TESOURO	59.266	59.045	54.913	50.464	46.938	46.387	60.300
OPERACOES DE CREDITO	30.184	28.447	36.682	36.152	37.046	51.040	61.676
RECEITAS PROPRIAS	34.362	36.283	53.041	58.841	51.015	47.345	58.721
OUTRAS	7.055	7.568	6.825	7.006	4.108	4.075	3.465
TOTAL	132.867	131.344	151.462	160.464	139.910	148.848	184.164

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 2
 SETOR PÚBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONÔMICA
 1979/85

ANOS	EM DZ\$ MILHÔES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS DO TESOURO	59.266	59.045	54.913	58.464	46.938	46.387	60.300
OPERACOES DE CREDITO	30.184	28.447	33.501	33.849	34.599	43.752	54.458
RECEITAS PROPRIAS	34.362	36.283	36.622	36.810	31.965	31.912	37.991
OUTRAS	9.059	7.568	6.825	7.006	4.108	4.017	9.465
TOTAL	132.869	131.344	131.862	136.130	117.612	126.070	156.215

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS RECURSOS DA ELETROPAULO.

TABELA 3
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
RECURSOS DO TESOURO	59.266	59.045	54.913	58.464	46.938	46.387	60.300
OPERACOES DE CREDITO	30.184	24.089	31.876	28.136	12.341	29.413	44.405
RECEITAS PROPRIAS	34.362	35.670	52.194	58.012	49.481	45.592	57.859
OUTRAS	9.055	7.568	6.825	7.006	4.108	4.075	3.465
TOTAL	132.869	126.373	145.810	151.619	112.870	125.468	166.031

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS CREDITOS INFORMAIS OU COMPULSORIOS.

TABELA 4
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	73.741	70.110	67.654	69.471	53.148	55.499	70.315
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	59.127	61.234	83.807	90.992	86.761	93.349	113.848
EMPRESAS	56.012	56.152	80.429	87.524	82.622	89.751	108.036
AUTARQUIAS	3.003	4.959	3.088	3.192	3.504	2.979	4.718
FUNDACOES	112	121	289	275	635	618	1.093
TOTAL	132.869	131.344	151.462	160.464	139.910	148.848	184.164

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85

TABELA 5
 SETOR PÚBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	73.741	70.110	67.654	69.471	53.148	55.499	70.315
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	59.127	56.262	78.155	82.147	59.721	69.968	95.715
EMPRESAS	56.012	51.180	74.777	78.679	55.582	66.371	89.903
AUTARQUIAS	3.003	4.959	3.088	3.192	3.504	2.979	4.718
FUNDACOES	112	121	289	275	635	618	1.093
TOTAL	132.869	126.373	145.810	151.619	112.870	125.468	166.031

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS CREDITOS INFORMAIS E COMPULSORIOS EFETUADOS PELAS EMPRESAS.

TABELA 6
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	73.741	70.110	67.654	69.471	53.148	55.499	70.315
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	59.127	56.262	59.565	58.319	40.593	52.193	70.115
EMPRESAS	56.012	51.180	56.187	54.850	36.453	48.595	64.303
AUTARQUIAS	3.003	4.959	3.088	3.192	3.504	2.979	4.718
FUNDACOES	112	121	289	275	635	618	1.093
TOTAL	132.869	126.373	127.220	127.790	93.741	107.692	140.431

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS RECURSOS DA ELETROPAULO.

TABELA 7
EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS ARRECADADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
1979/1985

ITENS	ANOS	(EM C2% MILHÕES DE 1986) (6)						
		1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
I REC. ORCAM. DO TES. NAC.		301792	345025	311297	333737	324586	312017	353306
RECEITA TRIBUTARIA		259509	273750	255578	268547	234856	229974	260819
IR	(1)	98307	96618	96093	106312	109906	121899	143515
IPI	(1)	80337	77083	74334	81085	64346	51092	58671
IOF		12685	31414	35595	35845	19898	24060	17399
I. IMPORTAÇÃO		17970	23230	17357	14801	12085	9928	11497
I. EXPORTAÇÃO		529	5016	1509	450	4703	3501	7117
OUTROS IMP. E TAXAS (2)		49682	40389	30689	30053	23918	19494	22619
DEMAIS RECEITAS		42283	71275	55719	65190	89730	82044	92487
FINSOCIAL		--	--	--	--	15397	15251	17825
DIVERSOS		9514	17423	11697	18212	31680	20574	9104
OUTRAS	(3)	32769	53852	44022	46978	42653	46219	65558
II ARREC. TES. NAC. EM S.P.		132133	116416	109425	114806	113699	105749	124963
RECEITA TRIBUTARIA		126848	109025	99615	104381	103257	96853	118524
IR	(1)	57610	42765	42512	46785	49176	52748	61830
IPI	(1)	41754	36430	34589	37003	28393	23105	30204
OUTROS IMP. E TAXAS (4)		27484	29830	22514	20593	25888	21000	26490
DEMAIS RECEITAS		5285	7392	9811	10425	10442	8895	6439
III REC. ORCAM. TES. - S.P.		75052	70747	68548	70467	54131	56691	70743
RECEITA TRIBUTARIA		55528	55661	50787	53358	45517	44691	53946
ICM-QPE		53526	53790	49102	51273	43885	43387	52376
OUTROS IMP. E TAXAS-QPE		2002	1871	1685	2085	1632	1304	1570
DEMAIS RECEITAS		19556	15575	17734	17118	8596	12002	16795
TRANSF. FEDERAIS-QPE		5814	5016	4402	5277	3540	3375	3510
OUTRAS	(5)	13742	10559	13332	11841	5057	8627	13285
IV ARREC. DO ICM-BRASIL		154033	161002	152166	158809	136807	144559	171756
ICM-BRASIL-QPE		123226	128802	121733	127047	111046	115647	137404
V ARREC. DO ICM-S. PAULO		66908	67238	61378	64091	54856	54234	65470
ICM-S. PAULO-QPE		53526	53790	49102	51273	43885	43387	52376

FONTE: (I) E (II) BOLETIM MENSAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL DEZ/82/83/84/85; JAN-FEV/86 E JUL/86.
(III) BALANÇO GERAL DO EST. DE S. PAULO-1978/79/80/81/82/83/84/85.
(IV) E (V) BOLETIM DO ICM-MINFAP - ABR/87.

NOTAS: (1) NÃO DEDUZIDAS AS RESTITUIÇÕES
(2) COMPÕE ESTE ITEM OS SEGUINTE IMPOSTOS E TAXAS: IUÉE/IUM/ITRP-C/ICM-TENIT/ITBI/SERV. COMUNICABES/TRU/TX. TELECOMUNICABES/TX. PORTOS/IUCL.
(3) COMPÕE ESTE ITEM CONTR. SAL. EDUCAÇÃO/COTA PREVIDENCIA/CONTR. PIN/ CONTR. PROTERRA/COTA CONTR. S/EXPORT./C/CAFÉ/CACAU/COTA CONTR. ACUCAR E ALCOOL/ SOBRETAXA TELECOMUNICABES/ ADIC. PETRÓLEO/DERIVADOS E DIVIDENDOS.
(4) INCLUI IOF/I. IMP./IUÉE/IUM/IUCL/DEMAIS IMPOSTOS E TAXAS (INCLUI O IMP. S. TRANSP. RODOVIÁRIO/I. EXP./TRU/TX. DE MELHOR. DOS PORTOS E A TX. SOBRE FISCAL. DE TELECOMUNICABES).
(5) RECEITA PATRIMONIAL/RECEITA AGROPECUARIA/RECEITA INDUSTRIAL/RECEITA DE SERVIÇOS/RECEITAS DIVERSAS-QPE/OP. CRED./OUTRAS.
(6) VALORES INFLACIONADOS PELO IGP - DI "COLUNA 2" (IBRE/FGV) MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

TABELA 8

ESTADO DE SÃO PAULO
EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM
1967/85

(EM CZ\$ MILHÕES DE 1984)

ANOS	ICM-TOTAL	ICM-QPE	ICM-QPM
1967	28055	22445	5611
1968	35412	28329	7083
1969	37819	30255	7563
1970	40214	32171	8043
1971	39514	31612	7902
1972	45844	36675	9169
1973	53728	43143	10785
1974	58861	46929	11732
1975	60246	48196	12050
1976	59393	47506	11878
1977	60924	48739	12185
1978	67511	54008	13503
1979	66908	53526	13382
1980	67298	53790	13448
1981	61378	49102	12276
1982	64091	51273	12818
1983	54856	43885	10971
1984	54234	43387	10847
1985	65470	52376	13094

FONTE: BALANÇOS GERAIS DO ESTADO DE
SÃO PAULO.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "CO-
LUNA 2". MULTIPLICADOR
MÉDIA ANUAL.

TABELA 9
ESTADO DE SÃO PAULO

ARRECAÇÃO DO ICM SEGUNDO OS RAMOS E GENEROS DE ATIVIDADE ECONOMICA

1979/85

(EM CZ\$ MILHÕES DE 1986)

RAMOS E GENEROS DE ATIVIDADE ECONOMICA	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
IND. DE TRANSFORMAÇÃO		48918	48668	45871	47079	37791	39768	47983
PRODUTOS MIN. NÃO-METÁLICOS		3805	3324	2686	2781	2202	1784	2555
METALÚRGICA		8240	8378	6953	5797	4713	5133	7054
MECÂNICA		2353	2492	2112	1976	1528	1688	1982
MAT. ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES		5275	4665	3447	3705	3363	3105	4257
MATERIAL DE TRANSPORTE		4815	4025	3725	4373	3623	3204	4742
MADEIRA		248	271	330	324	307	274	287
MOBILIÁRIO		950	861	680	658	519	428	651
PAPEL E PAPELÃO		1675	1873	1597	1829	1553	1557	1749
BORRACHA		939	862	865	1009	865	821	1007
COURÇOS, PELES E PROD. SIMILARES		99	74	105	151	133	140	50
QUÍMICA		6139	6095	5519	5858	5598	6142	7413
PRODUTOS FARMAC. E PERFUMARIA		1879	1575	1817	2102	1918	1885	2012
PRODUTOS DE MAT. PLÁSTICO		1494	1698	1387	1387	1194	1135	1377
TEXTIL		3271	3441	2843	3573	2383	2116	3064
VESTUÁRIO, CALÇADOS E A. DE TECIDOS		1738	1788	1707	1884	1463	1874	1514
PRODUTOS ALIMENTARES		4303	4000	4515	5149	4188	3850	4624
PRODUTOS AGRÍCOLAS		--	--	680	611	509	568	175
PRODUTOS PECUÁRIOS E FRIGORÍFICOS		--	--	494	319	360	401	95
PEDRAS E OUTROS MAT. DE CONSTRUÇÃO		--	--	84	85	54	44	26
BEBIDAS		456	223	1649	1925	1783	2039	1153
FUNO		153	0	322	335	195	266	251
EDITORIAL E GRÁFICA		545	509	350	246	232	200	308
DIVERSOS		1140	1156	1610	1728	1612	2049	1615
INDUSTRIA EXTRATIVA		16	13	32	29	26	30	27
AGRICULTURA E PECUARIA		22	30	76	74	72	112	57
COMÉRCIO		17387	17902	15016	15555	14095	13925	16523
ATACADISTA		7596	8269	6998	7242	7279	8105	7939
VAREJISTA		9791	9633	8017	8313	6816	5820	8533
OUTRAS ATIVIDADES		550	635	443	438	500	683	626
ATIVIDADES AUXILIARES		180	166	156	117	171	237	329
TOTAL		67073	67415	61593	64091	54857	54255	65541

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SEDE (1979/85).

Obs: DEFLACIONADO PELO IGP-DI (IBRE/FGV) MULTIPLICADOR MÉDIA ANUAL.

TABELA 10
INDICADORES ECONOMICOS
1979/85

ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO		INDICES DE PROD. INDUSTRIAL		EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS		ARRECADAÇÃO REAL DO ICM-QPE	
	BRASIL (1)	S. PAULO (1)	BRASIL (2)	S. PAULO (3)	BRASIL (4)	S. PAULO (5)	BRASIL (6)	S. PAULO (6)
1979	1151046	501451	106.61	--	8001	--	50867	27619
1980	1256763	538987	107.62	100	10242	5908	53169	27755
1981	1214678	497273	90.09	87	13273	6877	50251	25336
1982	1225986	508539	99.72	86	11110	5427	52444	26456
1983	1194842	494875	93.85	81	13075	5738	45839	22644
1984	1262908	516613	105.99	86	17909	8212	47738	22987
1985	1367229	563479	108.37	94	16817	7816	56719	27026

FONTES: (1) INDICADORES BASICOS IESP - FUNDAP. MAR/87 (VALORES EM CR\$ BILHÕES DE 1985, ATUALIZADOS PELO DEFLATOR IMPLICITO DO PIB)
(2) CONJ. ECONOMICA - IBRE/FGV - VOL. 40. NUM. 03. MAR/86
(3) REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE - SP E CONJUNTURA. VOL. 2. NUM. 1. JAN/86
(4) CONJ. ECONOMICA - IBRE/FGV - VOL. 40. NUM. 03. MAR/86 (VALORES EM US\$ MILHÕES)
(5) REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE - SP E CONJUNTURA. VOL. 2. NUM. 1. JAN/86 (VALORES EM US\$ MILHÕES)
(6) BOLETIM DO ICM - MINIFAZ. ABR/87 (VALORES EM CR\$ BILHÕES DE 1985)

TABELA 10.A
INDICADORES ECONOMICOS
1979/85

ANOS	PRODUTO INTERNO BRUTO		INDICES DE PROD. INDUSTRIAL		EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS		ARRECADAÇÃO REAL DO ICM-QPE	
	BRASIL (1)	S. PAULO (1)	BRASIL (1)	S. PAULO (1)	BRASIL (1)	S. PAULO (1)	BRASIL (1)	S. PAULO (1)
1979	2788435	1214777	106.61	--	8001	--	123226	66908
1980	3044537	1305708	107.62	100	10242	5908	128802	67238
1981	2942585	1204655	90.09	87	13273	6877	121733	61378
1982	2969979	1231947	99.72	86	11110	5427	127047	64091
1983	2894532	1198846	93.85	81	13075	5738	111046	54856
1984	3059424	1251507	105.99	86	17909	8212	115647	54234
1985	3312144	1385041	108.37	94	16817	7816	137404	65470

FONTE: TABELA 10

NOTA: (1) VALORES EM CR\$ MILHÕES DE 1986 (ATUALIZADOS PELO IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2". MULTIPLIC. MEDIA ANUAL).

TABELA 11
EVOLUCAO DA ARRECADACAO TOTAL DO ICM NO BRASIL
1979/85

ANOS	(EM CZ\$ BILHÖES DE 1986)						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
REGIAO NORTE	2326	2681	2615	2869	2730	3181	3940
REGIAO NORDESTE	17412	18609	18690	19837	18406	19716	22988
REGIAO CENTRO-OESTE	6463	7663	7746	8438	8515	9682	11079
REGIAO SUDESTE	100883	102538	94336	98338	89031	84811	101121
SAO PAULO	66908	67238	61378	64091	54856	54234	65470
REGIAO SUL	26972	29520	28781	29331	26124	27173	32628
TOTAL-BRASIL	154033	161002	152166	158809	138807	144559	171756

FONTE: BOLETIM DO ICM - MINFAZ. - ABR/87.

DEFLATOR: IGP/DI/IBRE/FGV-MULT. MEDIA ANUAL

TABELA 11.A
EVOLUCAO DA ARRECADACAO TOTAL DO ICM NO BRASIL

ANOS	(EM %)						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
REGIAO NORTE	1.51	1.67	1.72	1.81	1.97	2.20	2.29
REGIAO NORDESTE	11.30	11.56	12.28	12.49	13.26	13.64	13.38
REGIAO CENTRO-OESTE	4.20	4.76	5.09	5.31	6.13	6.70	6.45
REGIAO SUDESTE	65.49	63.69	62.00	61.92	59.82	58.67	58.87
SAO PAULO	43.44	41.76	40.34	40.36	39.52	37.52	38.12
REGIAO SUL	17.51	18.34	18.91	18.47	18.82	18.80	19.00
TOTAL-BRASIL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE: DADOS DA TABELA 11

TABELA 12
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DOS RECURSOS PROPRIOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	34.362	36.283	53.041	58.841	51.015	47.345	58.721
EMPRESAS	31.246	31.201	49.663	55.372	47.888	44.415	54.847
AUTARQUIAS	3.003	4.959	3.088	3.192	2.491	2.312	2.780
FUNDACOES	112	121	289	275	635	618	1.093
TOTAL	34.362	36.283	53.041	58.841	51.015	47.345	58.721

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 13
RECEITAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
1979/85

	EM CZ\$ MILHOES DE 1986							
ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
ENERGIA	12.058	11.812	24.986	29.234	25.512	29.123	31.446	
CESP	9.014	8.524	8.838	9.241	7.279	10.398	10.837	
ELETROPAULO	-	-	12.607	16.302	14.524	14.973	16.175	
CPFL	3.044	3.288	3.541	3.691	3.708	3.751	4.001	
COMGAS	-	-	-	-	-	-	432	
TRANSPORTE	7.661	7.020	6.985	7.033	6.723	6.690	7.019	
FEPASA	2.614	2.580	2.784	2.449	2.497	2.391	2.399	
METRO	436	392	397	498	605	495	597	
DERSA	627	433	355	317	184	214	272	
VASP	3.983	3.614	3.447	3.768	3.433	3.589	3.749	
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	3.485	3.460	3.826	4.542	3.796	3.625	3.867	
SABESP	3.271	3.265	3.640	4.383	3.683	3.561	3.810	
CETESB	213	195	186	159	113	64	57	
ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA	433	390	458	512	425	343	391	
CEAGESP	282	299	319	350	305	265	323	
CAIC	151	91	139	161	119	78	68	
OBRAS PUBLICAS	190	209	289	297	299	189	276	
CONESP	176	173	233	262	283	186	274	
CODESPAULO-CDH	14	35	56	34	16	3	1	
CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS	1.152	1.341	1.265	1.379	1.099	1.117	1.480	
IPT	279	295	358	331	256	168	137	
PROMOCET	-	-	6	-	-	3	4	
EMPLASA	3	63	19	16	7	6	4	
IMESP	236	252	271	261	215	226	354	
TERRAFOTO	91	49	29	52	19	51	77	
PRODESP	76	96	111	147	160	137	159	
COSESP	465	582	468	570	437	522	742	
SETASA	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	24.982	24.233	37.812	43.000	37.857	41.091	44.481	

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASOS - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FBV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: RECEITA OPERACIONAL = ESTE ITEM NAO ENGLOBA RECEITAS DE SERVICOS PAGOS PELOS COFRES DO TESOURO. NO SEU TOTAL ESTAO COMPUTADOS OS ATRASOS A RECEBER PELA VENDA DE BENS E SERVICOS. NO CASO DOS TRES ULTIMOS SETORES, AS CONTAS EM ATRASO - PELA SUA INSIGNIFICANCIA - ESTAO CONCENTRADAS NA CONESP.

TABELA 14

RESULTADO OPERACIONAL DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS

1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA	6.928	5.725	9.993	11.863	10.914	8.705	6.854
CESP	6.035	5.004	5.771	6.033	4.785	4.855	4.141
ELETRÓPAULO	-	-	3.236	4.893	5.323	2.680	2.151
CPFL	893	720	985	936	805	970	484
COMGAS	-	-	-	-	-	-	76
TRANSPORTE	-1.043	-832	-1.185	-1.972	-1.524	-879	-1.667
FEPASA	-1.093	-354	-368	-950	-627	-1.141	-1.378
METRO	-527	-565	-545	-598	-344	-380	-461
DEBSA	223	106	53	18	-81	-35	-10
VASP	423	24	-325	-441	-472	677	182
EMTU	-89	-44	-	-	-	-	-
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	-206	4	162	504	632	892	806
SABESP	245	295	400	839	917	1.124	1.124
CETESB	-451	-291	-238	-334	-285	-232	-318
ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA	-99	-109	-	21	19	-22	-24
CEAGESP	-75	-40	-5	-13	1	4	11
CAIC	-24	-68	4	34	18	-26	-36
OBRAS PUBLICAS	-149	-120	59	29	-93	64	33
CONESP	-3	-35	76	72	-63	100	90
CODESPAULO-CDH	-145	-85	-17	-42	-30	-35	-56
CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS	-1.008	-883	-821	-952	-780	-628	-484
IPT	-338	-347	-339	-371	-288	-290	-280
PROMOCET	-	-5	1	-14	-9	-7	-10
EMPLASA	-129	-131	-102	-145	-98	-88	-88
IMESP	40	46	21	20	13	14	108
TERRAFOTO	-6	-37	-31	3	-20	4	-2
PRODESP	-596	-471	-404	-497	-433	-341	-329
COSESP	50	82	36	53	54	80	118
BRASVACIN	-10	-4	-	-	-	-	-
SETASA	-17	-13	-2	-	-	-	-
TOTAL	4.401	3.782	8.207	9.493	9.167	8.131	5.518

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: RESULTADO OPERACIONAL = RECEITAS OPERACIONAIS (EXCETO AS RECEITAS PROVENIENTES DE SERVICOS PAGOS PELOS COFRES DO TESOURO), INCLUINDO AS RECEITAS A RECEBER POR VENDA DE BENS E SERVICOS EM ATRASO MENOS DESPESA OPERACIONAL (ABRANGE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS E AS OUTRAS DESPESAS TAIS COMO COMPRA DE ENERGIA PELAS COMPANHIAS ELETRICAS, COMPRA DE COMBUSTIVEL PELA VASP, MATERIAL DE TRATAMENTO DA SABESP E PAGAMENTOS DE PREMIO DE SEGUROS DA COSESP, ENTRE OUTRAS.

TABELA 15
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

	EM CZS MILHOES DE 1986						
ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	8.686	6.095	8.312	5.700	2.653	5.735	6.549
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	21.498	22.352	28.369	30.452	35.193	45.305	55.127
EMPRESAS	21.498	22.352	28.369	30.452	34.181	44.638	53.189
AUTARQUIAS	-	-	-	-	1.012	666	1.937
FUNDACOES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	30.184	28.447	36.682	36.152	37.846	51.040	61.676

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 16
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	8.684	6.095	8.312	5.700	2.659	5.735	6.549
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	21.498	17.993	23.563	22.435	9.687	23.678	37.855
EMPRESAS	21.498	17.993	23.563	22.435	8.675	23.011	35.918
AUTARQUIAS	-	-	-	-	1.012	666	1.937
FUNDACOES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	30.184	24.089	31.876	28.136	12.341	29.413	44.405

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS CREDITOS INFORMAIS OU COMPULSORIOS REALIZADOS PELAS EMPRESAS.

TABELA 17

OPERACOES DE CREDITO REALIZADAS PELAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS

1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
OPERACOES REALIZADAS	21.490	17.993	23.563	22.435	8.675	23.011	35.918
OPERACOES INFORMAIS	-	4.358	4.805	8.016	25.505	21.626	17.271
TOTAL	21.498	22.352	28.369	30.452	34.181	44.638	53.189

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASOS - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

TABELA 18
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO
 1979/1985

(EM CZ\$ MILHOES DE 86)

ITENS	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		6084	9880	12740	12461	14228	19425	19423
EMPRESTIMOS		6084	7199	10410	8645	2206	12515	14825
INTERNOS		1807	3257	2833	1079	372	408	1769
EXTERNOS		4277	3942	7577	7566	1834	12107	13056
OPERAÇÕES INFORMAIS		0	2681	2204	3622	11840	6402	2792
FINANCIAMENTOS		0	0	126	194	182	508	1806
INTERNOS		0	0	48	127	144	347	1218
EXTERNOS		0	0	78	67	38	161	588
TRANSPORTE		8370	6835	9860	13134	15948	21782	29503
EMPRESTIMOS		5993	3761	6782	8184	3024	8135	12813
INTERNOS		3427	1785	1233	1601	2024	2393	3441
EXTERNOS		2566	2176	5749	6583	1000	5742	9372
OPERAÇÕES INFORMAIS		0	1417	2181	4027	12299	13245	12349
FINANCIAMENTOS		2377	1457	697	923	625	402	4341
INTERNOS		1520	725	268	487	229	214	4255
EXTERNOS		857	732	429	436	396	188	86
SANEAMENTO		5443	4800	5015	4364	2618	2577	2812
EMPRESTIMOS		275	85	66	47	146	66	94
INTERNOS		52	6	0	0	0	0	0
EXTERNOS		223	79	66	47	146	66	94
OPERAÇÕES INFORMAIS		0	187	394	360	804	1576	1297
FINANCIAMENTOS		5168	4528	4555	3957	1668	935	1421
INTERNOS		5168	4528	4555	3957	1668	935	1407
EXTERNOS		0	0	0	0	0	0	14
OUTROS		1601	837	754	493	1387	854	1451
EMPRESTIMOS		1459	757	611	387	605	445	576
INTERNOS		750	630	300	35	142	275	29
EXTERNOS		709	127	311	352	463	170	547
OPERAÇÕES INFORMAIS		0	77	30	7	565	407	837
FINANCIAMENTOS		142	3	113	99	217	2	38
INTERNOS		142	3	106	99	217	2	38
EXTERNOS		0	0	7	0	0	0	0
TOTAL		21498	22352	28369	30452	34181	44638	53189

FONTE: DADOS DAS TABELAS 9 A 14 E 18 A 24 - ANEXO II

TABELA 19

OPERACOES DE CREDITO DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS

1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA	6.084	9.881	12.741	12.462	14.228	19.426	19.423
CESP	4.435	8.707	8.599	9.289	9.954	10.247	10.783
ELETROPAULO	-	-	3.180	2.302	3.247	7.288	7.218
CPFL	1.649	1.173	961	849	1.026	1.891	1.417
COMGAS	-	-	-	-	-	-	3
TRANSPORTE	8.371	6.837	9.862	13.135	15.948	21.782	29.503
FEPASA	4.327	3.027	5.218	5.180	6.420	11.738	19.271
METRO	984	1.220	758	1.542	1.895	1.958	4.402
DERSA	2.245	1.744	2.162	3.100	3.931	5.289	1.567
VASP	813	845	1.721	3.292	3.701	2.796	4.261
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	5.444	4.801	5.017	4.364	2.618	2.576	2.813
SABESP	5.219	4.752	4.926	4.301	2.405	2.537	2.721
CETESB	224	49	90	63	212	38	92
ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA	303	253	196	117	221	252	-
CEAGESP	205	227	196	112	221	252	-
CAIC	17	25	-	4	-	-	-
OBRAS PUBLICAS	1.150	464	506	307	1.148	597	1.405
CONESP	628	72	384	228	1.045	575	1.381
CODESPAULO-CDH	522	392	122	78	102	21	23
CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS	143	113	45	65	15	2	44
IPT	117	109	37	65	15	2	-
EMPLASA	-	-	-	-	-	-	24
TERRAFOTO	-	-	7	-	-	-	6
COSESP	-	-	-	-	-	-	12
BRASVACIN	17	-	-	-	-	-	-
SETASA	7	4	-	-	-	-	-
TOTAL	21.498	22.352	28.369	30.452	34.181	44.638	53.189

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FBV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: OPERACOES DE CREDITO = NESTE ITEM ALEM DAS OPERACOES DE CREDITO EFETIVAMENTE CONTRATADAS PELAS EMPRESAS, ESTAO COMPUTADOS OS CREDITOS "INFORMAIS OU COMPULSORIOS", QUE REPRESENTAM A CONTRAPARTIDA DOS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELO GOVERNO DO ESTADO JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, EMPREITEIRAS, FORNECEDORES E MESMO INSTITUICOES FINANCEIRAS. ESTA PARCELA ADICIONAL FOI RETIRADA DO FLUXO DAS CONTAS ATRASADAS DAS EMPRESAS (1983/84/85). PARA OS ANOS DE 1979/80/81/82 FOI FEITA UMA ESTIMATIVA BASEADA NOS DADOS DOS BALANCOS DESSAS EMPRESAS. NO CASO DOS TRES ULTIMOS SETORES (SANEAMENTO, ABASTECIMENTO E CIENCIAS E SERVICOS TECNICOS) - DADA A DIFICULDADE DE DESAGREGACAO E A INSIGNIFICANCIA DOS NUMEROS - OPTOU-SE POR CONCENTRAR O FLUXO DE ATRASOS NA CONESP.

TABELA 20
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PESSOAL E REFLEXOS	56.405	48.355	49.376	52.776	44.376	39.309	49.355
INVESTIMENTOS	31.996	26.643	28.925	32.762	20.575	18.074	25.695
DIVIDA	23.530	28.074	31.899	33.421	40.043	50.080	58.750
OUTROS	23.125	27.714	42.244	42.892	41.129	43.531	51.559
TOTAL	135.057	130.789	152.446	161.852	146.125	150.997	185.360

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 21
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1984

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PESSOAL E REFLEXOS	56.405	48.355	47.948	50.227	42.253	37.438	47.389
INVESTIMENTOS	31.996	26.643	27.668	30.496	18.904	15.706	21.399
DIVIDA	23.530	28.074	29.584	29.836	36.755	46.012	55.092
OUTROS	23.125	27.716	27.149	26.070	25.657	28.768	33.222
TOTAL	135.057	130.789	132.351	136.630	123.571	127.925	157.104

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS GASTOS DA ELETROPAULO.

TABELA 22
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA
 1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
PESSOAL E REFLEXOS	56.405	48.312	49.295	52.629	43.992	39.452	49.355
INVESTIMENTOS	31.996	26.069	27.556	29.372	16.517	17.675	24.651
DIVIDA	23.530	26.053	29.142	29.909	23.740	35.180	44.542
OUTROS	23.125	25.382	40.799	41.096	34.835	35.308	48.678
TOTAL	135.057	125.817	146.794	153.007	119.085	127.617	167.227

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELAS EMPRESAS PUBLICAS JUNTO A FORNECEDORES, EMPREITEIROS, GOVERNO FEDERAL E INSTITUICOES FINANCEIRAS.

TABELA 23
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	50.327	45.760	43.706	43.434	37.785	35.555	45.456
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	84.730	85.028	108.740	118.417	108.340	115.442	139.904
EMPRESAS	65.396	66.284	91.086	100.199	90.921	99.254	120.407
AUTARQUIAS	17.952	17.308	15.973	16.091	15.599	14.254	16.882
FUNDACOES	1.382	1.436	1.679	2.126	1.819	1.933	2.614
TOTAL	135.057	130.789	152.446	161.852	146.125	150.997	185.360

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85

TABELA 24
 SETOR PÚBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	50.327	45.760	43.706	43.434	37.785	35.555	45.456
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	84.730	80.056	103.087	109.572	81.300	92.061	121.770
EMPRESAS	65.396	61.312	85.434	91.354	63.881	75.873	102.273
AUTARQUIAS	17.952	17.308	15.973	16.091	15.599	14.254	16.882
FUNDACOES	1.382	1.436	1.679	2.126	1.819	1.933	2.614
TOTAL	135.057	125.817	146.794	153.007	119.085	127.617	167.227

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELAS EMPRESAS JUNTO A FORNECEDORES, EMPREITEIROS, GOVERNO FEDERAL E INSTITUICOES FINANCEIRAS.

TABELA 25
 SETOR PUBLICO PAULISTA - CONSOLIDADO
 ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	50.327	45.760	43.706	43.434	37.785	35.555	45.456
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	84.730	85.028	88.645	93.196	85.786	92.369	111.648
EMPRESAS	65.396	66.284	70.991	74.978	68.367	76.181	92.151
AUTARQUIAS	17.952	17.308	15.973	16.091	15.599	14.254	16.882
FUNDACOES	1.382	1.436	1.679	2.126	1.819	1.933	2.614
TOTAL	135.057	130.789	132.351	136.630	123.571	127.925	157.104

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS GASTOS DA ELETROPAULO.

TABELA 26
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DAS DESPESAS DE PESSOAL POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	35.921	29.574	29.077	29.668	25.265	22.184	28.701
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	20.484	18.781	20.299	23.107	19.111	17.125	20.653
EMPRESAS	11.746	11.280	12.290	14.757	12.011	10.720	12.565
AUTARQUIAS	7.991	6.686	7.074	7.098	6.054	5.486	7.044
FUNDACOES	745	814	934	1.252	1.045	917	1.043
TOTAL	56.405	48.355	49.376	52.776	44.376	39.309	49.355

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 28

EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS

EVOLUCAO DAS DESPESAS DE PESSOAL. NUMERO DE FUNCIONARIOS E DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO
POR SETOR DE ATIVIDADE

1979/85

ANOS	ENERGIA			TRANSPORTES			SANEAMENTO			OUTROS		
	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA	DESP. DE PESSOAL	NUM. DE FUNCION.	DESPESA MEDIA
1979	3229	21	156504	4523	83	54530	2467	21	115702	1526	12	131484
1980	3271	21	155473	4068	84	48474	2221	23	96218	1674	12	142154
1981	3868	40	97825	4267	86	49846	2380	24	98490	1691	13	132399
1982	5088	41	123910	4844	89	54540	2839	25	115660	1836	14	134525
1983	3982	41	96239	3980	89	44884	2195	23	95368	1467	13	112182
1984	3575	42	85322	4087	88	46619	1927	23	85104	1272	12	101923
1985	4809	45	107581	4349	89	49081	2137	23	93901	1268	13	100515

NOTAS: DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS DAS EMPRESAS PUBLICAS: FORNECIDOS PELOS FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS - CIEF/SEP. NELAS ESTAO INCLUIDOS OS PAGAMENTOS DOS INATIVOS DA FEPASA (EM CZ\$ MILHÖES DE 1986).

NUMERO DE FUNCIONARIOS DAS EMPRESAS: REPRESENTAM A POSICAO EM 31/12 DE CADA ANO. FORAM FORNECIDOS PELA CIEF/SEP E. INCLUEM OS INATIVOS DA FEPASA (EM 1000 FUNCIONARIOS).

DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO: RELACAO ENTRE DESPESA DE PESSOAL E NUMERO DE FUNCIONARIOS (EM CZ\$ MIL DE 1986).

TABELA 29
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DOS INVESTIMENTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	2.490	3.129	3.522	3.724	1.755	2.517	2.322
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	29.505	23.513	25.403	29.038	18.819	15.558	23.373
EMPRESAS	23.404	17.328	21.187	24.539	14.678	12.688	19.465
AUTARQUIAS	6.078	6.177	4.163	4.453	4.070	2.807	3.822
FUNDACOES	22	7	51	44	70	62	85
TOTAL	31.996	26.643	28.925	32.762	20.575	18.076	25.695

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 30
INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986							
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	
ENERGIA	9.080	6.013	9.215	11.149	7.750	7.266	11.211	
CESP	6.812	5.335	7.147	8.204	5.670	4.454	6.549	
ELETROPAULO	-	-	1.257	2.265	1.670	2.370	4.276	
CPFL	1.267	678	810	679	409	442	322	
COMGAS	-	-	-	-	-	-	42	
TRANSPORTE	6.565	4.051	5.117	7.144	4.492	3.700	5.332	
FEPASA	2.388	1.126	794	1.632	1.558	1.124	1.354	
METRO	3.041	2.237	1.985	1.917	1.355	1.180	3.390	
DERGA	1.032	626	2.244	3.378	1.528	1.338	535	
VASP	104	62	92	216	50	57	53	
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	6.525	5.648	5.322	4.802	1.657	1.168	1.672	
SABESP	6.452	5.638	5.319	4.800	1.655	1.164	1.652	
CETESB	73	10	2	1	2	4	19	
ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA	232	116	128	102	24	22	28	
CEAGESP	231	110	118	99	24	19	24	
CAIC	1	6	10	2	-	3	3	
OBRAS PUBLICAS	1.883	1.334	1.196	1.193	696	433	1.131	
CONESP	1.881	1.334	1.196	1.193	591	405	1.039	
CODESPAULO-CDH	1	-	-	-	105	28	91	
CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS	117	163	207	146	56	95	89	
IPT	50	65	56	33	11	8	6	
PRONOCET	3	2	5	1	-	-	1	
EMPLASA	-	-	-	-	-	3	23	
IMESP	4	25	42	61	4	7	5	
TERRAFOTO	3	3	-	-	-	2	6	
PRODESP	17	62	49	48	29	16	32	
COSESP	1	1	33	1	9	62	2	
BRASVACIN	26	1	-	-	-	-	-	
SETASA	8	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	23.404	17.328	21.187	24.539	14.678	12.688	19.465	

FONTE: FLUXO DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: INVESTIMENTOS = ALEM DOS GASTOS CLASSIFICADOS COMO INVESTIMENTOS PELAS PROPRIAS EMPRESAS EM SEUS FLUXOS DE CAIXA, INCLUSIVE DESAPROPRIACOES E PROGRAMAS ESPECIAIS DE INVESTIMENTOS, ESTAO COMPUTADOS OS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELAS EMPRESAS JUNTO A EMPREITEIRAS, FORNECEDORES, DESAPROPRIACOES E ADMINISTRACAO DE OBRAS. NO CASO DOS TRES ULTIMOS SETORES, AS CONTAS EM ATRASO - PELA SUA INSIGNIFICANCIA - ESTAO COMPUTADAS NA CONESP.

TABELA 31
 ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR FONTE E SETOR
 EMPRESAS + DAEE + DER
 1979/1985

ITENS	EM US\$ MILHOES							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
GERAÇÃO PRÓPRIA		497	268	539	525	499	268	438
ENERGIA		461	263	529	520	433	262	436
TRANSPORTES		27	3	2	0	0	0	2
SANEAMENTO		0	0	0	0	65	0	0
ABASTECIMENTO		0	0	0	0	0	0	0
OBRAS PÚBLICAS		9	0	0	0	0	0	0
CIÊNCIA E SERVIÇOS TÉCNICOS		0	2	8	5	1	6	0
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO		624	747	708	968	519	375	494
ENERGIA		75	64	87	126	55	30	50
TRANSPORTES		291	341	338	461	301	228	219
SANEAMENTO		163	213	177	274	120	79	127
ABASTECIMENTO		2	9	2	3	0	2	2
OBRAS PÚBLICAS		100	110	95	98	40	34	91
CIÊNCIA E SERVIÇOS TÉCNICOS		3	10	9	6	3	2	5
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		269	215	192	139	45	46	0
ENERGIA		97	118	56	77	23	38	0
TRANSPORTES		169	94	136	62	22	8	0
SANEAMENTO		0	0	0	0	0	0	0
ABASTECIMENTO		3	1	0	0	0	0	0
OBRAS PÚBLICAS		0	0	0	0	0	0	0
CIÊNCIA E SERVIÇOS TÉCNICOS		0	0	0	0	0	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO LIQUIDAS		293	169	187	297	192	338	290
ENERGIA		32	50	76	178	111	226	288
TRANSPORTES		119	8	61	119	64	110	0
SANEAMENTO		81	111	47	0	0	0	0
ABASTECIMENTO		14	1	0	0	0	0	0
OBRAS PÚBLICAS		46	0	3	0	17	2	2
CIÊNCIA E SERVIÇOS TÉCNICOS		1	1	0	0	0	0	0
FINANCIAMENTOS		627	493	451	424	204	152	619
ENERGIA		0	0	10	16	15	42	149
TRANSPORTES		196	120	57	74	51	33	351
SANEAMENTO		425	373	375	326	136	77	117
ABASTECIMENTO		0	0	9	5	2	0	0
OBRAS PÚBLICAS		0	0	0	0	0	0	0
CIÊNCIA E SERVIÇOS TÉCNICOS		6	0	0	1	0	0	2
TOTAL		2310	1892	2077	2353	1459	1179	1841

FONTE: DADOS DAS TABELAS 4 A 9- TICAMI E GADELHA (1987)

TABELA 32
 ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR FONTE E SETOR
 EMPRESAS
 1979/1985

ITENS	EM US\$ MILHOES							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
GERACAO PROPRIA		497	268	539	525	499	268	438
ENERGIA		461	263	529	520	433	262	436
TRANSPORTES		27	3	2	0	0	0	2
SANEAMENTO		0	0	0	0	65	0	0
ABASTECIMENTO		0	0	0	0	0	0	0
OBRAS PUBLICAS		9	0	0	0	0	0	0
CIENCIA E SERVICOS TECNICOS		0	2	8	5	1	6	0
TRANSFERENCIAS DO ESTADO		366	399	421	634	324	182	388
ENERGIA		75	64	87	126	55	30	50
TRANSPORTES		79	114	165	332	226	95	219
SANEAMENTO		107	92	63	69	0	19	21
ABASTECIMENTO		2	9	2	3	0	2	2
OBRAS PUBLICAS		100	110	95	98	40	34	91
CIENCIA E SERVICOS TECNICOS		3	10	9	6	3	2	5
OUTRAS TRANSFERENCIAS		269	215	192	139	45	46	0
ENERGIA		97	118	56	77	23	38	0
TRANSPORTES		169	96	136	62	22	8	0
SANEAMENTO		0	0	0	0	0	0	0
ABASTECIMENTO		3	1	0	0	0	0	0
OBRAS PUBLICAS		0	0	0	0	0	0	0
CIENCIA E SERVICOS TECNICOS		0	0	0	0	0	0	0
OPERACOES DE CREDITO LIQUIDAS		166	52	140	297	192	338	290
ENERGIA		32	50	76	178	111	226	288
TRANSPORTES		69	0	61	119	64	110	0
SANEAMENTO		4	0	0	0	0	0	0
ABASTECIMENTO		14	1	0	0	0	0	0
OBRAS PUBLICAS		46	0	3	0	17	2	2
CIENCIA E SERVICOS TECNICOS		1	1	0	0	0	0	0
FINANCIAMENTOS		627	493	451	424	204	152	619
ENERGIA		0	0	10	16	15	42	149
TRANSPORTES		196	120	57	76	51	33	351
SANEAMENTO		425	373	375	326	136	77	117
ABASTECIMENTO		0	0	9	5	2	0	0
OBRAS PUBLICAS		0	0	0	0	0	0	0
CIENCIA E SERVICOS TECNICOS		6	0	0	1	0	0	2
TOTAL		1925	1427	1743	2019	1264	986	1735

FONTE: DADOS DAS TABELAS 4 A 9- TICAMI E GADELHA (1987)

TABELA 33
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DO SERVICO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1984						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	7.549	7.491	5.152	4.595	6.321	5.987	7.169
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	15.981	20.582	26.746	28.825	33.722	44.092	51.581
EMPRESAS	14.289	18.708	24.835	26.657	32.003	42.190	50.247
AUTARQUIAS	1.691	1.874	1.911	2.168	1.719	1.902	1.333
FUNDACOES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.530	28.074	31.899	33.421	40.043	50.080	58.750

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 34
 EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
 EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA POR SETOR
 1979/85

(EM CZ\$ MILHÕES DE 1986)

ITENS	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		6011	9275	12084	11947	13069	15264	14419
SERVIÇO DA DÍVIDA		6011	8589	11095	10607	7021	16322	14688
PRINCIPAL		2813	4895	5667	4121	3056	6859	5838
JUROS E ENCARGOS		3198	3694	5428	6486	3965	9463	8850
ATRASOS		0	686	989	1340	6048	-1058	-269
PRINCIPAL		0	285	400	530	2394	-582	-33
JUROS E ENCARGOS		0	401	589	810	3654	-476	-236
TRANSPORTE		6339	6984	10368	12119	15492	22303	30568
SERVIÇO DA DÍVIDA		6339	5800	8896	10317	6593	8529	18717
PRINCIPAL		3706	3528	5042	6075	5555	6862	7736
JUROS E ENCARGOS		2633	2272	3854	4242	1038	1667	10981
ATRASOS		0	1184	1472	1802	8899	13774	11851
PRINCIPAL		0	754	936	1148	5666	3199	7201
JUROS E ENCARGOS		0	430	536	654	3233	10575	4650
SANEAMENTO		1581	1667	1719	1954	2185	3252	3353
SERVIÇO DA DÍVIDA		1581	1609	1530	1722	1312	1634	1666
PRINCIPAL		670	574	497	616	424	547	402
JUROS E ENCARGOS		911	1035	1033	1106	888	1087	1264
ATRASOS		0	58	189	232	873	1618	1687
PRINCIPAL		0	24	78	96	355	1044	1049
JUROS E ENCARGOS		0	34	111	136	518	574	638
OUTROS		358	782	664	638	1257	1371	1907
SERVIÇO DA DÍVIDA		358	682	559	503	772	833	970
PRINCIPAL		109	302	438	344	419	533	243
JUROS E ENCARGOS		249	380	121	159	353	300	727
ATRASOS		0	100	105	135	485	538	937
PRINCIPAL		0	100	105	135	485	538	937
JUROS E ENCARGOS		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		14289	18708	24835	26658	32003	42190	50247

FONTE: DADOS DAS TABELAS 9 A 14 E 19 A 24 - ANEXO III

TABELA 35
SERVICO DA DIVIDA DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS
1979/85

	EM C25 MILHOES DE 1986							
	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		4.011	9.275	12.084	11.947	13.049	15.264	14.419
CESP		4.750	8.245	8.420	7.128	8.501	9.525	9.057
ELETROPAULO		-	-	2.314	3.584	3.287	4.068	3.657
CPFL		1.260	1.009	1.349	1.234	1.130	1.670	1.572
COMGAS		-	-	-	-	-	-	132
TRANSPORTE		6.339	6.984	10.368	12.119	15.492	22.303	30.568
FEPASA		2.595	2.793	6.457	6.269	7.575	12.452	21.431
METRO		699	959	1.897	1.040	1.122	2.037	1.919
DERSA		1.670	1.793	1.509	1.075	3.603	3.626	2.428
VAGB		1.166	1.438	1.503	2.934	3.111	4.184	4.794
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE		1.581	1.667	1.719	1.954	2.185	3.252	3.353
SABESP		1.407	1.537	1.554	1.840	1.989	3.093	3.199
CETESB		174	129	164	114	196	159	164
ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA		133	379	224	154	275	483	156
CEAGESP		112	370	217	150	260	479	156
CAIC		21	9	6	4	15	4	-
OBRAS PUBLICAS		164	276	351	371	938	740	1.687
CONESP		74	251	347	371	938	740	1.687
CODESPAULO-CDH		90	24	4	-	-	-	-
CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS		58	125	87	109	41	145	61
IPT		35	97	76	97	31	130	46
EMPLASA		10	10	7	2	-	-	1
IMESP		-	-	-	5	-	-	6
TERRAFOTO		9	8	3	4	7	7	6
COESP		-	-	-	-	-	-	-
BRASVACIN		2	-	-	-	-	-	-
SETASA		-	8	-	-	-	-	-
TOTAL		14.289	18.708	24.835	26.657	32.003	42.190	50.247

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: S. DA DIVIDA = ALEM DOS GASTOS EFETUADOS PELAS EMPRESAS COM PAGAMENTO DOS ENCARGOS E AMORTIZACOES DE SEUS DEBITOS INTERNOS E EXTERNOS, ESTAO INCLUIDAS AS PARCELAS NAO PAGAS DESSAS OBRIGACOES JUNTO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS. NO CASO DOS TRES ULTIMOS SETORES AS CONTAS EM ATRASO - PELA SUA INSIGNIFICANCIA - ESTAO CONCENTRADAS NA CONESP.

TABELA 36
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DO SERVICO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA
 1979/85

ANOS	EM CZ\$ MILHOES DE 1986						
	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	7.549	7.491	5.152	4.595	6.321	5.987	7.169
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	15.981	18.562	23.990	25.313	17.419	29.192	37.373
EMPRESAS	14.289	16.688	22.078	23.144	15.700	27.290	36.039
AUTARQUIAS	1.691	1.874	1.911	2.168	1.719	1.902	1.333
FUNDACOES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.530	26.053	29.142	29.909	23.740	35.180	44.542

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

OBS: ESTAO EXCLUIDOS OS ATRASOS DE PAGAMENTOS LEVADOS A CABO PELAS EMPRESAS JUNTO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS.

TABELA 37

OPERACOES DE CREDITO LIQUIDAS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS

1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ENERGIA		73	606	657	515	1.158	4.161	5.004
CESP		-315	442	179	2.161	1.353	721	1.726
ELETROP PAULO		-	-	866	-1.281	-40	3.219	3.561
CPFL		308	163	-368	-364	-153	220	-154
COMGAS		-	-	-	-	-	-	-128
TRANSPORTE		2.032	-147	-506	1.016	456	-521	-1.065
FEPASA		1.731	293	-1.238	-1.089	-1.154	-713	-2.159
METRO		85	261	-138	522	772	-79	2.408
DERSA		567	-49	653	1.224	247	1.660	-861
VASP		-352	-592	210	358	589	-1.388	-532
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE		3.862	3.134	3.297	2.409	432	-676	-540
SABESP		3.812	3.214	3.371	2.460	416	-555	-468
CETESB		50	-79	-74	-51	16	-121	-72
ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA		169	-126	-27	-37	-53	-230	-156
CEAGESP		173	-142	-20	-38	-38	-226	-156
CAIC		-3	16	-6	-	-15	-4	-
OBRAS PUBLICAS		985	188	155	-64	210	-142	-282
CONESP		553	-179	37	-143	107	-164	-305
CODESPAULO-CDH		431	367	118	78	102	21	23
CIENCIA E SERVICOS TECNOLOGICOS		84	-12	-42	-44	-25	-142	-17
IPT		81	11	-38	-31	-15	-127	-45
EMPLASA		-10	-10	-7	-2	-	-	22
IMESP		-	-	-	-5	-7	-7	-6
TERRAFOTO		-9	-8	3	-4	-2	-7	-
COESP		-	-	-	-	-	-	12
BRASVACIN		14	-	-	-	-	-	-
SETASA		7	-4	-	-	-	-	-
TOTAL		7.208	3.643	3.534	3.794	2.178	2.447	2.941

FONTE: FLUXOS DE CAIXA E CONTAS EM ATRASO - CONJUNTO DAS EMPRESAS - CIEF/SEP.

DEFLATOR: IGP/DI - IBRE/FGV - "COLUNA 2", MULTIPLIC. MEDIA ANUAL.

NOTA: OPER. DE CRED. LIQU. = OPERACOES DE CREDITO REALIZADAS PELAS EMPRESAS MAIS OPERACOES DE CREDITO "INFORMAIS OU COMPULSORIAS" MENOS ENCARGOS E AMORTIZACOES DA DIVIDA (INCLUINDO A PARCELA NAO PAGA DAS OBRIGACOES). NO CASO DOS TRES ULTIMOS SETORES AS CONTAS EM ATRASO - PELA SUA INSIGNIFICANCIA - ESTAO CONCENTRADAS NA CONESP.

TABELA 38
 SETOR PUBLICO PAULISTA
 EVOLUCAO DAS OUTRAS DESPESAS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA

1979/85

EM CZ\$ MILHOES DE 1986

ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRACAO DIRETA	4.366	5.565	5.954	5.446	4.442	4.865	7.263
ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA	18.759	22.150	36.290	37.446	36.687	38.665	44.296
EMPRESAS	15.954	18.965	32.773	34.245	32.229	33.654	38.128
AUTARQUIAS	2.190	2.570	2.824	2.370	3.755	4.058	4.682
FUNDACOES	614	614	692	830	702	953	1.485
TOTAL	23.125	27.716	42.244	42.892	41.129	43.531	51.559

FONTE: DADOS DAS MATRIZES 1979/80/81/82/83/84/85.

TABELA 39
 SETOR PÚBLICO PAULISTA
 EVOLUÇÃO DE OUTRAS DESPESAS
 1979/85

(EM CR\$ MILHÕES DE 86)

ITENS	ANOS	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		4366	5565	5954	5446	4442	4865	7263
AUTARQUIAS		2190	2570	2824	2370	3755	4058	4682
FUNDAÇÕES		614	615	692	830	702	953	1485
EMPRESAS		15954	18965	32773	34246	32229	33654	38128
ENERGIA		6730	9920	24419	25235	24195	25346	29182
TRANSPORTES		4809	4671	4582	5380	4964	5880	5340
SANEAMENTO		1460	1516	1689	1443	1179	965	1283
OUTRAS		2955	2858	2083	2188	1891	1463	2323
TOTAL		23124	27715	42243	42892	41128	43530	51558

FONTE: DADOS DAS TABELAS 9 A 15 - ANEXO III

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

INDICE DE TABELAS

=====

TABELAS DO TEXTO

=====

	PAGINAS
TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO TESOURO NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1979/85.....	10
TABELA 2 - RELAÇÕES ENTRE AS RECEITAS ORÇAMENTARIAS ARRECADADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL - 1979/85.....	11
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM-QPE NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1979/85.....	13
TABELA 4 - ESTRUTURA DO PIB E DA ARRECADAÇÃO DO ICM NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	15
TABELA 5 - INDICADORES ECONOMICOS - 1979/85.....	16
TABELA 6 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	23
TABELA 7 - INDICE DE TARIFAS - 1979/85.....	27
TABELA 8 - EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	31
TABELA 9 - EVOLUCAO DAS OPERACOES DE CREDITO DA ADMINISTRACAO DIRETA - 1979/85.....	37
TABELA 10 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DMF - SETOR PUBLICO PAULISTA - 1979/85.....	45
TABELA 11 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DMF - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 1979/85.....	47
TABELA 12 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DMF - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS -1979/85.....	51
TABELA 13 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA DMF COM OS INATIVOS FEPASA E SEM OS INATIVOS FEPASA - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	52
TABELA 14 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DMF - AUTARQUIAS - 1979/85.....	53
TABELA 15 - EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DMF - FUNDAÇÕES - 1979/85.....	54

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SETORIAL DO INVESTIMENTOS - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85..	62
TABELA 17 - ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR FONTE E SETOR - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	65
TABELA 18 - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DIVIDA EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	71
TABELA 19 - PARTICIPAÇÕES RELATIVAS DO SERVIÇO DA DIVIDA POR SETOR - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS 1979/85.....	74
TABELA 20 - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES LIQUIDAS DE CREDITO DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1979/85.....	75
TABELA 21 - PARTICIPAÇÕES RELATIVAS DE "OUTRAS DESPESAS" POR SETOR - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS 1979/85.....	78
TABELA 22 - COMPOSIÇÃO DAS "OUTRAS DESPESAS" - SETOR PUBLICO PAULISTA - 1979/85.....	79

	PAGINAS
GRAFICO 1 - ESTADO DE SAO PAULO EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM - 1967/85.....	12
GRAFICO 2 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DOS RECURSOS PROPRIOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	22
GRAFICO 3 - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL POR SETOR - 1979/85.....	26
GRAFICO 4 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	30
GRAFICO 5 - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO POR SETOR - 1979/85.....	32
GRAFICO 6 - SETOR PUBLICO PAULISTA OPERAÇÕES DE CREDITO REALIZADAS PELAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	36
GRAFICO 7 - SETOR PUBLICO PAULISTA FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA - 1979/85.....	39
GRAFICO 8 - SETOR PUBLICO PAULISTA FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	40
GRAFICO 9 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	44
GRAFICO 10 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	57
GRAFICO 11 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SETOR - 1979/85.....	59
GRAF. 11.A - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SETOR (EXCLUIDA A ELETROPAULO) - 1979/85.....	60
GRAFICO 12 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	69

GRAFICO 13 - SETOR PUBLICO PAULISTA	
EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS	
POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	77
GRAFICO 14 - SETOR PUBLICO PAULISTA	
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS	
POR CATEGORIA ECONOMICA - 1979/85.....	83
GRAFICO 15 - SETOR PUBLICO PAULISTA	
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS	
POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	85

ANEXO II: ANEXO ESTATISTICO - DADOS REFERENTES A CONSTRUÇÃO
 =====
 DA MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA
 == =====

	PAGINAS
TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA FONTES DE FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 1979/85.....	114
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - 1979/85.....	115
TABELA 3 - FONTES DE RECURSOS DO TESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1979/85.....	116
TABELA 4 - ESTRUTURA DE GASTOS DO TESOURO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1979/85.....	117
TABELA 5 - FONTES DE RECURSOS DAS AUTARQUIAS - 1979/85.....	118
TABELA 6 - ESTRUTURA DE GASTOS DAS AUTARQUIAS - 1979/85.....	119
TABELA 7 - FONTES DE RECURSOS DAS FUNDAÇÕES - 1979/85...	120
TABELA 8 - ESTRUTURA DE GASTOS DAS FUNDAÇÕES - 1979/85.....	121
TABELA 9 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: ENERGIA.....	122
TABELA 10 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: TRANSPORTE.....	123
TABELA 11 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE.....	124
TABELA 12 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA.....	125
TABELA 13 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: OBRAS PUBLICAS.....	126
TABELA 14 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: CIENCIA E SERVIÇOS TECNOLOGICOS.....	127
TABELA 15 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: TOTAL GERAL.....	128

TABELA 16	- FONTES DE RECURSOS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	129
TABELA 17	- ESTRUTURA DE GASTOS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	130
TABELA 18	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: ENERGIA (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	131
TABELA 19	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: TRANSPORTE (EXCLUIDOS OS ATRASADOS)....	132
TABELA 20	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	133
TABELA 21	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: ABASTECIMENTO E FOMENTO A AGRICULTURA (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	134
TABELA 22	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: OBRAS PUBLICAS (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	135
TABELA 23	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: CIENCIA E SERVIÇOS TECNOLOGICOS (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	136
TABELA 24	- SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES E APLICAÇÕES DAS EMPRESAS PUBLICAS - 1979/85 SETOR: TOTAL GERAL (EXCLUIDOS OS ATRASADOS)..	137
TABELA 25	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1979.....	138
TABELA 26	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1980.....	139
TABELA 27	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1981.....	140
TABELA 28	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1982.....	141
TABELA 29	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1983.....	142
TABELA 30	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1984.....	143
TABELA 31	- MATRIZ DE FONTES E USOS DO SETOR PUBLICO PAULISTA - 1985.....	144

ANEXO III: ANEXO ESTATISTICO - DADOS REFERENTES AO TEXTO
 =====

	PAGINA
TABELA 1 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA - 1979/85.....	146
TABELA 2 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA - 1979/85 (EXCLUIDA A ELETROPAULO).....	147
TABELA 3 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES DE FINANCIAMENTO POR CATEGORIA ECONOMICA - 1979/85 (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	148
TABELA 4 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA 1979/85:.....	149
TABELA 5 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA 1979/85 (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	150
TABELA 6 - SETOR PUBLICO PAULISTA - FONTES DE FINANCIAMENTO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA 1979/85 (EXCLUIDA A ELETROPAULO).....	151
TABELA 7 - EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS ARRECADADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - 1979/85.....	152
TABELA 8 - ESTADO DE SÃO PAULO - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICM - 1967/85.....	153
TABELA 9 - ARRECADAÇÃO DO ICM SEGUNDO OS RAMOS E GENEROS DA ATIVIDADE ECONOMICA - 1979/85.....	154
TABELA 10 - INDICADORES ECONOMICOS - 1979/85.....	155
TABELA 11 - EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO TOTAL DO ICM NO BRASIL 1979/85.....	156
TABELA 12 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DOS RECURSOS PROPRIOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	157
TABELA 13 - RECEITAS OPERACIONAIS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS 1979/85.....	158
TABELA 14 - RESULTADO OPERACIONAL DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS 1979/85.....	159
TABELA 15 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	160

TABELA 16	- SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85 (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	161
TABELA 17	- OPERAÇÕES DE CREDITOS REALIZADOS PELAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	162
TABELA 18	- EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CREDITO 1979/85.....	163
TABELA 19	- OPERAÇÕES DE CREDITO DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	164
TABELA 20	- SETOR PUBLICO PAULISTA ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA 1979/85.....	165
TABELA 21	- SETOR PUBLICO PAULISTA ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA 1979/85 (EXCLUIDA A ELETROPAULO).....	166
TABELA 22	- SETOR PUBLICO PAULISTA ESTRUTURA DE GASTOS POR CATEGORIA ECONOMICA 1979/85 (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	167
TABELA 23	- SETOR PUBLICO PAULISTA ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	168
TABELA 24	- SETOR PUBLICO PAULISTA ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85 (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	169
TABELA 25	- SETOR PUBLICO PAULISTA ESTRUTURA DE GASTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - (EXCLUIDA A ELETROPAULO) 1979/85.....	170
TABELA 26	- SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	171
TABELA 27	- SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO - POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	172
TABELA 28	- EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL, NUMERO DE FUNCIONARIOS E DESPESA MEDIA POR FUNCIONARIO - POR SETOR DE ATIVIDADE - 1979/85.....	173
TABELA 29	- SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA - 1979/85.....	174

TABELA 30 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	175
TABELA 31 - ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR FONTE E SETOR - EMPRESAS + DAEE + DER 1979/85.....	176
TABELA 32 - ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS POR FONTE E SETOR - EMPRESAS 1979/85.....	177
TABELA 33 - SETOR PUBLICO PAULISTA - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA 1979/85.....	178
TABELA 34 - EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DIVIDA 1979/85.....	179
TABELA 35 - SERVIÇO DA DIVIDA DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS - 1979/85.....	180
TABELA 36 - SETOR PUBLICO PAULISTA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DIVIDA POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA 1979/85 (EXCLUIDOS OS ATRASADOS).....	181
TABELA 37 - OPERAÇÕES DE CREDITO LIQUIDAS DAS EMPRESAS PUBLICAS PAULISTAS 1979/85.....	182
TABELA 38 - SETOR PUBLICO PAULISTA - EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS POR INSTANCIA ADMINISTRATIVA 1979/85.....	183
TABELA 39 - EVOLUÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS 1979/85.....	184

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, J.R.

- 1986 O Financiamento do Setor Público Estadual e Municipal através de Transferências e Endividamento - 1963/83. Rio de Janeiro, Temas para o Projeto de Reforma, CRTDA - SEPLAN/PR.

ALMEIDA, J.S.G.

- 1987 Financiamento e Desempenho Corrente das Empresas Privadas e Estatais. São Paulo, Relatório de Pesquisa - IESP/FUNDAP/FINEP.

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

- 1984-1985 Análise de Conjuntura Econômica. São Paulo, n. 6; n. 19, nov/dez.

ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA; retrospectiva ...

- 1984 Análise de Conjuntura Econômica; retrospectiva do ano de 1983. São Paulo, pp. 9-15, mar.
- 1985 Análise de Conjuntura Econômica; retrospectiva do ano de 1984. São Paulo, n. 14.

AZEVEDO, R.M.G.

- 1986 Empresas Públicas Paulistas. São Paulo, Relatório Setorial - Setor Energia - Fundação SEADE.

BALANÇO GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 1979-1985 Balanço Geral do Estado. São Paulo, Secretaria da Fazenda.

BOLETIM DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

- 1983-1985 Boletim de Conjuntura Industrial. Rio de Janeiro, v.3, n.4, out.; v.4, n.1, jan.; v.4, n.4, set.; v.5, n.1, jan.

BELLUZZO, L.G.M.

- 1984 O Senhor e o Unicórnio. São Paulo, Editora Brasiliense.
- 1987 Financiamento Externo e Déficit Público. Rio de Janeiro, IIAP-IEI/UFRJ - CEPAL.
- 1987 Perspectiva de Reformulação dos Mecanismos de Financiamento da Economia Brasileira. São Paulo, mimeo - IESP/FUNDAP.

BRAGA, J.C.S.

- 1988 A Instabilidade Estrutural no Capitalismo Brasileiro: Uma Visão dos anos 50 aos 80. mimeo - Texto apresentado no ciclo de conferências sobre Economia Brasileira da "École des Hautes Études in Sciences Sociales" - Paris, França.

CINTRA, L.C. e FERREIRA C.E.

- 1985 Análise Econômico-Financeira dos Gastos com Funcionalismo Público no Estado de São Paulo. IESP/FUNDAP, dez. (Relatório Final de Pesquisa, Convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

DE PAULA, T.B.

- 1988 Estrutura e Evolução das Contas Fiscais - Relatório de Pesquisa. São Paulo, IESP/FUNDAP/FINEP.
- 1988 Financiamento das Empresas Estatais - Relatório de Pesquisa. São Paulo, IESP/FUNDAP/FINEP.

FAGNANI, E.

- 1986 Recessão e Financiamento das Políticas Sociais. São Paulo Textos para Discussão 07 - IESP/FUNDAP.

FIGUEIREDO, A.C.

- 1988 Situação do Endividamento das Empresas Estatais Paulistas. mimeo, São Paulo, Reunião de Trabalho, IESP/FUNDAP.

FLUXO DE CAIXA DAS EMPRESAS PÚBLICAS

- 1979-1985 Fluxo de Caixa das Empresas Públicas. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Investimento das Empresas e Fundações.

FREITAS, M.C.P. e WAGNER E.S.

- 1985 Estatais Paulistas. Operações de Crédito Internas e Externas - Sistemática de Captação de Recursos. São Paulo, Fundação SEADE.

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO

- 1986 Perfil da Administração Pública Paulista. São Paulo, FUNDAP.

FUNDAÇÃO SEADE

- 1986 Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. São Paulo, SEADE.
- 1984-1985 São Paulo e Conjuntura - Informe Estatístico Mensal sobre Conjuntura Econômica Paulista. São Paulo, Vários Números, SEADE.

GADELHA, P.M.

- 1987 Setor Energético de São Paulo. São Paulo, Texto para Discussão. mimeo, IESP/FUNDAP.

GOLDENSTEIN, Lídia

- 1985 Da Heterodoxia ao FMI - a política econômica de 1979 a 1982. Campinas, mimeo (Tese mestrado, UNICAMP. Instituto de Economia).

IUDÍCIBUS, S.

- 1982 Manual de contabilidade das S.A.. s.l, Ed. Martins, Ed. R. Gelbeke.

KON, A.

- 1985 Economia Paulista; PIB e FBC no período 1975/80. Revista da Fundação SEADE; São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.1, n.1., pp. 17-26, jan/abr.

LONGO, C.

- 1984 A Disputa pela Receita Tributária no Brasil. São Paulo, IPE, USP, p.118.

MACIEL MONTEIRO, P. A.

- 1984 A Atuação do Setor Produtivo Estatal, um estudo das empresas estatais do Estado de São Paulo. São Paulo, mimeo. (Tese mesurado, USP/FEA).

MAZZUCHELLI, F.M.

- 1987 Considerações sobre a Economia Brasileira 1985/1987. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento.
- 1987 Situação das Finanças Públicas Estaduais em 1987. São Paulo. Secretaria de Economia de Planejamento.

OLIVEIRA, F.A.

- 1985 A Crise do Sistema Fiscal Brasileiro 1965/1983. Tese de Doutorado - IFCH/UNICAMP, Campinas.
- 1986 O Sistema Fiscal Brasileiro: Evolução e Crise (1965/85). São Paulo, Texto para discussão nº 09 - IESP/FUNDAP.

OLIVEIRA, F.A. e DE PAULA, T.B.

- 1987 Déficit Público e Reforma Tributária. São Paulo, Texto para discussão nº 10 - IESP/FUNDAP.

ORÇAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 1983-1986 Diretrizes do Orçamento do Estado de São Paulo. São Paulo, vários anos, Secretaria de Economia e Planejamento.

PANZARINI, C.

1987 São Paulo e a Reforma Tributária. São Paulo, mimeo, Reunião de Trabalho do IESP - IESP/FUNDAP.

POSIÇÃO DAS CONTAS ATRASADAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

1983-1985 Posição das Contas Atrasadas das Empresas. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, Coordenadoria de Investimento das Empresas e Fundações.

REZENDE, F. e AFONSO, J.R.

1988 O (Des) Controle do Endividamento de Estados e Municípios- Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma. Rio de Janeiro, Texto para Discussão nº 132 - IPEA/SEPLAN.

REO

1983-1986 Relatório da Execução Orçamentária - Coordenadoria de Programação Orçamentária. São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento.

RODRIGUES, S.K.

1988 Reunião de Trabalho IESP, São Paulo, IESP/FUNDAP.

SANTOS, G.C. dos

1983 Endividamento Público, o caso de São Paulo. São Paulo, mimeo (Tese mestrado, EASP/FGV.

SANTOS, J.C.A. dos e Outros

1988 Déficit e Endividamento do Setor Público. São Paulo, Relatório de Pesquisa - IESP/FUNDAP/FINEP.

TAVARES, M.C. e ASSIS, J.C.

1985 O Grande Salto para os Caos - A economia política e a política econômica do regime autoritário. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

1987 O Desequilíbrio Financeiro do Setor Público. Rio de Janeiro,
Boletim de Conjuntura - IEI/UFRJ - vol. 7, n.4.

TICAMI, E. e GADELHA, P.M.

1987 Setor Público Paulista - Estrutura de Financiamento dos Investimentos 1979/1985. São Paulo, Convênio IESP/SEP/FUNDAP.